

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A PERSPECTIVA DO ESTUDANTE DO CURSO TÉCNICO
EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO -
CAMPUS URUTAÍ QUANTO À IMPORTÂNCIA E EFICÁCIA
DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL PARA SUA
FORMAÇÃO**

LUCI RODRIGUES SILVA

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A PERSPECTIVA DO ESTUDANTE DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS
URUTAÍ QUANTO À IMPORTÂNCIA E EFICÁCIA DO PROGRAMA
DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL PARA SUA FORMAÇÃO.**

LUCI RODRIGUES SILVA

Sob orientação da Professora
Dr^a. Sílvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p SILVA, LUCI RODRIGUES , 1975-
A PERSPECTIVA DO ESTUDANTE DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS
URUTÁI QUANTO À IMPORTÂNCIA E EFICÁCIA DO PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA ESTUDANTIL PARA SUA FORMAÇÃO / LUCI
RODRIGUES SILVA. - Seropédica, 2020.
102 f.: il.

Orientadora: Sílvia Maria Melo Gonçalves.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2020.

1. Assistência Estudantil. 2. Residência
Estudantil. 3. Moradia Estudantil e Permanência. I.
Gonçalves, Sílvia Maria Melo , 1955-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was
financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

LUCI RODRIGUES SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 06/08/2020.

Silvia Maria Melo Gonçalves, Dra. UFRRJ

Allan Rocha Damasceno, Dr. UFRRJ

Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino, Dra. UV

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos alunos que se dispuseram a participar deste estudo e expor suas opiniões e, àqueles que trabalham para que a assistência estudantil seja uma ferramenta na garantia do direito à educação.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre!

(PAULO FREIRE)

AGRADECIMENTOS

“Sou feita de retalhos.
Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e
que vou costurando na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me
acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma
saúde...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de
outras gentes que vão se tornando parte da gente também.
E a melhor parte é que nunca estaremos prontos,
finalizados...
Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma”.

(CORA CORALINA)

Seja por momentos bons ou ruins, com noites de estudos ou por novos laços de amizade, não há como negar que este é realmente um período marcante.

Por isso, agradeço imensamente a todos e a cada um, pela ajuda da qual, muitas vezes, sequer tomei conhecimento e, quando o fiz, talvez nem sempre soube demonstrar a verdadeira gratidão que sinto. Muito obrigado a todos, seja quem for, esteja onde estiver!

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
E nem o bom menino, que vendeu limão
E trabalhou na feira pra comprar seu pão

Não aprendia as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que eu não conhecia a famosa FUNABEM
Onde foi a minha morada desde os tempos de
neném
É ruim acordar de madrugada, pra vender bala no
trem

Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
É ruim acordar de madrugada, pra vender bala no
trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém

Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em
colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social
Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino.

(Seu Jorge)

RESUMO

SILVA, Luci Rodrigues. **A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto a importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação.** 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ. 2020.

A educação é referendada legalmente como um dos direitos fundamentais do cidadão, se fazendo em um forte instrumento no exercício da cidadania. As políticas educacionais são criadas para oferecer garantia de acesso a esse direito. A Assistência Estudantil se encontra no bojo dessas políticas e apresenta-se como mecanismo que visa contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência do estudante nas Instituições, tendo grande relevância devido às altas taxas de desigualdade social, que se expressam na permanência dos estudantes nos seus cursos. Fazem parte das políticas de assistência estudantil os programas de moradia estudantil, foco do estudo em questão. Assim, neste trabalho, tivemos por objetivo a investigação do Programa de Residência Estudantil do *Campus* Urutaí, analisando a percepção dos alunos do curso Técnico em Agropecuária moradores da Residência, no que diz respeito aos reflexos desse programa em sua permanência e formação no curso. Para tal estudo, utilizamos de uma metodologia de caráter exploratório, com análise qualitativa dos dados, através dos quais buscamos conhecer as concepções dos pesquisados sobre sua condição de aluno interno e sobre o seu rendimento escolar. O estudo envolveu ainda as pesquisas bibliográfica e documental, que ofereceram o arcabouço teórico da pesquisa, contribuindo para a compreensão e análise dos dados levantados. Como instrumento de coleta de dados utilizamos de questionário, com perguntas abertas e fechadas. Estes questionários foram aplicados aos estudantes público-alvo da pesquisa, que são os alunos do curso Técnico em Agropecuária, moradores da Residência Estudantil. Obtivemos um número de 63 participantes. Os dados foram analisados com base na técnica de Análise de conteúdo de Bardin. Em nossos resultados, traçamos o perfil socioeconômico destes estudantes, bem como levantamos as questões pertinentes às suas percepções. Concluímos que estes discentes consideram a importância do Programa, como sendo um possibilitador de suas permanências, porém, também encontram problemas em sua execução. Através desta análise, conseguimos obter dados e informações relevantes ao acompanhamento e a avaliação deste programa, que podem vir a subsidiar o planejamento e a formulação de intervenções; os ajustes e as decisões sobre a manutenção e/ou interrupção destas ações.

Palavras chaves: Assistência Estudantil; Residência Estudantil; Moradia Estudantil e Permanência

ABSTRACT

SILVA, Luci Rodrigues. **The perspective of the student of the Agropecuária Technical Course of the Goiano Federal Institute - Campus Urutaí regarding the importance and effectiveness of the Student Residency Program for its formation.** 2018. 102p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ. 2018.

Education is legally endorsed as one of the fundamental rights of the citizen, becoming a strong instrument in the exercise of citizenship. Educational policies are elevated to offer guaranteed access to that right. Student Assistance is in the midst of these policies and presents itself as a mechanism that aims to contribute to the process of creating, expanding and consolidating programs, projects and actions that allow the student to remain in the Institutions, paying great attention to the high rates of inequality which are expressed in the permanence of students in their courses. Student housing programs, the focus of the study in question, are part of student assistance policies. Thus, in this work, we aimed to investigate the Student Residence Program of Campus Urutaí, analyzing the perception of students of the Technical Course in Agricultural and Livestock residents of the Residence, with regard to the reflexes of this program in their permanence and training in the course. For this study, we used an exploratory methodology, with qualitative analysis of the data, through which we sought to know the conceptions of the respondents about their condition as an internal student and about their school performance. The study also involved bibliographic and documentary research, which offered the theoretical framework of the research, contributing to the understanding and analysis of the data collected. As a data collection instrument, we used a questionnaire, with open and closed questions. These questionnaires were applied to students who were the target audience of the research, who are students of the Technical course in Agriculture, residents of the Student Residence. We obtained a number of 63 participants. The data were analyzed using the Bardin content analysis technique. In our results, we trace the socioeconomic profile of these students, as well as raise the questions pertinent to their perceptions. We conclude that these students consider the importance of the Program, as an enabler of their stays, however, they also encounter problems in its execution. Through this analysis, we were able to obtain data and information relevant to the monitoring and evaluation of this program, which may come to subsidize the planning and formulation of interventions; adjustments and decisions regarding the maintenance and / or interruption of these actions.

Keywords: Student Assistance; Student Residence; Student Housing and Permanence

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

DAE – Departamento de Assuntos Estudantis

EAFUR – Escola Agrotécnica Federal de Urutaí

EAU - Escola Agrícola de Urutaí

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIC – Formação Inicial e Continuada

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GAE – Gerência de Assistência Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEPs – Laboratórios de Ensino e Pesquisa

MEC – Ministério da Educação

PAE – Política de Assistência Estudantil

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores do Ensino Básico.

PEC – Proposta de Emenda Parlamentar

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNDE - Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROJOVEM – Programa nacional e Inclusão de Jovens

REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RIP – Regime de Internato Pleno

SISU – Sistema Unificado de Seleção

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEP – Unidade de Ensino e Produção

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNED – Unidade Descentralizada de Ensino

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assistência estudantil nas universidades	19
Figura 02 – Mapa Estratégico PDI 2019-2023	34
Figura 03 – Panorama das moradias estudantis - FONAPRACE	40
Figura 04 – alojamentos à época de 1960	41
Figura 05 – Ex alunos que se tornaram servidores.....	42
Figura 06 – Turma concluinte do Técnico em Agropecuária 1998.....	44
Figura 07 – Categorias surgidas quanto a maneira como a instituição ajuda na formação....	61
Figura 08 – O que mais gosta na Instituição	62
Figura 09 – O que menos gostam na Instituição	64
Figura 10 – Opinião sobre a documentação para acesso às PAE.....	65
Figura 11 – Nível de concordância quanto ao Manual de Assistência Estudantil	67
Figura 12 – Tipo de contribuição do Programa.....	69
Figura 13 – Continuidade no curso se perdesse a bolsa	70
Figura 14 – Atividades em tempo livre	72
Figura 15 – Nota atribuída ao programa de 0 a 10	73
Figura 16 – O que você mudaria no programa?	74
Figura 17 – O que você não mudaria no programa?	75
Figura 18 – Sugestões acerca do Programa de Residência Estudantil.	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Limites orçamentários do período de 2011 a 2018 no IF Goiano Campus Urutaí..	36
Tabela 02 – Número de Alunos atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil.....	37
Tabela 3 - Número de Alunos residentes por curso com base no Sistema Q-Acadêmico	45
Tabela 04 – Motivo da escolha do IF Goiano Campus Urutaí	59
Tabela 05 – O que você pretende fazer quando se formar?.....	60
Tabela 06 – Maneira como a instituição ajuda na formação	61
Tabela 07 – O que mais gosta na Escola	63
Tabela 08 – O que menos gosta na Escola	64
Tabela 09 – A quem deveria ser destinada a Residência Estudantil.....	68
Tabela 10 – Atividades realizadas no tempo livre.....	72
Tabela 11 – Coisas a serem mudadas no programa.....	74
Tabela 12 – Coisas que não mudaria no programa.....	75
Tabela 13 – Sugestões para o programa	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade e sexo	51
Gráfico 02 – Distribuição por cor/raça/etnia	51
Gráfico 03 – Distribuição por estado de origem.....	52
Gráfico 04 – Distribuição por área	52
Gráfico 05 – Distribuição por tipo de moradia.....	53
Gráfico 06 – Distância entre a moradia e o <i>Campus</i>	53
Gráfico 07 – Distribuição por número de pessoas que residem na mesma casa	54
Gráfico 08 – Responsável legal pelo discente perante à Instituição.....	54
Gráfico 09 – Presença dos responsáveis na escola	55
Gráfico 10 – tempo de permanência na escola sem ir para casa	56
Gráfico 11 – Origem escolar.....	57
Gráfico 12 – Renda per capita	57
Gráfico 13 – Opinião quanto aos documentos para acesso aos programas de AE.....	66
Gráfico 14 – Concordância com o Manual de Assistência Estudantil.....	66
Gráfico 15 – Níveis de concordância sobre o Manual de Assistência Estudantil	67
Gráfico 16 – Contribuição do programa para permanência no curso.....	69
Gráfico 17 – Continuidade no curso caso perca o programa.....	71

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Estudos relacionados às políticas de assistência estudantil no contexto dos IFs ..21
- Quadro 2** - Estudos sobre os programas de moradias/residências estudantis26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	4
2.1	Objetivo Geral:	4
2.2	Objetivos Específicos:	4
3	O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL	5
3.1	Primeiros momentos	5
3.2	Da Constituição de 1937 à Lei n.º 4.024/61	6
3.3	A política educacional do Regime Militar (1964-1985).....	8
3.4	Da Lei nº 8.948/1994 ao Decreto 2.208/1997	9
3.5	Do Decreto 5.154/04 ao PROEJA	10
3.6	Da Rede Federal de Educação Profissional à Reforma do Ensino Médio.....	12
4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEU ESTADO DA ARTE	15
4.1	O contexto das Políticas de Assistência Estudantil	15
4.2	Um olhar sobre os estudos da assistência estudantil	20
4.2.1	Políticas de assistência estudantil no contexto dos IFs	20
4.2.2	Os programas de moradias/residências estudantis nas instituições de ensino..	26
5	O INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS URUTAÍ	31
5.1	A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Goiano - <i>Campus</i> Urutaí	35
5.2	O espaço da Residência Estudantil no IF Goiano - <i>Campus</i> Urutaí.....	39
6	MÉTODO	47
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
7.1	Perfil socioeconômico dos discentes	50
7.2	Percepção dos discentes acerca da Assistência Estudantil	58
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
9	REFERÊNCIAS	81
10	APÊNDICE	89
	Apêndice A - Questionário de Pesquisa.....	90
	Apêndice B - TCLE maiores de 18 anos	94
	Apêndice C - TCLE menores de 18 anos	96
	Apêndice D - TALE.....	98
11	ANEXOS	100
	Anexo A - Carta de anuência da Instituição.....	101
	Anexo B - Parecer do Comitê de ética	102

1 INTRODUÇÃO

O potencial mais significativo que a educação desempenha hoje para todos é o da inclusão. Se não são dadas as condições mínimas necessárias para que as desigualdades possam começar a ser corrigidas, não só estamos diante de um problema de injustiça, mas também diante do abismo entre seres humanos que não só discrimina os desfavorecidos, mas que os afasta definitivamente da sociedade.

(SACRISTÁN)

A Assistência Estudantil, junto às políticas de ações afirmativas, se constitui, hoje, em um importante instrumento de garantia de acesso à educação. Assim, o estudo das Políticas Educacionais e demais temas que envolvem a questão educacional se fazem de grande relevância para a compreensão do que vem acontecendo neste campo na atualidade. Este trabalho abordou a temática das Políticas de Assistência Estudantil, centrando-se no estudo sobre a Residência Estudantil.

O interesse pelo tema surgiu da trajetória como servidora do IF Goiano - *Campus* Urutaí. Ao ingressar nesse *Campus*, em 2004, na função de Assistente de Alunos, desenvolvia minhas atividades laborais no setor de assistência aos educandos, que era responsável pelas questões disciplinares e de atendimento aos estudantes. Ali, junto à uma equipe, comecei a atuar nas ações assistenciais já desenvolvidas pela Instituição, voltadas ao atendimento do alunado. Assim, pude conhecer de perto as dificuldades de acesso e garantia à Educação vivida por uma parcela de alunos que procuravam se manter na Instituição. A Residência estudantil, desde aí, era vista como instrumento possibilitador da formação de vários alunos em um curso de nível médio/técnico. Entretanto, haviam pouquíssimas vagas disponíveis para este atendimento. Havia, a época, um número de mais ou menos quarenta vagas, distribuídas em várias Unidades de Produção da Instituição, nas quais os alunos deveriam exercer atividades de manejo técnico desses setores, como contrapartida pela moradia. Pouco tempo depois, passei a exercer atividades em outro departamento da Instituição e, em 2017, regressei para a Assistência Estudantil. Ali, já com algum tempo da implantação do PNAES, me deparei com uma realidade diferente da que conhecia anteriormente. A Residência Estudantil atende atualmente uma média de 300 alunos e, há ainda outros programas de bolsas, todos via editais, que visam garantir a permanência do aluno na Instituição. Diante disso, surgiu a indagação: esta política cumpre com seu papel e realmente ajuda para que o aluno permaneça na Instituição e conclua seus estudos? De que forma isso acontece? Ou não acontece? A oportunidade de responder a essas questões surgiu com a minha inserção em um programa de mestrado, em 2018. Desse modo, através da experiência como Assistente de alunos do IF Goiano - *Campus* Urutaí e do consentimento da Instituição, dos conhecimentos obtidos da minha formação em Letras, do desenvolvimento das atividades e orientação no Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola, procuramos, neste trabalho, responder a estas questões.

A educação desempenha um papel de suma importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo, principalmente em uma sociedade em que o conhecimento e o aprimoramento de novas competências técnicas e científicas são fundamentais para se inserir no mercado de trabalho. É denominada pela legislação como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de exercício da cidadania e emancipação social, tendo comprometimento na formação integral do ser humano. Entretanto, o que ocorre é que historicamente a educação não tem sido um direito exercido por todos os cidadãos (VIANA, 2016).

Para reduzir as desigualdades socioeconômicas da população, considerando a educação como uma ferramenta para este fim, não basta apenas ofertar educação gratuita, também se faz necessário dar condições de permanência na escola, possibilitando a conclusão, com êxito, dos estudantes que nela ingressam, contribuindo assim para amenizar a desigualdade social e assegurar que a população de baixa renda tenha acesso e garantia à educação.

Assim, partimos do pressuposto de que as políticas de democratização do ensino só se efetivarão se forem acompanhadas de ações que viabilizem a permanência, em especial dos estudantes das classes populares ou dos grupos desiguais, dentro das Instituições de Ensino. É nesse sentido que a Política da Assistência Estudantil se apresenta como um instrumento que visa contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência do estudante nas Instituições.

A promoção de ações de assistência estudantil é, sem dúvida, extremamente importante para as instituições de ensino e para a sociedade, como compromisso de atendimento das demandas sociais. Essas ações são evidenciadas não só como forma de permitir o acesso dos jovens às atividades acadêmicas, mas também como possibilidade de permanecerem nos estudos, prevenindo a retenção e a evasão.

Nesse contexto, se faz relevante ressaltar que o acompanhamento e avaliação destes programas são fundamentais para subsidiar o planejamento e a formulação de intervenções, o acompanhamento de sua implantação e ajustes.

Entretanto, há poucos estudos avaliativos sobre os mesmos e torna-se cada vez mais intensa a demanda por benefícios para estudantes, em face da situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias brasileiras.

Com vistas a essas questões, se fez importante identificarmos como ou se a Política Educacional de Assistência Estudantil, em especial a Residência Estudantil, se efetiva na garantia de direitos aos alunos do Instituto Federal Goiano - *Campus* Urutaí.

Para isso, em um primeiro momento, abordamos a trajetória da Educação Profissional no Brasil, remetendo-nos ao contexto histórico e dual deste ensino, voltado a atender às demandas do mercado de trabalho da sociedade capitalista. Amparados por estudiosos como Frigotto, Ciavatta e Kuenzar, buscamos resgatar e discutir os marcos dessa trajetória para, através desse panorama, conciliarmos esse nível de ensino à necessidade da assistência Estudantil, na garantia do acesso e permanência na educação.

Após, trouxemos o contexto da Assistência Estudantil, no qual retratamos como foram construídas e conquistadas estas políticas e como se dá sua implementação e execução. Para ampliar nossa noção desse contexto e oferecer mais subsídios ao nosso estudo, também voltamos nosso olhar aos estudos atuais sobre o tema. Demos especial atenção ao trato das políticas de assistência estudantil no contexto da Rede Federal de Ensino e aos estudos sobre as moradias estudantis enquanto espaço de desenvolvimento e garantia de direitos.

De mão desse aparato teórico, nos voltamos ao nosso *locus* de pesquisa, o qual descrevemos seu espaço histórico e organizacional, bem como nosso objeto de pesquisa: o

Programa de Residência Estudantil, uma das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí.

Nos nossos resultados e discussões, caracterizamos o perfil socioeconômico do público de nossa pesquisa e trouxemos suas percepções sobre o ensino, a Instituição, a Assistência Estudantil e o referido programa. Essas percepções foram analisadas, confrontadas e sentidas, de forma a nos levar a responder nosso questionamento inicial.

Dessa forma, nosso último capítulo, as considerações finais, não só expressa o resultado de nossa pesquisa, do qual constatamos que o Programa estudado cumpre, embora com limitações, a sua função, mas, também expressamos nossas observações e sugestões a respeito do mesmo.

Acreditamos, e esperamos, que esta pesquisa, que teve como campo o Instituto Federal Goiano - *Campus* Urutaí, se faça como um instrumento de mensuração importante para a melhoria da eficiência, da qualidade e do controle sobre a efetividade das ações de Assistência Estudantil, bem como da avaliação e divulgação de seus resultados.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Investigar, na perspectiva dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária IF Goiano - *Campus* Urutaí, beneficiados pelo Programa de Residência Estudantil, os reflexos desse programa na permanência e conclusão do curso.

2.2 Objetivos Específicos:

- a) Analisar, através da percepção dos alunos beneficiados, se o Programa de Residência Estudantil contribui para melhorar sua condição de vida;
- b) Verificar, junto aos alunos participantes, como estes avaliam a gestão da Política de Assistência Estudantil no *Campus* Urutaí;
- c) Investigar as sugestões dos participantes para aperfeiçoar a gestão da Política de Assistência Estudantil no *Campus* Urutaí;
- d) Identificar o perfil socioeconômico dos alunos moradores da Residência Estudantil;

3 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Eu tô aqui pra quê? Será que é pra aprender? Ou será que é pra sentar, me acomodar e obedecer?

(Gabriel o Pensador)

A relação entre educação e trabalho advém desde os tempos mais antigos, em que o homem criava os materiais e meios necessários à sua subsistência. Segundo Saviani (2011), os homens aprendiam através da produção de sua própria existência. Na relação entre eles e com a natureza, educavam-se e educavam as novas gerações. Com o surgimento da divisão de classes, ocorreu também a divisão do trabalho e, conseqüentemente, também da educação. Assim, constata-se uma dualidade no Ensino, que é traçada desde os tempos mais antigos.

Analisando a história da educação no Brasil, essa dualidade do Ensino também é percebida através da divisão de classes. Antes, somente os nobres tinham acesso a educação. A única instrução oferecida para as classes baixas era o ensino de ofícios, visando preparar mão-de-obra para trabalhos "subalternos", como era o caso das Casas de Fundação e os Centros de Aprendizagem de Ofícios.

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional), (BRASIL, 2000, p.09).

Percorreremos aqui este contexto histórico, em que se sobressai a divisão de classes e, conseqüentemente, a divisão do ensino.

3.1 Primeiros momentos

Em 1808, com a chegada da Família Real, foi criado o primeiro estabelecimento de ensino público no Brasil, o Colégio das Fábricas. Já em 1906, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, cria no Rio de Janeiro, quatro escolas profissionais: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras voltadas para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola. Este é considerado o marco inicial do Ensino Técnico no Brasil. Entretanto, oficialmente, o Ensino Profissionalizante tem seu início em 1909, quando Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, que cria em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove "Escolas de Aprendizes Artífices", destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (KUENZER, 2007).

Pode-se perceber até aí, na criação dessas escolas, o mesmo tipo de ensino voltado à produção de mão-de-obra, caracterizada ainda pela divisão de classes e supremacia da classe dominante. Kuenzer (2007, p. 27), diz que essas escolas tinham "a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas".

Seguindo essa vertente, o Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, define que "o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União". Nessas escolas deveriam fazer parte do currículo do ensino profissional as disciplinas

de: desenho, trabalhos manuais ou rudimentos de arte e ofícios ou indústrias agrárias (BRASIL, 1927). Continua expresso na oferta desse ensino, o caráter assistencialista e de controle da população desfavorecida, tão necessário e imposto pelo contexto social e político vigente à época. O aumento populacional dos centros urbanos, o processo de industrialização, o crescimento da burguesia, a possível organização e revolta do proletariado, fazia necessário à "ordem nacional" o controle e transformação desses "desvalidos" em cidadãos trabalhadores e imbuídos de espírito patriótico. Kunze (2009) corrobora essa idéia, ao dizer que

Nesse contexto, a educação era entendida como a peça fundamental no processo de transformação desses chamados desocupados em futuros cidadãos republicanos úteis e contribuidores da ordem social e do desenvolvimento do país (KUNZE, 2009, p. 22).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. As Escolas de Aprendizizes Artífices passam então a responder a este Ministério. A educação é vista como mola propulsora para o desenvolvimento industrial. Acontece então algumas reformas educacionais, motivadas pelo contínuo processo de crescimento industrial e pela necessidade de formação de mão-de-obra para essa indústria. Também há interferência das correntes filosóficas da época, como o escolanovismo, trazido a campo por alguns intelectuais brasileiros.

Essa necessidade e a atuação para formação dos profissionais das indústrias, mesmo gerando maior oferta de ensino para as classes trabalhadoras, continua deixando explícita a dualidade entre a educação dos trabalhadores e a educação das elites. Aos primeiros cabe o ensino para o trabalho, sem possibilidade de continuidade dos estudos. Aos segundos, o ensino secundário e superior, que formará os "futuros administradores do país".

3.2 Da Constituição de 1937 à Lei n.º 4.024/61

A Constituição de 1937 é a primeira a tratar da questão do ensino profissional no País. O ensino técnico era visto como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e como forma de melhores condições de vida para a classe trabalhadora. A educação profissional e industrial foi tratada no Art. 129, o qual enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade:

O ensino pré vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1942, p. 51).

Com isso, as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União foram transformadas em liceus industriais, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37). Nesse contexto, foram criadas novas instituições públicas e privadas e, outras foram remodeladas, afim de responder mais eficazmente à profissionalização da classe trabalhadora.

Novas mudanças acontecem em 1942 e marcam o fim dos Liceus Industriais, que passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas. Visando, ainda, responder às demandas do processo de industrialização no tocante a formação profissional, foram promulgados

diversos Decretos–Lei a fim de normatizar a educação nacional. Este conjunto de decretos ficou conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema. Os principais decretos foram: Decreto nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-Lei nº. 12 4.048/1942 – cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”.

Este conjunto de leis evidencia a importância que passou a ter a educação no país. As reformas no ensino, conduzidas pelo então ministro Gustavo Capanema, traziam as marcas do ideário nacionalistas de Getúlio Vargas e de seu projeto político ideológico, implantado sob a égide do “Estado Novo”. Em uma ideologia centrada no patriotismo, nacionalismo e na ordem vigente, a educação ocupa papel primordial, tendo o poder, ou melhor, a função, de moldar a sociedade. Através dela se formariam o caráter moral e a competência profissional dos cidadãos, fatores determinantes do futuro da Nação. Sobre essa questão, na obra *Tempos de Capanema*, os autores expõem que:

O sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação" e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída." (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 205)

Assim, mesmo havendo que considerar que a Reforma Capanema foi um passo importante para o desenvolvimento do ensino público no país - principalmente do ensino profissionalizante - podemos perceber ainda o caráter dual no qual prossegue a educação nacional. A falta de políticas para o ensino primário, a ênfase dada ao ensino secundário, as limitações de acesso ao ensino superior para aqueles oriundos da educação profissional expressam o caráter dualista da educação e a sua função de reprodução da estrutura social. Ainda nessa lógica, cabe ressaltar que a criação do Sistema “S” ao longo da década, demonstra a opção do governo de repassar à iniciativa privada a preparação de “mão-de-obra” para o mercado. Dessa forma, o ensino secundário e o normal formariam as elites condutoras do país e o ensino profissional formaria os operários para o setor produtivo. Ratifica-se, então, a dualidade mantida em um sistema de ensino que privilegia a educação das elites em detrimento à educação da classe trabalhadora.

Mediante à queda do Estado Novo (1945), entra em vigor, em 1946, uma nova Constituição, que atribui ao Estado a responsabilidade de fixar as diretrizes e bases da educação nacional. Porém, a discussão dessas diretrizes se estendeu por um longo período até vir a ser concretizada.

Nesse cenário de mudanças políticas e sociais, em 1959, há a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais. Estas instituições ganharam autonomia pedagógica e administrativa, intensificando a formação de técnicos, tão necessários no processo de industrialização vigente. Pouco depois, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, Lei n.º 4.024/61, equiparou o ensino

profissional ao ensino acadêmico. Com a LDB, segundo Saviani (2004), a dualidade entre os ensinos médios regular e técnico é amenizada, pois, a partir daí, é garantido o acesso ao nível superior, mediante vestibular, a todos os ramos do Ensino Secundário. Também foi flexibilizado o aproveitamento de estudos para a transferência de um ramo a outro do ensino médio. Contudo, conforme destaca Kuenzer (2001), essa dualidade não foi superada, pois foram mantidas as duas redes de ensino. E, há de se considerar, ainda, que as determinações dessa primeira LDB, ao ocorrer o golpe militar de 1964, foram desconsideradas.

3.3 A política educacional do Regime Militar (1964-1985)

A Ditadura Militar ocorrida em 1964, perdurou até 1985. Esse foi um período conturbado, marcado por forte repressão política, restrições às liberdades e direitos individuais e coletivos e, também, pelo crescimento econômico, o chamado "milagre econômico brasileiro".

Esse contexto se faz sentir também na educação. Segundo Boutin & Camargo (2015), para legitimar o domínio político e consolidar o capitalismo como sistema econômico ideal, a educação foi a ferramenta através da qual foram transmitidos ideais nacionalistas, que voltavam-se a neutralização de atividades revolucionárias e de questionamentos quanto ao regime vigente e que, também, valorizavam o ensino técnico, visando preparação de mão de obra qualificada para o trabalho.

Temos então uma educação tecnicista, baseada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. O ensino deve se adequar às necessidades de consolidação do capitalismo e à criação de maior número de trabalhadores capacitados. Frente ao constante processo de crescimento industrial, o país precisa de maior quantidade e melhor qualidade de mão de obra, no menor tempo possível.

Diante desse cenário ocorre, no ano de 1968, através da Lei 5.540, a Reforma do Ensino Superior e, em 1971, a Lei 5.692, que torna obrigatório os cursos técnicos no segundo grau (todo segundo grau tem que ser profissionalizante). A primeira tinha por intuito resolver a questão da demanda por vagas no Ensino Superior (abrindo espaço aí para a privatização) e conter os movimentos estudantis e demais movimentos que se formavam no interior das universidades. A segunda objetivava responder a demanda por mão de obra qualificada e conter a demanda no Ensino Superior.

No entanto, a proposta do ensino profissionalizante não se efetivou, devido a questões de custo, falta de professores especializados e também devido a não aceitação por parte da classe estudantil e empresarial. Afim de tentar solucionar o problema, no mesmo ano, por meio do Parecer 853, do Conselho Federal de Educação, fixou-se o Núcleo Comum para os currículos do ensino de primeiro e segundo graus e a Doutrina do Currículo na Lei 5.692. Já em 1972 o Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação fixou os requisitos mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional, ou conjunto de habilitações afins no ensino de segundo grau.

Seguindo ainda essa vertente de formação profissional, através da Lei 6.297, de 1975, as empresas passaram a custear a especialização dos seus trabalhadores e, em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, cujos objetivos eram formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Pouco tempo depois, devido à insatisfação e problemas já mencionados acima, além das tentativas frustradas de adequação, uma nova legislação, a Lei 7.044/82, acabou com a exigência do segundo grau ser técnico: "O ensino de primeiro e segundo graus tem por

objetivo geral, proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1982, p. 2). Temos então a continuidade de uma escola marcada pela dualidade no ensino que, segundo Kuenzer (1998) expressa a divisão da sociedade brasileira, ao separar trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais, ofertando a estes quantidade e formas diferentes de educação. Para a autora, a escola reforça a dicotomia educação/trabalho, através de seu caráter seletivo e excludente, próprios da contradição capital e trabalho, inerentes ao capitalismo.

Podemos perceber nas "idas" e "vindas" da educação de nível médio e profissionalizante do Regime Militar (1964-1985) não só a continuidade de um sistema marcado pela dualidade formação para o trabalho/formação intelectual, como também a descaracterização do Ensino Médio, da qual conclui Cunha (2014, p. 933) que "da política educacional da ditadura aqui focalizada, nada restou, a não ser os estragos causados pelos anos de descaminho em um nível de ensino que ainda não encontrou sua identidade no edifício educacional do país".

3.4 Da Lei nº 8.948/1994 ao Decreto 2.208/1997

Com o fim da ditadura, inicia-se um novo processo de reordenamento político e social, do qual a educação volta a ser palco de novas discussões e mudanças que, embora tenha vários defensores de uma educação igual para todos e a proposta de uma educação 'politécnica'; continua a atender a lógica capitalista da divisão de classes e da hegemonia da classe dominante.

Nesse novo contexto, em 1994 é aprovada a Lei nº 8.948, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Já no final de 1996 é aprovada uma nova LDB (Lei 9.394) , que volta a desvincular o ensino técnico do Núcleo Comum e define o sistema de certificação profissional, que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Como desdobramento dessa nova LDB, temos o Decreto 2.208/1997, que regulamenta a educação profissional, aumentando drasticamente a separação entre o ensino médio propedêutico e o ensino profissional, como podemos perceber através do seu Artigo 5º: "A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este" (BRASIL, 1997); e dividindo-a em três níveis: básico, técnico e tecnológico. O texto do decreto traz os cursos tecnológicos como pertencentes a educação superior, entendimento corroborado pelo Conselho Nacional de Educação, através do Parecer CNE/CES 436/2001, Parecer CNE/CP 29/2002 e Resolução CNE/CP 03/2002). Porém, estes cursos teriam carga horária mínima menor que os demais deste nível. À época, os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, absorvendo as atividades das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Para Frigotto (2000), o sistema educacional sofre grande alteração, adequando-se ao ideário das reformas neoliberais. Ressurgem nas políticas públicas para a educação profissional “a ideologia das competências, das habilidades e as noções ideológicas de empregabilidade, trabalhabilidade ou laboralidade, presentes nos documentos oficiais dos governos neoliberais” (FRIGOTTO, 2000 p. 349).

A partir de então, o Ensino Médio passa a ser totalmente propedêutico e a Educação Profissional uma "modalidade" de ensino, totalmente desvinculada do Ensino Médio. Assim,

em um contexto de novos rumos políticos e novas reformas educacionais, temos o velho paradigma da dualidade do ensino, que impõe uma educação para as elites e outra para a classe trabalhadora.

Este mesmo decreto 2.208/1997, cria ainda o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, cujo objetivo, segundo Menezes (2001), é desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, buscando implementar um novo modelo de Educação Profissional, visando a ampliação de vagas, a diversificação de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências tecnológicas; buscando, assim, tanto a melhoria de aspectos técnico-pedagógicos como a expansão da rede de Educação Profissional, através de parcerias com os Estados e com instituições do segmento comunitário. O programa, financiado por organismos multilaterais e em um governo de orientação neoliberal, vem a reforçar a dualidade entre o ensino médio e ensino profissionalizante, servindo a lógica do capital e aos interesses internacionais os quais esses organismos representam.

Esta organização no ensino, marcado pela dualidade, prossegue até 2004, quando, através do Decreto 5.154/04, tem-se uma nova possibilidade de integração do Ensino Profissional ao Ensino Médio.

3.5 Do Decreto 5.154/04 ao PROEJA

O Decreto 5.154/04 estabelece que a educação profissional deverá ser organizada por áreas profissionais, articulada com as áreas da educação, do trabalho e emprego, da ciência e tecnologia; desenvolvida através de cursos e programas: de formação inicial e continuada de trabalhadores; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004). Dessa forma, mesmo mantendo a proposta dos cursos subsequentes e concomitantes, a educação profissional pode ser oferecida junto à formação geral, ou seja, integrada.

O Decreto 5.154/04 foi editado em um momento de crise e grandes discussões sobre o ensino médio e o profissionalizante e também em um momento político de ascensão ao poder de um governo de esquerda, no qual houve grandes expectativas de novos rumos para a educação no país. Assim, esperavam-se melhorias educacionais, que viessem a romper com a dualidade existente entre esses dois ramos de ensino e a possibilidade de oferta de uma educação de qualidade, principalmente no que diz respeito ao ensino público. No entanto, mesmo com a possibilidade da integração trazida no decreto, a dualidade continua no sistema de ensino, no qual a lógica dos setores produtivos ainda rege as ações no âmbito educacional. Segundo Frigotto et al (2005b, p. 1094), o decreto, através das manobras da política, foi "ajustado aos interesses conservadores, anulando o potencial que está em sua origem".

Justapondo-se ao Decreto, o CNE lançou e o ministro da Educação homologou o Parecer n. 39/2004 da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação; e a Resolução n. 01/2005, que atualizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes (BRASIL, CNE, 1998 e 1999) às disposições do Decreto n. 5.154/2004. Este parecer considera que os conteúdos do ensino médio e os da educação profissional de nível técnico são de "naturezas diversas", mesmo reconhecendo o ensino integrado como curso único, com matrícula e conclusão únicas. Temos aí a reafirmação da dualidade entre uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de uma formação para o trabalho intelectual e outra para o trabalho técnico e profissional. Essa característica é confirmada, ainda, pela separação da gestão das duas modalidades de ensino, através de secretarias distintas, conforme expõe Frigotto (2005):

Acreditávamos que a transitoriedade do Decreto n. 5.154/2004 não seria superada somente no plano jurídico, mas na luta social. Quase que paralelamente ao novo decreto, dissociaram-se, no interior do MEC, as secretarias de ensino médio e de educação profissional e começou-se a discutir a elaboração de uma lei orgânica para a educação profissional, associada a programas focais destinados a jovens e adultos trabalhadores. (FRIGOTTO, 2005b, p. 1106)

Nessa concepção, foi anunciado ainda em 2004, por meio da Medida Provisória nº-251, o Programa Escola de Fábrica, com um modelo restrito à aprendizagem profissional, com o objetivo de “ incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, gerando renda e inclusão social” (BRASIL 2004). Também foi lançado, em 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), destinado a jovens de 18 a 24 anos, visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (BRASIL 2005).

Os dois programas se voltam à formação profissional, com vistas a atender às demandas de mão-de-obra geradas pelo mercado de trabalho e consolidando o mesmo tipo de educação com a qual o Decreto 5.154 deveria romper. Em sua análise sobre os dois programas Frigotto (2005) conclui que estes, embora com finalidades e organização diferentes, resgatam os preceitos da Lei n. 5.692/71, tendo a qualificação profissional como política compensatória, face à ausência de uma educação básica sólida e de qualidade. Segundo o autor "Esta deve ser garantida em qualquer idade, integrada à possibilidade de habilitação profissional mediante a qual se constituam identidades necessárias ao enfrentamento das relações de trabalho excludentes." (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.1.104)

Baseado ainda nos preceitos legais do Decreto n. 5.154/2004, o MEC lançou, através do Decreto 5.478/2005 (revogado e regulamentado depois pelo Decreto 5840/2006) o PROEJA –Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no qual as instituições da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica deveriam destinar, em 2006, o correspondente a 10% das vagas oferecidas em 2005, para o ensino médio integrado à educação profissional de jovens acima de 18 anos e adultos que tivessem cursado apenas o ensino fundamental. Esta formação ocorreria como formação inicial e continuada ou como habilitação técnica.

Esta foi outra proposta que manteve o conservadorismo expresso nos outros programas já aqui citados e a lógica dualista da separação entre formação geral e qualificação profissional, uma vez que, a estruturação curricular do PROEJA separa a formação geral da formação específica. Ao analisarmos novamente o estudo de (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.1.104), nos deparamos com esta mesma observação, quando o autor aponta que na EJA "o princípio que (des)articula formação geral e específica também não é a integração, mas sim a independência entre elas. Em síntese, ... no meio de "uma ou outra alteração", mantêm tudo como estava antes".

Outra questão a se considerar sobre estes cursos é a pouca expertise dos CEFETs para oferta dos mesmos e a falta de interesse e resistência dessas instituições nessa proposta e até mesmo na integração do ensino médio/técnico, uma vez que as mesmas estavam à época com seus interesses voltados à sua institucionalização na oferta do ensino superior. Um exemplo disso é o CEFET de Urutaí que, mesmo após a possibilidade de integração expressa no Decreto, só veio a oferecer o curso técnico integrado ao ensino médio no ano de 2008. Quanto

ao PROEJA, também não logrou êxito na oferta de seus cursos, que tiveram uma adesão baixíssima e pouco estímulo para seu desenvolvimento.

3.6 Da Rede Federal de Educação Profissional à Reforma do Ensino Médio

No ano de 2008, a Lei nº 11.741 altera alguns artigos da LDB de 1996, para "redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica" (BRASIL, 2008). Logo após, com a Lei 11.892/08, acontece uma reorganização do sistema e, assim, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que absorvem os Cefets e as Escolas Técnicas remanescentes. É instituída então a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG e as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. Esta lei define que a educação profissional e tecnológica "*integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia*" (BRASIL, 2008, Art, 2º).

A criação dos Institutos Federais foi parte integrante do Programa de Expansão da Rede Federal de Ensino, um dos temas de campanha do então presidente Lula, ocorrendo em seu segundo mandato. Foi neste mandato que ocorreram as principais mudanças no Ensino Profissionalizante, principalmente no que diz respeito a Expansão, nos variados níveis de ensino. Porém, evidencia-se, também, nessa expansão da Rede e criação dos Institutos Federais, o atendimento às demandas dos processos de produção capitalistas, pautados na dicotomia capital-trabalho, que perpassa toda a história do ensino médio e profissionalizante do Brasil.

Mônica Maria Teixeira Amorim, em um estudo sobre a criação e organização dos IFs, aborda a política de criação dos mesmos e seu processo organizacional, demonstrando a continuidade da dualidade estrutural dentro destas instituições, inclusive se estendendo ao Ensino Superior. A autora conclui em seu trabalho que:

Conclui-se, com esse estudo, que há um avanço no campo da EPT nos governos Lula e Dilma, que se traduz em investimentos na rede federal e aumento significativo de oportunidades para a formação de jovens por meio da oferta pública de educação profissional. Contudo, ao erguer uma estrutura inteira de formação profissional técnica e tecnológica, a proposta dos IFs reforça a dualidade do sistema educacional brasileiro, bem como reforça as diferenciações e as marcas sociais da escola. Portanto, a proposta dos IFs não supera nosso dilema principal: a existência de duas redes paralelas de ensino – uma para os filhos das elites dirigentes e outra para os filhos das classes trabalhadoras. Apesar de a retórica do governo se pautar na superação do dualismo escolar, a organização dos IFs não se direciona para uma sólida formação de trabalhadores mediante a estruturação de uma escola unitária – uma escola que possibilitaria aos trabalhadores o acesso aos níveis mais elevados do pensamento humano e lhes permitiria tornar-se dirigentes e participar das lutas pela hegemonia política e cultural. (AMORIM, 2013, p. 220).

Assim, temos por parte do Governo um discurso que prima pela "formação integral" e ao mesmo tempo ações que desmontam e dificultam a proposta desse tipo de ensino. A oferta de cursos de curta duração, voltados a atender as demandas de mercado por mão-de-obra

qualificada, como é o caso do PRONATEC, demonstra, dentre outras ações, essa política contraditória de ensino integrado.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, foi instituído em 2011, através da Lei n.º 12.513, visando ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. São objetivos do Pronatec, segundo sua Lei de criação: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013). Essa lei foi alterada pela de n.º 12.816/2013, que ampliou o rol de beneficiários e de ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (BRASIL, 2013).

Podemos perceber na proposta do PRONATEC a mesma concepção dualista expressa no Decreto 2.208/97. Dessa forma, ao mesmo tempo em que ocorre um avanço provocado pela proposta de ensino médio integrado, convive-se com uma outra proposta para a Educação Profissional, que prioriza a qualificação profissional aligeirada, paralela ao ensino médio, mediante parcerias público/privado, promovendo a descontinuidade em relação à concepção de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional.

Também em 2011 foi criada a Rede e-Tec Brasil (Decreto nº 7.589), que tinha por objetivo "desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País" (BRASIL, MEC, 2018). Assim, seguindo o mesmo ideário, as reformas que se apresentam como tentativas de romper a histórica dualidade Ensino Médio e Educação Profissional – educação propedêutica ou preparação para o mercado de trabalho – vem, na realidade, reforçando-a.

Nessa trajetória de reformas, em 2012 o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB nº 4, estabelece o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e, logo após, pela Resolução CNE/CEB nº 6, são definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional Técnica de Nível Médio e no ano de 2013 sai a portaria 471 que institui o Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional, cujo objetivo é "promover a articulação interfederativa para a implementação de programas e ações de educação profissional e tecnológica". (BRASIL, MEC, 2013)

Em seguida, através da Lei nº 13.005, temos a instituição do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em um período de dez anos. No que diz respeito a educação profissional, o PNE a trata em duas metas, sendo estas a meta 10: "oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional"; e a meta 11: "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público". (BRASIL, PNE, 2014)

Enfim, continua-se o caminho de avanços e retrocessos que pauta a história da Educação profissional no país. Depois do PNE e nos últimos anos, há poucas medidas no que se refere diretamente a educação profissional, que se concentrou mais no desenvolvimento do

Pronatec e na EJA. Podemos citar aqui a portaria nº 32, de 2015, que designa os membros do Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional e, no mais, a Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017 e que vem a afetar toda a estrutura do Ensino Médio. A educação profissional na Reforma é trazida em um dos itinerários formativos. Essa reforma se faz como mais uma das várias medidas trazidas ao ensino de nível médio ao longo dos anos e que cada vez parece tornar mais distante a propensão de um ensino de qualidade, voltado à formação integral do indivíduo.

Mais uma vez nos deparamos com a retomada da dualidade estrutural, em uma formação precoce, totalmente operacional, voltada a atender às demandas do capitalismo. Mesmo não sendo o foco deste estudo, vale aqui ressaltar a posição de estudiosos do assunto como Dante Henrique Moura e Domingos Leite Lima Filho, que destacam em um de seus textos que "Advogamos que a reforma em curso agrava a fragmentação, a hierarquização social e a qualidade do EM" (MOURA & LIMA, 2017, p. 120). Os autores defendem que esta reforma reforça a dualidade educacional e social histórica do país, conduzindo o Ensino Médio a uma lógica mercadológica, principalmente no que diz respeito ao itinerário formativo "formação técnica e profissional". Neste percebe-se uma formação profissional precoce e fragmentada, voltada somente ao fazer prático e operacional e a rápida inserção no mercado de trabalho - inclusive com certificações intermediárias e reconhecimento de saberes - dificultando ainda mais a inserção desse público no Ensino Superior. Os autores destacam também a questão da formação dos professores desse itinerário (notório saber) e a questão das parcerias público/privado, que permitem que a iniciativa privada, através de repasse de recursos públicos, "se responsabilize" pela realização das atividades da formação técnica e profissional. (MOURA & LIMA, 2017)

Evidenciamos nesse atual cenário o "velho" mais uma vez travestido de "novo", tornando outra vez distante, ou difícil, a possibilidade de um ensino médio e profissional que contemple a formação humana integral, almejada por todos aqueles que defendem educação de qualidade para todos. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, ressaltamos aqui a importância de discussões e estudos que orientem e esclareçam sobre essa nova trajetória do ensino.

Assim, constituída dentro desse cenário, a Rede Federal, em 2019, está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

Enfim, este é o histórico da Educação Profissional, da qual pretendemos aqui, através desse levantamento, explicitar a relação educação e formação para o trabalho, que vem de encontro a necessidade e implementação das políticas de Assistência Estudantil, abordada neste estudo. Podemos perceber nesse contexto a necessidade da definição de políticas educacionais que venham a proporcionar a oferta da educação profissional com qualidade, de modo a assegurar o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Assistência Estudantil deve ser uma das ferramentas para esse objetivo.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEU ESTADO DA ARTE

O cara me pede o diploma, não tenho diploma, não pude estudar. E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado, que eu saiba falar. Aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me dá.

(Gabriel o Pensador)

No decorrer de sua história, a educação brasileira se atrela aos aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade. Nesse contexto se localizam as ações de assistência estudantil, das quais traçaremos sua trajetória, desde as primeiras ações até a implementação do PNAES, demonstrando as iniciativas realizadas nesse âmbito, para que seja possível compreender o atual contexto da Assistência Estudantil.

Também trazemos neste capítulo o levantamento do **estado da arte**, no que diz respeito à assistência estudantil. Vosgerau e Romanowisk (2014) esclarecem que estes tipos estudos “permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise críticas indicando tendências, recorrências lacunas” e ainda “consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área” (VOSGERAU E ROMANOWISK, 2014, p. 167).

4.1 O contexto das Políticas de Assistência Estudantil

As ações de assistência ao estudante remetem aos anos de 1929, através da criação da Casa do Estudante, considerada a primeira ação neste âmbito. Segundo Araújo (2007, p.23), “a Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes”.

Na década de 1930 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), que passou a ter residência estudantil e a concessão de bolsas. A entidade teve grande importância e trouxe várias contribuições para a Política Educacional e, mais especificamente, para a Política de Assistência Estudantil.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais e, através da pressão destes movimentos e de uma maior organização da sociedade civil, a constituição de 1946 estabelece a obrigatoriedade da assistência estudantil: “[...] cada sistema de ensino terá obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar [...]” (BRASIL, 1946, Art. 172º).

Destaca-se também, à época, como importante instrumento na consolidação das Políticas de Assistência Estudantil, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei nº 4.024), que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional em todos os níveis. Nela, o Título XI trata da assistência social escolar, cujos artigos 90 e 91 dizem:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Já, havendo então leis que tratam, mesmo que ainda de forma superficial, a questão da assistência aos estudantes, surge, em 1970, a criação do Departamento de Assuntos Universitários (DAE), responsável por planejar e executar ações de Assistência ao Estudante, atendendo aos estudantes de nível superior e priorizando programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Este órgão foi extinto nos governos militares seguintes (BARBOSA, 2009).

Em 1972, através do Decreto n. 69.927, foi instituído o programa “Bolsa Trabalho”, destinado à estudantes de todos os níveis de ensino, com baixa condição financeira, que desenvolvessem atividades profissionais, objetivando contribuir para o preparo dos alunos para o mercado de trabalho.

Após estas ações, já na década de 1980, com a forte crise econômica que assola o país e com as crescentes reivindicações e organização dos movimentos sociais e políticos em torno de um processo de redemocratização do país, aumenta-se a discussão sobre a democratização da educação. Surge desse período o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante.

Nesse contexto, podemos destacar a Constituição Federal de 1988 como importante instrumento na busca da garantia de direitos sociais e do acesso à educação. A mesma define a educação como direito social, juntamente com a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Segundo seu Art. 206, "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos especiais;" Também foi definido nesta, através do artigo 214, a criação do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1988).

A partir daí iniciam-se os debates sobre as condições de acesso ao Ensino Superior, que era considerado o principal problema nesse nível de ensino. Entretanto, verificou-se que não bastava garantir o ingresso, mas era necessário pensar também na permanência, oferecendo-se condições para ela. Ainda dentro dessa perspectiva, em 1996 é aprovada a nova LDB (Lei nº 9394/96), que reforça a compreensão do princípio da igualdade na educação e o toma como um dos seus fins.

Mesmo enfocando a questão do direito a igualdade no acesso a educação, tanto a LDB como a Constituição de 1988, não abordam a assistência estudantil de forma específica, uma vez que não prevêm a destinação das verbas necessárias para esse fim. Não havia, então, até aí nenhum projeto oficial voltado exclusivamente para a Assistência Estudantil. As ações de assistência ao estudante eram mantidas com recursos das próprias instituições. Assim, apesar desse momento se caracterizar por uma maior atenção do governo quanto ao favorecimento de condições mais justas de permanência e acesso ao Ensino Superior, segundo Kowalski (2012) esse processo ocorre em meio a disputas de interesses políticos, de forma que as discussões sobre a Política de Assistência Estudantil ocorriam de forma fragmentada e restrita a algumas instituições de ensino, geralmente motivadas pelos movimentos estudantis. Os programas de apoio ao estudante ocorriam através de ações isoladas de determinadas Instituições, sendo estas geralmente insuficientes e sujeitas à sensibilidade dos gestores locais (FONAPRACE, 2012).

Ainda diante da necessidade de se criar meios para permanência dos estudantes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica e cultural nas Instituições de Ensino, o Fórum

Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), movimentou-se em torno de um trabalho no qual procurava-se traçar, através de pesquisas dentro das IFES, o perfil socioeconômico e cultural dos discentes; objetivando levantar dados pautáveis à formulação e implantação de políticas sociais que pudessem garantir a permanência dos estudantes em suas Instituições. As primeiras pesquisas foram realizadas nos anos 1996 a 1997 e 2003 a 2004 e apontaram como principais necessidades estudantis: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho.

Com o relatório da primeira pesquisa (1996-1997), o FONAPRACE, através de movimentações políticas, conseguiu incluir uma pauta sobre a Assistência Estudantil no PNE 2001-2010. O primeiro Plano Nacional de Educação foi aprovado em janeiro de 2001. Nele foram estabelecidos, como objetivos gerais da educação, a elevação global do nível de educação da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público. A Assistência Estudantil é referendada nos objetivos e metas 34, com a seguinte redação: " Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico" (BRASIL, 2001).

Ainda com base nos resultados da primeira pesquisa e demais discussões, o Fórum encaminha a ANDIFES, também em 2001, a "Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior". O Plano traça diretrizes para a definição de programas e projetos, demonstrando aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil (FONAPRACE, 2012, p. 25).

O processo de ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil apresentadas pelo PNE 2001/2010 foi incorporado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O programa, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior (BRASIL, 2007).

Paralelo à implementação do REUNI e, tendo por base o relatório das pesquisas de 2003-2004 sobre o perfil dos estudantes de graduação, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado pelo FONAPRACE, que o propõe como estratégia para o combate da desigualdade social e democratização do acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. O documento foi apresentado à ANDIFES e aprovado pela mesma em julho de 2007. Este fato deu início a um processo de discussão, junto ao MEC, sobre a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Assim, nesse mesmo ano, o Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES), é implementado através da portaria normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, começando a vigorar, através da descentralização de recursos, no ano de 2008 (BRASIL, 2007). Segundo o MEC "o programa recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das Ifes. Para 2010, a previsão é de que sejam destinados R\$ 304 milhões" (MEC, BRASIL, 2010).

A portaria normativa nº 39/2007 não define os objetivos específico nem determina o público prioritário do PNAES. Porém, em 2010, o programa é institucionalizado e regulamentado, através do decreto 7234/2010, vindo a ser, até o momento, o documento norteador da construção das políticas de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. O decreto traz como objetivos do (PNAES) os incisos a seguir:

- I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, dentro das ações de Assistência Estudantil.

Vale ressaltar também que, apesar de manter os critérios de seleção anteriores, o decreto prioriza os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio e reafirma que as despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às Instituições Federais de Ensino Superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

Seguindo estas orientações, nas Instituições Públicas de Ensino, as ações na área de assistência estudantil baseiam-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo como eixos prioritários: "I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação" (BRASIL, 2010, Art. 3º).

Assim, o PNAES, junto à outras Políticas de Ações Afirmativas, constitui-se em ferramentas possibilitadoras do direito a uma educação igual e de qualidade para todos, em todos os níveis de ensino. Segundo Faro (2008), a Política de Assistência Estudantil envolve uma série de princípios, objetivos, diretrizes e métodos, os quais orientam a estratégia institucional na busca de soluções às necessidades do estudante em situação de vulnerabilidade. Se faz, assim, em um amplo programa de apoio, possibilitando o acesso, a permanência e a conclusão do ensino e também gerando experiências teóricas e práticas que preparem o aluno para a prática da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho. Assim, tal tarefa se materializa em um conjunto de ações voltadas à emancipação e promoção dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades de acesso, permanência e êxito.

Nesse contexto percebe-se que a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade a superação dos obstáculos e dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva bem durante o período de dedicação aos estudos e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono escolar (VIANA, 2016). Segundo o FONAPRACE (2011), se as Universidades Federais, através do REUNI, puderam retomar seu processo de desenvolvimento, ampliando a inclusão dos estudantes na educação superior, o PNAES tornou-se indispensável nesse processo.

É com o intuito de fornecer subsídios para formulação e desenvolvimento dessas políticas que o FONAPRACE realiza as pesquisas do perfil socioeconômico dos estudantes, como já exposto acima, quanto as duas primeiras edições da pesquisa (1993-1994, 2003-2004). Estas pesquisas auxiliam na realização do diagnóstico das vulnerabilidades existentes e auxiliam na busca de respostas e soluções efetivas às questões de acesso e permanência no ensino. Além das edições citadas, as pesquisas foram realizadas também nos anos de 2010, 2016 e, recentemente, em maio de 2019, a ANDIFES apresentou o relatório da quinta edição

da "Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais" (ANDIFES, 2019).

A pesquisa foi realizada pelo FONAPRACE no primeiro semestre de 2018, com estudantes da graduação das 63 Universidades Federais e dos Cefets do Rio de Janeiro e Minas Gerais, obtendo um percentual de participação de 35,34% dos estudantes. Dentre vários outros dados da pesquisa, constatou-se que a comunidade de graduandos das universidades federais brasileiras é formada por 54,6% de mulheres, mais de 50% tem idade entre 20 e 24 anos, 51,2% da população pesquisada é negra, mais da metade dos estudantes possuem renda *per capita* de até um salário mínimo e o percentual de cotistas atual é de 48,3%. Além disso, as ações da assistência estudantil foram ampliadas e diversificadas, abrangendo áreas como inclusão digital, acessibilidade, apoio pedagógico, ampliação dos itens de suporte à moradia (móvel, gás, internet etc.), amparo para estudantes com filhos, incorporação da participação dos estudantes na definição de políticas de Assistência Estudantil e modificações na política de bolsas adotadas pelas IFES (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Na figura 1, extraída da pesquisa 2018, temos o esboço dos programas de assistência estudantil disponibilizados nas IEs e a quantidade de alunos que eles atendem:



Figura 1 - Assistência estudantil nas universidades

Fonte: V Pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das Universidade Federais - 2018

Estes dados apontam para a percepção de que a maior parte das ações e demandas assistenciais dizem respeito ao provimento das necessidades básicas de sobrevivência como moradia, alimentação, transporte e auxílio financeiro. Originários de famílias geralmente de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Assim, esses auxílios se fazem essenciais para sua permanência nos estudos.

Porém há de se considerar que ações voltadas ao esporte, cultura, lazer, aprendizado, dentre outras, apesar de já serem abordadas, como demonstra a pesquisa, ainda são pouco desenvolvidas nos espaços de assistência estudantil dentro das instituições de ensino. Vasconcelos (2010) propõe que a assistência estudantil precisa ser assumida como direito e

espaço prático de cidadania, a fim de propor ações transformadoras ao desenvolvimento do trabalho social. Tais ações não dizem respeito somente às necessidades "emergenciais", mas devem envolver todo um aparato que favoreça o bom desenvolvimento do indivíduo no espaço no qual está inserido.

Ademais, podemos depreender, através do exposto, que o Programa de Assistência Estudantil (PNAES) se constitui em um mecanismo que visa contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem o acesso e a permanência do estudante nas Instituições, minimizando, através de tais ações, os efeitos das desigualdades trazidas por muitos estudantes em função das vulnerabilidades sociais nas quais eles podem vir a se encontrar. A análise desse contexto traz dados importantes para a compreensão do papel dessa política enquanto ferramenta de viabilização da inclusão de direitos políticos e sociais dos cidadãos, fornecendo através dessa compreensão, subsídios para a análise dos dados trabalhados nesse estudo.

4.2 Um olhar sobre os estudos da assistência estudantil

No que diz respeito aos estudos relacionados a assistência estudantil, temos um repertório ainda reduzido de trabalhos. A implementação do PNAES, em 2010, favoreceu o aumento desses estudos, porém os mesmos ainda são poucos e o assunto é carente de maiores discussões, como salienta a ANDIFES, ao apresentar a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018:

Raros são os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil. Não têm sido produzidos dados sistematizados, acompanhados de reflexões robustas acerca das políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a manutenção do vínculo do discente com o sistema, para o sucesso e o desempenho acadêmico, nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores. São mais frequentes os estudos de caso, isolando uma instituição, a atuação de uma categoria profissional ou uma ação dentro do programa PNAES (BARBOSA, 2017; CARVALHO, 2013; COSTA, 2010, 2011; KOWALSKI, 2012; SILVEIRA; OTHERS, 2012; VARGAS, 2011). Estudos que apresentam abordagens nacionais e generalizantes (COSTA, 2011; IMPERATORI, 2017; SANCHES, 2013) ou mesmo trabalhos de revisão da bibliografia (CARVALHO, 2015) ainda são pouco numerosos, não obstante sua importância estratégica para o acesso ao direito à educação (FONAPRACE, 2018, p. 3).

Considerando então essa importância, levantamos o panorama das pesquisas que vêm sendo realizadas nesse eixo, utilizando como fonte o banco de teses e dissertações da CAPES, o Google Acadêmico, os banco de dissertações do PPGEA-UFRRJ e o Scielo; buscando identificar pesquisas referentes à Assistência Estudantil no Brasil, que viessem a colaborar com nosso estudo. Dividimos esse levantamento em dois grupos, que serão aqui trazidos, sendo eles: as políticas de assistência estudantil no contexto dos IFs e os estudos sobre os programas de moradias/residências estudantis nas instituições de ensino brasileiras.

4.2.1 Políticas de assistência estudantil no contexto dos IFs

Em uma relação contextual mais próxima do nosso trabalho, trazemos aqui algumas pesquisas sobre as políticas de assistência estudantil, realizadas no âmbito das Instituições da Rede Federal de Ensino e/ou no contexto do Ensino Médio Profissionalizante. Para a seleção

destes trabalhos, utilizamos os seguintes descritores: assistência estudantil nos Institutos Federais, Institutos Federais e PNAES, permanência no ensino médio e técnico; filtrando pelo período de interesse (últimos cinco anos). Para seleção dos estudos a serem analisados, foi feita uma leitura prévia do título e do resumo dos encontrados, estabelecendo as proximidades destes com o nosso trabalho. Em um segundo momento, em uma leitura mais acurada daqueles selecionados, elencamos sete trabalhos, os quais se aproximam mais do nosso propósito aqui nesta pesquisa, conforme exposto no Quadro 1:

Quadro 1 - Estudos relacionados às políticas de assistência estudantil no contexto dos IFs

AUTOR/TÍTULO	ANO	NÍVEL	ENDEREÇO ELETRÔNICO
TRINDADE, Arlene Vieira. A permanência estudantil: uma análise da primeira turma de Ensino Médio Integrado e a Política de Assistência Estudantil no Cefet/Rj-Campus Maria da Graça	2019	Mestrado	https://app.uff.br/riuff/handle/1/10884
FERREIRA, Maria Cristina Afonso. Políticas de permanência na Educação Profissional de Nível Médio: um estudo no Instituto Federal do Pará (2012-2017)	2018	Mestrado	file:///C:/Users/Livre/Downloads/Maria%20Cristina%20Ferreira-%20Vers%C3%A3o%20Definitiva%20-Para%20impress%C3%A3o.pdf
CONCEIÇÃO, Leyde Lelma Vieira da. Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Conceição do Araguaia-PA.	2017	Mestrado	file:///C:/Users/Livre/Desktop/ufrrj/Leyde-Formatada-1.pdf
SANTOS, Renata Eusébio dos. Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional do IFCE: dilemas e desafios no contexto da crise estrutural do capital.	2017	Mestrado	http://www.uece.br/maie/dm/documents/disserta%C3%A7%C3%A3o_renata_eusebio_dos_santos.pdf
SPRICIGO, Fabrício. A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: em análise o programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social.	2016	Mestrado	http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000012/0000125d.pdf
VIANA, Daniella Araujo Facchini. O programa de assistência estudantil e a cidadania: perspectivas dos alunos do ensino técnico integrado ao médio	2016	Mestrado	http://www.fae.br/mestrado/dissertacoes/2016/DANIELLA%20ARAUJO%20FACCHINI.pdf
TOREZANI, Sival Roque. A Percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil.	2015	Mestrado	https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/2854/2/2015%20-%20Sival%20Roque%20Torrezani.pdf
TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Avaliação da política de assistência estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA.	2013	Mestrado	http://www.mestrado.caeduff.net/wp-content/uploads/2017/08/ANA-LUIZA-DE-OLIVEIRA-LIMA-TAUFICK.pdf

Começamos essa apresentação com Trindade (2019), que investiga em seu estudo a permanência dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Utilizando-se de uma abordagem quanti-qualitativa, a autora analisa esta permanência, em sua relação com a Política de Assistência Estudantil e com os interesses da sociedade capitalista, no curso de ensino médio integrado ao técnico, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) - *Campus* Maria da Graça, no período compreendido entre 2014 e 2017. Este período, explica a pesquisadora, delimita o início e a conclusão da primeira turma de educação profissional de nível médio no *campus* e reflete o contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Nesse contexto, tece sua discussão, através da análise de importantes marcos legais, como a legislação do ensino médio integrado, a criação dos Institutos, o PNAES e a Lei de Cotas e, ainda, embasando-se em renomados estudiosos que tratam as questões por ela abordadas.

Em seus resultados, conclui que as mudanças nas formas de acesso e os dispositivos de auxílio aos estudantes foram imprescindíveis para a ampliação do acesso e para a permanência dos estudantes no ensino médio integrado. Contudo, não foram capazes, sozinhos, de superar a desigualdade social que se impõe no contexto escolar, que privilegia grupos de estudantes oriundos da rede privada, brancos e com renda mais elevada. Destarte, salienta que, apesar da importância dos programas e ações de transferência de renda na promoção da permanência escolar, principalmente daqueles vulneráveis socioeconomicamente, se faz preciso repensar o tipo de política de assistência estudantil que vem sendo promovida no contexto da política social brasileira atual.

Também com enfoque na Educação Profissional de Nível Médio, Ferreira (2018), realizou estudo sobre a permanência dos estudantes da educação profissional de nível médio, do Instituto Federal do Pará, no período de 2012 a 2017. A pesquisa, realizada no IFPA *Campus* Abaetetuba, buscou analisar a implementação das políticas de permanência estudantil, via PNAES, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio da instituição.

A pesquisa é construída a partir de um estudo de caso, do tipo qualitativo, utilizando como procedimentos de coleta de dados a revisão de literatura, a pesquisa documental e a entrevista semi estruturada com a Direção de Ensino, com a Coordenação de Assistência ao Educando e com os alunos dos cursos de educação profissional de nível médio do IFPA *Campus* Abaetetuba. A autora procurou, através destes instrumentos, compreender, a partir do referencial teórico, a política de educação profissional e a política de permanência estudantil, no âmbito histórico e contemporâneo; identificar, nos documentos oficiais, as orientações para o desenvolvimento das políticas de permanência nos cursos de educação profissional de nível médio do IFPA *Campus* Abaetetuba; bem como identificar as influências destas políticas na permanência dos estudantes em seus cursos.

Neste cenário, foram identificadas ações de implementação da política, por meio de processos seletivos, com ênfase nas ações de alimentação, transporte e moradia, com foco nos estudantes com vulnerabilidade social. Também foram relacionadas ações como: apoio à participação em eventos, iniciação científica, extensão, apoio à saúde e a oferta de ônibus escolar para auxiliar os alunos no acesso à instituição, por meio de recursos próprios do *campus*.

Em suas conclusões, a autora destaca que se revelam ainda as limitações na implementação da política, uma vez que há um número reduzido de profissionais para acompanhar os alunos que fazem parte da PAE e redução de recursos que inviabiliza a

implementação de todas as ações previstas em suas bases legais. Porém, apesar destas problemáticas, na visão da gestão e dos alunos, a política de assistência estudantil da instituição possui influências na permanência dos alunos no curso, em virtude das condições materiais, que podem inviabilizar a permanência dos mesmos. Os pesquisados identificam esse vínculo; entretanto, também consideram a necessidade de aprimoramento. Conclui ainda que a PAE sozinha não é responsável pela eliminação de todas as barreiras que impedem a permanência dos estudantes na instituição, mas ela atende, em parte, às prerrogativas de contribuir para a redução da insuficiência financeira de seus estudantes e prevenir a situação de retenção e evasão.

Conceição (2017), em um estudo qualitativo sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - *Campus* Conceição do Araguaia, verifica como os estudantes compreendem a assistência estudantil ofertada a eles pela Instituição. A autora parte do pressuposto de que a Política de Assistência Estudantil, inserida no contexto das políticas sociais, tem o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais, através da permanência e êxito dos estudantes nos cursos de nível superior. Ancorado nas concepções teóricas sobre política social de Faleiros, Behring, Yasbek, Demo, dentre outros, o estudo traz uma análise da política de assistência estudantil e de sua execução na instituição, através da percepção de seus beneficiários.

A pesquisa apontou que os estudantes têm pouca clareza do que é o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que há dificuldades na operacionalização do programa no *Campus*, principalmente no que se refere aos valores, processo seletivo e prazos. Evidenciou também que, para ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino, é necessário um conjunto de ações que vão além da oferta de auxílios, uma vez que atuar somente no viés econômico pode não estar contribuindo efetivamente para que os objetivos do programa sejam alcançados.

Santos (2017), em estudo realizado no Instituto Federal do Ceará *Campus* Limoeiro do Norte, investigou até que ponto a Assistência Estudantil possibilita o direito à educação, aos discentes dos cursos técnicos nesta instituição. Nesse intento, procurou compreender quais possibilidades podem ser proporcionadas ao desenvolvimento humano desses discentes, considerando o processo de desumanização advindo do capitalismo, apontando os avanços e limites do PNAES e também da educação como direito universal, em sua relação capital-trabalho.

Através dessa análise, a autora procura levantar subsídios que venham a contribuir para uma leitura crítica sobre a Assistência Estudantil, contribuindo para o desenvolvimento e avaliação das ações no âmbito da mesma. Através de uma investigação quanti-qualitativa, a pesquisadora utilizou-se de dados documentais, grupos focais com as equipes de Assistência Estudantil e de questionário aplicados aos discentes dos cursos em questão, a fim de compreender o entendimento destes sobre a AE. Para embasar sua discussão, recorreu a autores críticos do marxismo: Marx (1996); Marx e Engels (1999); bem como marxistas contemporâneos: Mézaros (2001) e Netto e Braz (2006); Lessa (2008); Lima e Jimenez (2011); Santos e Costa (2015); dentre outros.

Como conclusão, traz alguns apontamentos e salienta que a Assistência Estudantil se faz importante para permanência no ensino. Porém, garantir o direito à Educação não é suficiente para assegurar que todos tenham acesso ao ensino em iguais condições, principalmente em si considerando a formação para o trabalho. Expõe ainda a expectativa da contribuição para uma reflexão crítica da Assistência Estudantil, compreendendo sua relação com o modo de produção de capitalista, porém, que também contém em si, elementos de superação dessas relações.

Em uma linha próxima a Santos (2017), destacamos o estudo de Spricigo (2016), que aborda a política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Santa Catarina, em específico o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), trazendo à discussão o eixo norteador do programa, difundido nos documentos oficiais do IFSC, comparando seus pressupostos com o contexto societário atual. Caracteriza também os processos e procedimentos do PAEVS, evidenciando a materialidade histórica em que emerge a constituição do programa.

Segundo o autor, o programa, além de possuir caráter focalizado, atua em nível estratégico para solucionar problemas de permanência e êxito estudantil. Tendo atuação no tratamento compensatório dos efeitos da pobreza, acaba se constituindo em um instrumento que dissocia as desigualdades sociais de seus determinantes estruturais, uma vez que suas ações se limitam a aspectos conjunturais que chegam ao IFSC. Assim, evidencia que a Assistência Estudantil vem sendo executada com fortes reverberações do ideário neoliberal, caracterizando a mercantilização da política de educação brasileira, voltada aos interesses dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial.

Nesse contexto, o autor conclui que a condição de “vulnerabilidade social” conduz o PAEVS ao status de política focal, que não problematiza a base estrutural que produz as desigualdades, sendo incapaz de promover a emancipação social. Dessa forma, o programa ajuda na harmonização e coesão social, adiando os “embates” necessários à mudança social esperada. A focalização em um público estratégico, ajuda a retroalimentar a expropriação daqueles que sobrevivem da venda de sua força de trabalho.

Também com um olhar voltado ao ensino médio e técnico, Viana (2016) realizou estudo sobre a efetivação e organização do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - *Campus* São João da Boa Vista. Através de uma pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento a entrevista semi estruturada, na qual os dados foram analisados a partir do método de análise de conteúdo de Bardin, a pesquisadora procura analisar como os alunos do ensino médio integrado ao técnico, atendidos pelo PAE, avaliam a contribuição do programa para o exercício da cidadania.

Segundo a autora, a assistência estudantil, ao ser compreendida como direito social, correlaciona-se ao exercício da cidadania e também com os direitos humanos. No contexto dos Institutos Federais (IFs), é feita essa análise, considerando as particularidades destas instituições, as quais a oferta de cursos dentro do conceito verticalizado, indo do nível superior ao médio e técnico, traz características específicas à assistência estudantil, geralmente não contempladas em sua totalidade pelo PNAES. Nesse cenário, foi possível verificar a contribuição do programa para os alunos do ensino técnico integrado ao médio, através da viabilização do direito à educação, via ações de acesso e permanência.

Como conclusão, o estudo traz que os alunos entendem o PAE como programa que contribui para o exercício da cidadania, a partir da compreensão sobre o direito à educação, sobre a importância que o estudo tem em suas vidas e a possibilidade de transformação social através do mesmo. Reconhecem que há uma sociedade de classes e a desigualdade social e que, ter acesso ao programa não se trata de favor, sim de um direito social. Aponta ainda que, a partir desses resultados, este trabalho propicia contribuições para a implementação de políticas públicas de educação, em especial no que concerne à educação básica.

Torezani (2015) aborda em seu estudo a percepção dos discentes beneficiados do Curso de Agronomia do IFES Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil no que se refere à permanência e ao desempenho acadêmico, a fim de analisar a funcionalidade da referida política no cenário educacional do curso. Utilizando como método a pesquisa qualitativa, o autor levanta, através de uma análise avaliativa, a visão dos beneficiados acerca

da eficácia dos programas de assistência estudantil. Segundo ele, a partir das respostas dos alunos aos questionários, foi possível compreender como os programas de assistência estudantil atuam na trajetória acadêmica dos discentes e delinear os efeitos da assistência estudantil na vida acadêmica desses sujeitos, além de entender melhor o perfil socioeconômico destes alunos, o que pode auxiliar em uma análise pedagógica mais complexa do desempenho acadêmico dos mesmos.

O próximo estudo aqui abordado, de Taufick (2013), encontra-se em uma linha temporal diferente daquela que delimitamos para este levantamento. Entretanto, por considerarmos este um dos trabalhos mais abrangentes em relação à assistência estudantil no contexto dos IFs e, ainda, por abordar neste estudo o IF Goiano, *locus* de nossa pesquisa, consideramos importante trazê-lo a nossa discussão.

Taufick (2013) verificou em seu estudo a implantação da assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da sua inclusão no PNAES, tendo o olhar voltado ao público do PROEJA. Esta pesquisa pautou-se em conhecer os princípios e objetivos da política de assistência estudantil dos Institutos Federais, identificar os tipos de benefícios oferecidos e regras de concessão, o público beneficiário e a contrapartida exigida, a responsabilidade pela gestão e a previsão de monitoramento e/ou avaliação da política, afim de perceber se estas políticas cumprem com seu papel, no que diz respeito a permanência e êxito na educação.

Utilizando como método a análise de conteúdo de Bardin (2011), a autora realiza uma pesquisa dos regulamentos das Políticas de Assistência Estudantil de 30 Institutos Federais, dentre estes o IF Goiano, *locus* da pesquisa aqui realizada. Nestes regulamentos é observado a data e forma de aprovação, princípios, objetivos, tipos de benefícios, beneficiários e contrapartida, responsáveis pela gestão da ação e previsão de monitoramento/avaliação da política.

Diante desta análise, a autora aponta a relevância da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais nos indicadores educacionais. Entretanto, evidencia também os pontos que precisam ser trabalhados, porque podem representar um risco à ampliação e continuidade das ações nestas instituições. Percebeu, ainda, a heterogeneidade na multiplicidade de fatores que são considerados para determinar quais benefícios estabelecer e como dividir os recursos, mas também sua homogeneidade na priorização dos benefícios e na oferta de alguns benefícios.

Os resultados mostraram que a política de assistência estudantil dos Institutos Federais possui vinculação com os direitos sociais, mas que também estão presentes metas de atendimento integral dos estudantes, contemplando aspectos sociais, acadêmicos, de saúde, de cultura e de formação cidadã. Assim, os resultados evidenciaram que a política ora delineada pelos Institutos busca atender aos estudantes de todos os níveis de ensino, priorizando àqueles em desvantagem socioeconômica e oferecendo benefícios sociais e outros tipos de benefícios para o atendimento integral do estudante.

Em suas conclusões, a autora destaca também que é necessário a construção, junto à SETEC/MEC, de uma regulamentação adequada para a Política de Assistência Estudantil das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, pois as diferenças existentes entre as universidades e os institutos federais evidenciam que a forma como foi concebido o PNAES o coloca distante da realidade das Instituições Federais de Educação Profissional.

Em uma análise conjunta dos estudos aqui expostos, um ponto se faz comum e inquestionável: a relevância da assistência estudantil para a permanência no ensino. Em todos os trabalhos as PAE são consideradas como principal instrumento de permanência nas

instituições de ensino, daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, estes estudos também apontam uma diversidade de concepções quanto a estas ações, principalmente no que diz respeito a regulamentação, implementação e execução destas políticas. A falta de uma regulamentação que trate as peculiaridades e especificidades do ensino ofertado pela Rede Federal é o que geralmente traz estas inconsistências e impasses no desenvolvimento das PAE nesse contexto.

Outro ponto trazido a pauta foi a constituição destas políticas em ferramentas de manutenção das desigualdades sociais e da relação capital-trabalho. Agravado pela proposição de políticas de permanência de caráter focalizado e não universal.

E, outra questão suscitada, que esbarra no dito acima, é a falta de ações que contemplem os aspectos acadêmicos, culturais e sociais dessa permanência.

Estes são alguns pontos que vem à tona ao serem discutidas as políticas de assistência estudantil.

4.2.2 Os programas de moradias/residências estudantis nas instituições de ensino

Neste segundo grupo, trazemos os estudos que tratam as residências estudantis nas instituições de ensino do Brasil. Para a seleção destes trabalhos, utilizamos os descritores: moradia estudantil, as moradias nas universidades, assistência estudantil e residência estudantil, permanência no internato. Haja vista a escassez de trabalhos encontrados nas bases e, também devido a uma grande parte ser voltado para a área da saúde, estabelecemos uma margem temporal maior na seleção desses estudos, a partir de 2010. Procedemos o mesmo critério de seleção do primeiro grupo, fazendo uma leitura prévia do título e do resumo dos trabalhos encontrados e, após, a leitura daqueles selecionados, dos quais elencamos sete trabalhos, conforme exposto no Quadro 2:

Quadro 2 - Estudos sobre os programas de moradias/residências estudantis

AUTOR/TÍTULO	ANO	NÍVEL	ENDEREÇO ELETRÔNICO
OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. Acesso, permanência e êxito: percepções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação profissional e tecnológica.	2020	Mestrado	http://hdl.handle.net/10400.15/2831
CERQUEIRA, Manuela Vanesca da Silva. Moradias estudantis: a luta pela permanência na universidade.	2018	Mestrado	https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28685/1/Dissertacao%20PDF.pdf
LIMA, Raquel Flores. Adaptação no ensino médio técnico: a experiência de adolescentes que saem de suas cidades para estudar.	2016	Mestrado	file:///C:/Users/Livre/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20Raquel%20Flores%20de%20Lima.pdf
MARANHÃO, Fábيا Castro de Albuquerque. Política Pública de Assistência Estudantil: um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE.	2016	Mestrado	https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24844/1/DISserta%C3%87%C3%83O%20Fabia%20Castro%20de%20Albuquerque%20Maranh%C3%A3o.pdf
BARRETO, Dalton. Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil:	2014	Mestrado	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128775

reflexões sobre as políticas de gestão universitária.			
GARRIDO, Edleusa Nery. Moradia estudantil e formação do(a) estudante universitário(a).	2012	Doutorado	http://repositorio.unicamp.br/jsui/bitstream/REPOSIP/250939/1/Garrido_EdleusaNery_D.pdf
ARAÚJO, Anne Caroline Costa. A percepção discente sobre a Residência Universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral.	2016	Mestrado	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17044

Começamos por um estudo recente, de Oliveira (2020) realizado no IFB (Instituto Federal de Brasília). O estudo procurou identificar os impactos da residência estudantil sobre os estudantes contemplados no período de 2015 a 2018, no Campus Planaltina. O autor situa seu trabalho na perspectiva de consolidação das políticas públicas voltadas à assistência estudantil, objetivando contribuir com a análise de ações realizadas no âmbito da educação profissional e tecnológica, especificamente no que se refere à oferta de residência estudantil e seus efeitos na permanência e êxito dos estudantes.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram adotadas as abordagens bibliográfica e exploratória, utilizando como instrumento a entrevista coletiva e questionário, com alunos residentes, não residentes, ex alunos e gestores. Através destas ferramentas foram analisadas, dentro destes grupos, as vantagens e desvantagens da residência estudantil e seus impactos acadêmicos e sociais. Com vistas às dificuldades elencadas pelos residentes, foi proposto um projeto interventivo chamado “apadrinhamento pedagógico”, visando o desenvolvimento de habilidades sociais, bem como a diminuição de problemas voltados à permanência escolar.

Por fim, segundo o autor, após análise dos impactos elencados pelos alunos, a residência estudantil se mostrou capaz de promover a garantia do direito à educação, fazendo parte de uma rede de ações voltadas à promoção da permanência e do êxito estudantil.

Cerqueira (2018) comunga com a visão de Garrido (2012), cujo estudo será também aqui trazido; de que as moradias estudantis não devem apenas garantir a satisfação das necessidades básicas dos estudantes, mas também estimular a transformação social destes. Nessa concepção, busca analisar em seu estudo a realidade dos estudos nacionais sobre moradias estudantis e, sobretudo a situação das moradias estudantis da Universidade Federal da Bahia (UFBA), entendendo sua formação e sua configuração atual.

Dessa forma, a pesquisa abordou dois artigos que tratam os temas, nos quais, no primeiro foi realizada uma análise de 16 trabalhos, encontrados em base de dados, do período de 2000 a 2017. Esta produção foi classificada em duas categorias: a gestão dos recursos destinados às moradias estudantis e as dificuldades vividas pelos estudantes residentes. O segundo artigo versa sobre as moradias estudantis da UFBA, contextualizando seu surgimento, sua situação atual e as dificuldades enfrentadas no processo de gestão das moradias, frisando a necessidade de consolidação das políticas de assistência estudantil, como forma de assegurar a adequada permanência aos estudantes.

Em sua discussão e considerações, a autora expõe que o número de trabalhos nacionais sobre o tema ainda é pequeno e aponta que, na realização de seu trabalho, foi possível compreender que apesar dos avanços nas políticas de assistência estudantil, ainda é necessária a garantia de melhores condições de permanência aos estudantes, através de investimentos no que diz respeito às moradias estudantis, a fim de reduzir as taxas de evasão e contribuir na melhoria da formação estudantil. Segundo a autora, há necessidade de mudança da concepção de universidade, posto de lado os interesses do mercado financeiro, fortalecendo as políticas

de inclusão e permanência daqueles que foram por anos excluídos do direito à educação em todos os seus níveis.

O estudo de Lima (2016), tratou o processo de adaptação de estudantes do ensino médio técnico, que passam a residir na moradia estudantil. Assim, a pesquisa teve o objetivo de compreender como adolescentes, que saem de suas cidades de origem e ingressam no primeiro ano do ensino médio técnico, vivenciam a adaptação às novas demandas que se impõem ao sair da casa dos pais para residir na moradia estudantil. Buscou também identificar quais fatores facilitam e dificultam essa adaptação ao novo contexto.

Utilizando de entrevistas individuais, realizadas com 12 estudantes, de ambos os sexos, das turmas de 2º ano de três cursos técnicos integrados ao ensino médio da Instituição em que foi realizada a pesquisa, a autora organizou seu trabalho em dois estudos empíricos. O primeiro estudo objetivou descrever os sentimentos e percepções desse público, relacionados com a experiência de sair de casa e começar a viver na moradia estudantil. O segundo estudo procura reconhecer quais fatores facilitam e/ou dificultam o processo de adaptação a este novo contexto em que estão inseridos. Através dos resultados encontrados, a autora aponta a importância de as escolas técnicas desenvolverem estratégias para melhor auxiliar os estudantes que precisam sair de suas casas e viver em moradias estudantis.

Dessa forma, concluiu-se que a boa adaptação está permeada por vários fatores que envolvem desde o desenvolvimento emocional desses adolescentes até às ações institucionais. Esta experiência, mesmo que estressante, também é encarada de forma positiva, como algo que produz crescimento pessoal. Assim, há a necessidade de suporte a esses alunos, visando promover o seu desenvolvimento emocional, psicossocial e acadêmico. A referida autora destaca ainda a dificuldade de se encontrar estudos que tratam desta temática no ensino médio.

Maranhão (2016), tendo como eixo norteador a Política de Assistência Estudantil, verifica em seu estudo o nível de satisfação dos universitários residentes nas moradias estudantis da Universidade Federal Rural de Pernambuco, *Campus Dois Irmãos*.

A autora destaca a importância da moradia estudantil como um espaço de socialização, que democratiza o acesso à universidade para muitos e, também argumenta que essas moradias devem destinar-se a oferecer as condições básicas de uma habitação. Assim, através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, realizada com alunos e gestores, buscou identificar se estas residências têm atendido, com satisfação, as demandas cotidianas dos seus residentes, com ênfase na qualidade da infraestrutura, convivência social e desempenho acadêmico. Além disso, também foi traçado o perfil dos residentes segundo as variáveis sociodemográficas, socioeconômicas, culturais, acadêmicas e relativas ao Programa de Residência. Segundo Maranhão (2016), os residentes por vivenciar com maior intensidade sua moradia, conseguem avaliá-la com maior precisão, evidenciando os aspectos positivos e negativos referentes a mesma.

Os resultados apontaram que a maioria dos moradores está satisfeita com a residência estudantil. A autora salienta que espera, a partir desse estudo, facilitar o acesso a uma variedade de informações válidas e confiáveis que possam ser utilizadas pela comunidade acadêmica, e gestores públicos, com vistas a subsidiar a tomada de decisão acerca das ações da Política de Assistência Estudantil na instituição, especificamente, as residências estudantis.

Barreto (2014) diz sobre os estudos das moradias estudantis que estas merecem um olhar científico que colabore na elucidação de problemas inerentes à gestão das mesmas. Para ele, a gestão é um dos principais problemas enfrentados pelas IFES em relação às moradias. Com vistas a esta questão, sua pesquisa teve por foco as políticas de gestão universitária direcionadas para as moradias estudantis públicas, através de uma análise das moradias das

universidades federais do sul do Brasil, objetivando apresentar resultados práticos e teóricos que pudessem contribuir na gestão deste tipo de moradias. Utilizando como método a análise documental e entrevistas semi-estruturadas com os envolvidos na gestão das moradias estudantis, procurou identificar os fatores que afetam tal gestão e a avaliação da mesma.

Neste contexto, o estudo revelou que as Universidades pesquisadas contemplam os pressupostos básicos da gestão, destacando aí, a participação dos alunos residentes na administração das moradias. O autor conclui que este processo, além de enriquecer as relações entre os próprios moradores, também estabelece estreitas ligações com os gestores, sendo facilitador na resolução dos problemas. Destarte, se faz necessário que o gestor se atente para a importância da moradia estudantil e dos programas de assistência social para estes alunos e, também se faz imprescindível, o fortalecimento dos órgãos estudantis ligados as Moradias.

Ademais, concluiu que o programa Moradia Estudantil é primordial ao aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois, sem este tipo de programa, tais alunos não teriam como concluir seus cursos. Por fim, sintetiza esta observação dizendo que "somente propiciando dignidade a estes alunos é que podemos minimizar tais situações, seja através de uma moradia digna ou através de programas de assistência estudantil que contemplem as reais necessidades desse alunado" (BARRETO, 2014).

Para Garrido (2012) a moradia estudantil faz parte do ambiente acadêmico e traz contribuições ao processo de formação acadêmica. Com vistas a esta questão, sua investigação procurou identificar e analisar mudanças percebidas pelos residentes de moradias estudantis no domínio pessoal, social, acadêmico, de saúde e as condições associadas a essas mudanças. Buscou também descrever as características de uma moradia estudantil adequadas à formação universitária, segundo a percepção de seus moradores.

O estudo de abordagem qualitativa, foi desenvolvido em duas universidades públicas baianas, com 32 estudantes de graduação de ambos os sexos, residentes em oito moradias estudantis em tempo superior a dois semestres, levantando os impactos da moradia estudantil sobre o estudante nos anos de formação e quais são as características desejáveis para uma moradia estudantil, tendo em vista as necessidades e as responsabilidades impostas pela formação universitária. As condições de impacto identificadas foram organizadas em categorias relativas ao ser morador e à moradia em seus aspectos sociais e estruturais. A autora traz ainda um panorama dos estudos sobre moradias estudantis nos Estados Unidos e no Brasil e do perfil de seus moradores, mostrando a diversidade desses espaços, mas também a falta de estudos quanto ao tema.

Diante dos aspectos levantados, foram tecidas sugestões dos estudantes quanto a esta moradia. Os resultados confirmaram a contribuição da moradia no enriquecimento da vivência acadêmica e apontaram para a necessidade de investimentos nesses espaços, principalmente nos aspectos estruturais e de valorização de seu potencial formativo. Destaca ainda a importância e necessidade de estudos que contemplem o potencial e a realidade desses espaços de formação educacional.

Já este último trabalho, que fere a ordem cronológica aqui apresentada, porém, propositalmente, faz um caminho inverso aos estudos aqui trazidos. Araújo (2016), ao analisar a política de assistência estudantil da Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, procura saber se "seria interessante para o Campus de Sobral investir na construção de uma residência universitária para abrigar os estudantes?". A autora explica que o Campus de Sobral possui como programas de assistência estudantil o Restaurante Universitário e a oferta de bolsas assistenciais e acadêmicas. Com isso, os alunos em situação de vulnerabilidade econômica não possuem a residência universitária como uma opção para solucionar a questão da

moradia, uma vez que a universidade optou pela implementação do Programa Auxílio Moradia.

Diante dessa questão, o objetivo do seu estudo foi compreender a percepção discente sobre o Programa Auxílio Moradia no Campus Sobral, estabelecendo um comparativo com a percepção de residentes universitários de outras universidades brasileiras. Para alcançar tal objetivo, foram utilizados questionários, afim de conhecer a opinião dos beneficiários a respeito dos dois programas de assistência estudantil.

Segundo Araújo, a partir das opiniões, foi possível conhecer as vantagens, desvantagens e os pontos a serem repensados nos dois programas. Expõe também que as experiências distintas dos dois grupos podem refletir em contribuições significativas na melhoria dos programas de assistência à moradia estudantil.

No exposto até aqui, podemos inferir que, dentre as políticas de assistência estudantil, a moradia estudantil se torna um fator preponderante à permanência. Esta relevância é percebida em índices e observações, expressos nos estudos sobre o tema e, na percepção dos usuários, analisadas também em alguns trabalhos.

Os pontos negativos destacados disseram respeito à necessidade de melhorias estruturais dos espaços e de ações que contemplem estas moradias como espaço de formação e atendam seus usuários em todas suas necessidades, de forma a contribuir no desempenho dos mesmos.

Enfim, a discussão sobre as PAE e a revisão literária aqui trazidas possibilitou-nos conhecer as inferências do contexto atual da Assistência Estudantil, fornecendo subsídios para o estudo ora desenvolvido. Esperamos que o panorama aqui retratado possa ampliar a discussão sobre o tema, vindo a contribuir para avanços nas políticas de inclusão e permanência educacional.

5 O INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS URUTAÍ

O desafio é, pois, o de termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional que é patrocinado pelos organismos internacionais [...], do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

(Gaudêncio Frigotto)

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é originária das dezenove escolas de aprendizes artífices instituídas em 1909. A partir daí, conforme levantamento histórico já feito em capítulo anterior deste trabalho, constituiu-se uma rede de escolas agrícolas – as Escolas Agrotécnicas Federais. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Urutaí (IF Goiano - Campus Urutaí), localizado no município de Urutaí, estado de Goiás, se insere nesse processo histórico, em uma trajetória de 66 anos de Ensino Público.

Sua história teve início em 1918, quando o presidente da República Wenceslau Brás, por meio do Decreto Lei 13.197 de 25 de setembro, criou a Fazenda Modelo de Criação de Urutaí. As grandes fazendas de gado da região e a "estrada de ferro" foram fatores determinantes da implantação da Fazenda, mantida por recursos federais, em Urutaí. A propriedade funcionou, por várias décadas, como Centro de Criação de Raças Bovinas de alto padrão zootécnico. No ano de 1951, através do Projeto de Lei n. 1.416/1951, o deputado Benedito Vaz solicita a transformação da Fazenda Modelo em uma escola agrícola. Com isso, dois anos depois, pela Lei nº 1.923 de 28 de julho de 1953, foi criada a Escola Agrícola de Urutaí, subordinada a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) do Ministério da Agricultura.

A instituição, segundo Issa (2014), teve como suporte legal o Decreto-Lei n. 9.163/1946, que instituiu a Lei Orgânica sobre o Ensino Agrícola, e o Decreto n. 21.667/1946, que regulamentou os cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola. Porém, inicialmente, somente foram oferecidos os cursos de Iniciação Agrícola e Arador Tratorista. O curso de Mestria Agrícola teve início na instituição quando a Escola passa a ser denominada Ginásio Agrícola de Urutaí, em 1964, pelo Decreto nº. 53.558. Diante disso, a instituição passou a oferecer o curso Ginásio Agrícola com duração de quatro anos. O aluno, ao concluir seus estudos, era certificado com o curso de Mestre Agrícola. Vários alunos ao se formarem no Ginásio Agrícola de Urutaí passaram a fazer parte do quadro de funcionários da instituição. Isto porque eles se adaptavam e ficavam na instituição e também, porque não havia profissionais habilitados para atuarem ali. Relato de um dos ex-diretores da instituição, conforme citado em Issa (2014) menciona que

Alguns resolveram continuar seus estudos na área da agropecuária, como por exemplo, iam para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e cursavam o chamado "Esquema II", durante 04 anos e voltavam aptos a lecionar em Escolas Agrotécnicas (FRANCISCO ALDIVINO GONÇALVES, jun./2015, p. 10).

Em 1977, a instituição foi autorizada a funcionar com o Curso Técnico em Agropecuária, em nível de 2º Grau, já com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (EAFUR), nome este que se consolidou em 1980. O Curso Técnico em Agropecuária então, obedecendo às normas da legislação federal (Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 e

Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação), era desenvolvido em três anos letivos, composto por dois grupos de disciplinas: um voltado para a formação geral (disciplinas do Ensino Médio) e outro para a formação profissional (disciplinas técnicas).

Até 1994, a EAFUR ofereceu apenas cursos direcionados para a área agropecuária. Em 1995 iniciou-se o primeiro curso técnico fora da área agrícola, o Curso Técnico em Processamento de Dados. O curso, ofertado no período noturno, era integrado ao ensino médio, com duração de quatro anos.

Ao longo de uma trajetória histórica, as mudanças que se processaram na política educacional brasileira, como já referendado anteriormente, se fizeram também presentes na Escola Agrícola de Urutaí, refletindo em seus objetivos institucionais e atendendo às necessidades e exigências do setor produtivo. Nesse contexto, no ano de 1997, foi promulgado o Decreto 2.208. Através deste, o governo separou a formação geral da formação técnica, o que, conforme Manfredi (2002, p. 133), “estabeleceu uma separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas”. Com base no decreto, a atribuição do ensino profissional seria a preparação de mão-de-obra para atender à lógica do mercado, reforçando o caráter dual da educação.

Com isso, então, o curso Técnico em Agropecuária da EAFUR foi reformulado e a instituição passou a oferecer também os cursos da área agrícola com habilitações em: agricultura, agroindústria, infraestrutura rural e zootecnia, com duração de dois anos.

Ainda nesse mesmo ano (1997), resultante de parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura de Morrinhos - GO, a EAFUR foi autorizada a promover o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos – UNED Morrinhos. Esta permaneceu vinculada a Urutaí até a criação dos Institutos Federais, em 2008, quando teve sua autonomia e passou a ser um *campus* do IF Goiano (IF Goiano - Campus Morrinhos).

No ano de 1999 acontece a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem – TID, o primeiro da instituição. O curso, com duração de três anos, foi sem dúvida um marco relevante para a história da Instituição. Além de contribuir para a inserção da Instituição no Ensino Superior, criar a oferta de uma nova modalidade de ensino para a região de Urutaí e aumentar a visibilidade da EAFUR, o TID também foi de grande importância no processo de implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí (Cefet - Urutaí).

A *cefetização* ocorreu com o Decreto Presidencial de 16 de agosto de 2002. Através deste, houve a transformação e mudança de denominação da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí para Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí – CEFET - Urutaí.

A partir daí, amparado por pesquisas vocacionais realizadas na região, o CEFET - Urutaí passa a oferecer os cursos Técnico Agrícola, com habilitação nas áreas de Agropecuária, Agricultura, Agroindústria e Zootecnia; Curso Técnico em Informática e Cursos de Tecnologia, em nível de 3º grau, em Irrigação e Drenagem e em Sistemas de Informação.

O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação foi criado em 2003. Posteriormente, em 2006, com a publicação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, sua nomenclatura foi alterada para Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS).

Souza (2014) diz que "A inserção dos CEFETs na educação superior representou uma reestruturação nas instituições de nível técnico – escolas técnicas e agrotécnicas – que a eles deram origem." Segundo ele, a transformação da Escola Agrotécnica de Urutaí, bem como a de Rio Verde, em CEFET abriu espaço à oferta de educação superior nos mesmos e

possibilitou um maior desenvolvimento institucional, principalmente no que se refere à infraestrutura física e gestão (SOUZA, 2014, p. 67).

Nessa vertente, através do Decreto n.º 5225, de 1º outubro de 2004, o CEFET Urutaí passa a ser Instituição de Ensino Superior. Seguindo o contexto da política de expansão da oferta de cursos de tecnologia como forma de atendimento a uma nova demanda no cenário do desenvolvimento regional e global, no qual os Cefets estavam inseridos, a Instituição expandiu sua oferta de cursos de graduação. Em 2006, ofereceu o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos e, em 2007, houve a oferta de dois novos cursos superiores de Tecnologia: Gestão Ambiental e Gestão da Tecnologia da Informação.

Também em 2004, o Decreto n.º 5.154 possibilitou a integração entre ensino médio e profissional. A partir disso, iniciaram-se as discussões sobre a possibilidade e a elaboração de um novo projeto do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, que teve suas primeiras turmas iniciadas somente no ano de 2008. Mesmo com a (re)implantação dos cursos integrados, a Instituição continuou a oferecer cursos técnicos na modalidade concomitante e subsequente e também ofereceu cursos na modalidade PROEJA (Informática e Alimentos).

Em dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892, em consonância com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; compostos pela absorção de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas Vinculadas a Universidades. Então, junto à outros trinta e sete Institutos Federais, nasce o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano).

O IF Goiano foi formado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí e sua Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos; Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde e a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE). Sua Reitoria, unidade a qual cabe a administração, a gestão, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da instituição; foi instalada em Goiânia, capital do estado. Em 2010 a Instituição inaugurou mais um *campus*, na cidade de Iporá e, em 2014, abriu mais três novos *campi*, em Campos Belos, Posse e Trindade. Junto à essas unidades, também surgiram os *campi* avançados, nas cidades de Catalão, Cristalina, Ipameri e Hidrolândia. Dentre estes, em 2018, o Campus Avançado de Cristalina passa à condição de *campus*, vindo então a se tornar o IF Goiano - *Campus* Cristalina. A instituição conta ainda com o Polo de Inovação, uma Unidade de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) localizada em Rio Verde. Assim, a instituição totaliza, hoje, doze unidades no estado de Goiás, atuando na educação superior, básica, profissional e pós-graduação, atendendo atualmente uma média de mais de vinte e cinco mil alunos, de diversas localidades.

Em conformidade com a Lei de criação dos IFs e, como relata seu PDI (2019-2023), o IF Goiano "oferece educação básica e profissional, educação superior, pluricurricular e multicampi, especializada em educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, atendendo, atualmente, mais de vinte e cinco mil alunos". O Mapa Estratégico mostrado na Figura 2 demonstra, visualmente, as perspectivas, metas e as formas a serem trabalhadas para que a Instituição alcance seus objetivos:



Figura 02 – Mapa Estratégico PDI 2019-2023

Fonte: www.ifgoiano.edu.br

Dentro dessa estrutura organizacional, destacamos o IF Goiano - Campus Urutaí, *locus* do estudo em questão. Como demonstrado na trajetória institucional até aqui delineada, o IF Goiano - *Campus* Urutaí vem de uma tradição no Ensino Agrícola, fortalecida pelo caráter também agrícola da região em que é estabelecido, na cidade de Urutaí, região da "Estrada de Ferro". Segundo Rosa (2018, p. 9), "um fato importante é que foi mantida a vocação, a identidade da instituição, que mesmo tendo se tornado IF, continuou focalizando prioritariamente cursos da área agropecuária".

A instituição, no decorrer de sua história, passou por diferentes políticas educacionais que interferiram e marcaram sua trajetória educacional e contribuíram para seu aprimoramento e adequação às configurações da sociedade em constante evolução. O PDI (2019-2023) do IF Goiano traz que:

O Campus Urutaí é uma instituição de educação que visa o trabalho em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base

no mapeamento de potencialidades do desenvolvimento socioeconômico e cultural da região sudeste do Estado de Goiás (PDI 2019-2023, p. 31).

Atualmente, o *Campus* Urutaí oferece três cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, sendo estes Agropecuária, Biotecnologia e Informática. Ainda, na área técnica, há também o Curso Técnico em Agropecuária Concomitante. No Ensino Superior, possui dez cursos: Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Agrícola, Sistemas de Informação, Ciência e Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e as Licenciaturas em Matemática, Química e Ciências Biológicas. Além disso, na pós-graduação, são ofertados uma especialização em Ensino de Humanidades, mestrado profissional em Conservação dos Recursos Naturais do Cerrado e mestrado profissional em Proteção de Plantas. Também é ofertado na Instituição o Mestrado em Ensino.

No que diz respeito à Estrutura espacial e física, o IF Goiano - *Campus* Urutaí possui uma área de 512 hectares, distribuídos em duas fazendas: Palmital e Pedra Branca. A segunda serve a criação de animais e áreas de projetos agrícolas. Na primeira, encontra-se toda a estrutura de ensino da Instituição. O *Campus* dispõe de grande número de salas de aulas, auditórios, biblioteca, refeitório, complexo esportivo, laboratórios para a realização de atividades didáticas e científicas e prédios administrativos. Também possui um complexo agroindustrial e os setores de produção, criação e manejo de bovinos, suínos, peixes, ovinos, aves, fruticultura e olericultura (LEPs); áreas de projetos e o Centro de Treinamento de Cães-Guia. Além disso, conta com um Centro Integrado de Saúde e as Residências Estudantis.

No que foi exposto sobre o processo histórico da Instituição, outra característica que se destaca dentre as singularidades da mesma é a questão do internato. Pode-se perceber que, desde sua criação, a escola oferece moradia à grande parte dos alunos que nela ingressam. A Residência Estudantil, um dos fatores determinantes e possibilitadores do acesso ao ensino na Instituição e tema da nossa pesquisa, será abordada no tópico a seguir.

5.1 A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Goiano - *Campus* Urutaí

Conforme exposto no capítulo anterior, nas Instituições Públicas de Ensino, as ações na área de assistência estudantil baseiam-se no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do qual cada uma dessas Instituições, considerando suas especificidades, estabelece o seu Programa de Assistência Estudantil. Nesse contexto insere-se o Instituto Federal Goiano - *Campus* Urutaí.

Desde a criação da Instituição em 1953, as respectivas administrações sempre mantiveram, como forma de auxiliar a permanência dos alunos em seus cursos, a disponibilização gratuita de refeições diárias e alojamentos para alunos comprovadamente carentes, vindos de regiões vizinhas e de vários estados do país. Issa (2014), aponta que a singularidade do Instituto Federal Goiano – *Campus* Urutaí, desde 1953, por ter iniciado como fazenda agrícola, é de internado. Segundo a autora, mesmo não havendo uma legislação específica, no *Campus* Urutaí, por meio do regime de internato, já havia a Assistência Estudantil. Entretanto, estes programas eram mantidos com recursos da própria Instituição, que normalmente eram poucos, e dependiam tanto da possibilidade de disponibilização dos recursos para este fim, como também da sensibilidade da gestão quanto a importância destas ações.

Diante disso, as ações de Assistência Estudantil no *Campus* Urutaí, se restringiam ao alojamento, que recebia uma média anual de sessenta alunos; ao Refeitório Estudantil, que

fornecia gratuitamente todas as refeições dos alunos do alojamento e disponibilizava aos alunos não residentes o almoço, com valor subsidiado pela Instituição, sendo cobrada uma taxa mínima pela refeição; por fim, a assistência médica e odontológica a todos alunos, conforme capacidade de atendimento do setor responsável pelo serviço. Situação esta que permaneceu por longos anos.

Como já exposto no capítulo anterior, mesmo criado em 2007, o programa de assistência estudantil só foi regulamentado em 2010. No período de 2008 à 2009, apesar de já haver repasse de recursos referentes ao PNAES, os mesmos ainda eram poucos e não havia especificidade quanto a este orçamento. Além disso, principalmente no cenário da Rede Federal, ainda haviam poucas discussões e embasamento no que se refere às ações voltadas à permanência e êxito e sua importância no contexto da AE. Dentro desse panorama, o Programa de Assistência Estudantil do *Campus* Urutaí, nesse período, ainda era ofertado nos mesmos moldes dos anos anteriores, já descrito acima.

A partir de 2010, as despesas com assistência ao educando passaram a ser custeadas pela ação orçamentária específica, destinada exclusivamente à Assistência ao Estudante, ação 2994- Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica, instituída pelo decreto nº 7.234/10 (PNAES). A partir daí há um significativo aumento nas ações assistenciais do IF Goiano - *Campus* Urutaí, que vão se ampliando gradativamente a cada ano, conforme a disponibilização de recursos à Assistência Estudantil.

A Tabela 1 apresenta os dados colhidos das matrizes orçamentárias elaboradas pelo CONIF no período de 2011 a 2018.

Tabela 1- Limites orçamentários do período de 2011 a 2018 no IF Goiano Campus Urutaí

Ano	Matricula Presencial	Matricula RIP	Matrícula EaD	Total por ano
2011	1412	-	-	662.054,00
2012	1632	-	-	780.288,00
2013	1379	179	-	1.458.854,00
2014	1286	235	350	2.239.181,00
2015	1644	252	1088	3.090.542,00
2016	1740	246	3657	3.359.442,81
2017	2189	252	1251	3.322.760,33
2018	2252	300	1152	3.295.101,41
TOTAL	13534	1464	7498	18.208.896,55

Fonte: Matriz CONIF 2011 a 2018

Podemos perceber que, com a implantação do PNAES, os recursos para assistência estudantil vão gradativamente aumentando, o que favoreceu a implementação de um número maior de ações voltadas ao atendimento ao educando. Percebemos também que as matrículas RIP, que são as matrículas de Regime de Internato Pleno, acompanham esse aumento. Isso quer dizer que as vagas para o Programa de Residência Estudantil foram sendo aumentadas. É importante esclarecer a esse respeito que essas matrículas, para repasse de recursos à Assistência Estudantil, somam um montante maior de valores. A matrícula em caso de RIP equivale a 1,5 de uma matrícula normal.

Para regulamentar as ações da AE no IF Goiano, foi elaborado e aprovado pelo Conselho Superior da Instituição, o Manual de Assistência Estudantil do Instituto Federal Goiano (2013, p. 13), que se encontra hoje em sua quarta edição. Este manual preconiza que

A Assistência Estudantil deve ser entendida como direito social, capaz de romper com tutelas assistencialistas e com concessões estatais, com vistas a inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial.

O mesmo vem reforçar os termos do decreto do PNAES quanto aos objetivos da Política de Assistência Estudantil e define os princípios, as diretrizes e os programas de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal Goiano.

Os programas elencados no Manual, executados no IF Goiano – *Campus* Urutaí, são: auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio alimentação, regime de residência estudantil, bolsas vinculadas a projetos, isenções de taxas, núcleo de acessibilidade, atenção à saúde, acompanhamento psicopedagógico, atividades culturais, esportivas e de lazer, formação para a cidadania, participação em intercâmbios e eventos acadêmicos, educação para a diversidade, promoção e vigilância a saúde do estudante, orientação profissional/carreira, Interação escola família no processo educativo, bolsa monitoria, outras ações inerentes à política de assistência estudantil (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO, 2013).

A Tabela 2 especifica os auxílios disponibilizados no período de 2010 a 2019, bem como a quantidade de alunos atendidos pelos mesmos:

Tabela 02 – Número de Alunos atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil.

Ano	BOLSAS ASSISTENCIAIS				BOLSAS ACADÊMICAS			
	Residência	Transporte	Moradia	Alimentação	Monitoria	Extensão	PIBIC/PIBIT	Eventos
2010	150	00	00	00	00	00	24	00
2011	83	00	00	00	25	00	26	00
2012	101	00	00	00	32	00	22	00
2013	202	56	66	15	53	00	39	00
2014	68	245	77	48	35	00	42	00
2015	57	255	34	26	37	22	49	29
2016	244	250	30	43	36	22	140	44
2017	85	208	50	38	26	17	112	46
2018	86	245	70	50	41	23	54	16
2019	128	270	30	50	32	31	51	15
TOTA	1204	1528	357	270	317	73	538	150

Podemos depreender dos dados da Tabela 2 que no período de 2010 a 2012 a oferta de programas referentes ao PNAES no *Campus* Urutaí ainda era pouca, se restringindo à Residência Estudantil, ao PIBIC e a bolsa de monitoria. A maior parte dos recursos era

destinada a manutenção do Programa de Residência Estudantil, ao Centro Médico e ao Refeitório Estudantil.

Vale aqui ressaltar que o Refeitório Estudantil também faz parte das ações da AE e, como já exposto anteriormente, sempre atendeu aos alunos da Instituição, gratuitamente ou através de subsídios no valor das refeições. A partir do ano de 2013, foi disponibilizado a todos os alunos dos cursos médio/técnicos o almoço gratuito. Os demais alunos pagam o valor de R\$ 1,50 pela refeição.

Já em 2013, com a publicação do Manual de Assistência Estudantil, passaram a ser também ofertados os auxílios transporte, moradia e alimentação. Contudo, podemos perceber que a maior oferta, mesmo por conta da demanda e tradição, ainda se concentra na Residência Estudantil.

Em 2015 são instituídas as bolsas de projetos de extensão e de participação em eventos. Com isso, completa-se o quadro dos programas institucionais de AE, que são ofertados até o presente momento no IF Goiano *Campus* Urutaí. Ressaltamos ainda que, a partir de 2015, a instituição também passou a fornecer os uniformes para os alunos dos cursos médio/técnico.

Ademais, percebe-se ainda, nos dados da tabela, que o maior número de atendimentos da Assistência Estudantil está concentrado nos programas de transporte e de residência estudantil. Isto suscita a necessidade e a importância desse tipo de ação para a permanência dos alunos em seus cursos, como referendado na pesquisa 2018 do FONAPRACE, já mencionada neste trabalho.

A execução e acompanhamento destes programas ficam a cargo dos setores pertinentes dentro da Instituição, sendo estes a Diretoria de Pesquisa, Diretoria de Extensão, Diretoria de Ensino e Gerência de Assistência Estudantil.

A Resolução 075/2015 define dois tipos de bolsas, uma de caráter acadêmico e outra de caráter assistencial. A primeira objetiva envolver o discente em atividades educacionais inerentes ao seu currículo, com vistas à produção de conhecimento científico e tecnológico. Já a segunda vem a assistir os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, afim de garantir sua permanência e êxito escolar. Os programas de cunho assistenciais são executados e acompanhados pela Gerência de Assistência Estudantil (GAE).

Esta, por sua vez, é composta por uma equipe multidisciplinar, contendo: assistentes de alunos, assistente social, psicóloga, enfermeiros, médico, odontólogas, nutricionista, professores de educação física, entre outros; sendo responsável pela implantação e implementação dos serviços assistenciais através dos Programas, cujos objetivos são minimizar a evasão escolar, bem como oportunizar o acesso à educação de forma igualitária. Dentre seus programas, destacam-se o auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio alimentação e o Programa de Residência Estudantil, foco do estudo em questão. Cada programa tem suas especificidades quanto ao perfil do público assistido, procurando atender de forma igualitária as demandas discentes e se adequar às necessidades locais, conforme descrito abaixo:

- Auxílio Transporte: bolsa de caráter pecuniário, voltada a atender as necessidades de transporte do público local e das cidades circunvizinhas ao *Campus* Urutaí. Atende atualmente à alunos de cinco cidades vizinhas, que possuem serviço de transporte escolar para o *Campus* Urutaí. Mediante a apresentação mensal do comprovante de pagamento do transporte, é feito o reembolso desse valor ou parte dele, conforme estipulado em edital, vindo a subsidiar as despesas com deslocamento dos alunos até a Instituição.
- Auxílio Moradia: é também um tipo de reembolso mensal, que visa subsidiar parte das despesas com moradia, de alunos advindos de regiões mais distantes

ou da zona rural. Através da apresentação do comprovante de aluguel, os alunos selecionados recebem o valor, comum a todos, estipulado no edital.

- Auxílio Alimentação: se dá através da disponibilização, de segunda a sexta-feira, do almoço e jantar gratuitos no Restaurante Estudantil. Esta bolsa não é de caráter pecuniário e, por isso, pode ser acumulada, seguindo os critérios de seleção, por bolsistas dos auxílios transporte e moradia.
- Programa de Residência Estudantil: consiste na concessão da infraestrutura física para os alunos contemplados via edital residirem, além da disponibilização de mobiliário, equipamentos, alimentação e serviços básicos e de atenção à estadia desses alunos dentro da Instituição.

Estes programas atendem à alunos de todos os cursos da Instituição, sendo ofertados via editais, dos quais a seleção é feita através de critérios socioeconômicos, conforme prevê o PNAES e o Manual de Assistência Estudantil. O aluno pode concorrer a todos os programas da AE, desde que atenda as especificidades dos mesmos. Porém, ele só pode receber um tipo de auxílio pecuniário. Assim, caso seja selecionado em mais de um programa, deverá fazer opção por um deles, exceto no caso do auxílio alimentação, que pode ser cumulativo. As bolsas acadêmicas também podem ser acumuladas com as bolsas de caráter assistencial, desde que, segundo a Resolução 075/2015 do IF Goiano, não ultrapassem o dobro do valor praticado na Política Federal de Concessão de Bolsas de Iniciação Científica.

Assim se caracteriza a Política de Assistência Estudantil do IF Goiano - Campus Urutaí, da qual analisar a real contribuição, principalmente no cunho social, para esses alunos deve ser fator preponderante para sua promoção. Seus procedimentos devem procurar entender essa relação entre a assistência estudantil e os alunos assistidos pelos programas para que, assim, cada vez mais, essa política possa surtir os efeitos esperados.

5.2 O espaço da Residência Estudantil no IF Goiano - Campus Urutaí

Os programas de Residência Estudantil ou Moradias Estudantis são um componente social de fundamental importância na assistência estudantil. Esses espaços se fazem como um forte instrumento para a garantia da permanência de estudantes em seus cursos. São locais que geralmente substituem a vida familiar e por isso, devem oferecer, além de abrigo ao estudante, condições adequadas de conforto, convívio social e desenvolvimento das atividades. Salvador (2012, p.13), destaca que o regime de internato “passa a ser um espaço coletivo de estudo, de trabalho e de convivência”, influenciando positiva ou negativamente o desenvolvimento dos adolescentes. Segundo a UNE,

o programa de moradia estudantil ajuda no fortalecimento da organização dos estudantes, propiciando um espaço de debates políticos e pedagógicos, acesso ao esporte, lazer e cultura. Morar em uma M.E. significa ter, o tempo todo, estudantes ao seu lado, contribuindo no desenvolvimento acadêmico, partilhando ideias, estudando junto. (UNE, 2014, p. ?)

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018 traz dados que apontam a importância da Residência Estudantil para a permanência dos estudantes em suas instituições de ensino. A Figura 3 traz o panorama atual das moradias estudantis



Figura 03 – Panorama das moradias estudantis - FONAPRACE

Segundo a pesquisa, o déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras demonstra o desafio imposto às reitorias das IFES. Considerando o deslocamento de mais de 50km e a renda per capita familiar de “Até 1 e meio SM” como critérios para o acesso à moradia estudantil, tem-se que, apenas com base nestes critérios, 6,4% de estudantes das IFES seriam potenciais residentes de moradias estudantis. Esta porcentagem é aproximadamente 3,5 vezes maior do que o total de estudantes que vivem atualmente em moradias da universidade (1,8%). Isto sem considerar aqueles que residem no local, mas que são de outros municípios. Com isto, conclui-se que a política de investimento em construção de unidades habitacionais para os estudantes de mais baixa renda seria uma forma de contribuir para a permanência estudantil e a melhoria da qualidade da vida acadêmica nas universidades públicas brasileiras. (ANDIFES, 2019).

No contexto do IF Goiano - *Campus* Urutaí, a Residência Estudantil faz parte da história institucional. Arraigado ao seu ensino agrícola sempre esteve o "internato", com suas histórias, cultura, tradição, contradições e peculiaridades. Dentro do processo de desenvolvimento institucional, imbricado por questões sócio-políticas e econômicas, de âmbito regional e nacional, que marcaram o percurso da educação profissional e da Instituição, conforme já descrito anteriormente; perpassa a Residência Estudantil, recortada e entrelaçada por circunstâncias históricas e estruturais específicas que a tornaram presente até

a época atual. Para resgatar essa 'construção', usaremos dos trabalhos de Issa (2014 e 2018), que narram o percurso histórico da Escola Agrícola de Urutaí.

Desde o início dos cursos da Escola Agrícola, em 1955 e, uma vez se considerando o propósito do ensino profissional, já aqui tratado, de formação das classes operárias, já se fazia presente o Internato. Os alunos que ali entravam precisavam ter, no mínimo, 12 anos de idade completos e, quando menores de 17 anos, ficavam no regime de internato. Os maiores de idade poderiam estudar no regime de semi-internato ou externato. Havia aproximadamente 220 alunos, dos quais uma média de 60 eram internos. Os alojamentos eram improvisados e os alunos realizavam atividades de manutenção na Instituição. Há registros quanto à processo para construção de alojamento para 60 alunos, em 1957. A partir de 1963 começaram os curso ginasiais. Todos os alunos da EAU nos cursos de Iniciação Agrícola e de Arador Tratorista seguiam o regime de internato e semi-internato, conforme previa o artigo 61 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ISSA, 2014).

A Figura 4 mostra os alunos e o alojamento à época



Figura 04 – alojamentos à época de 1960

Fonte: Issa (2014)

Podemos ver até esse momento, a configuração do internato na Instituição, caminhando em paralelo às demandas da educação profissional. Aqui já surgem alguns questionamentos, que colocamos segundo a voz da própria Issa (2014, p. 67):

Para além das prescrições e da estrutura organizacional, o que escapou aos dados oficiais e aos registros localizados foram os efeitos das dinâmicas vivenciadas pelos diferentes alunos, na condição de interno ou na condição de externo. Há de se considerar outras variáveis, cujas lacunas permanecem em aberto, tais como: haveria

algum critério interno para a definição da escala de trabalhos dos alunos nos diferentes setores e núcleos? A estrutura organizacional dos cursos assegurou um equilíbrio de formação entre os núcleos? A condição de interno seria mais vantajosa enquanto oportunidade de aprendizado ou representaria uma sobrecarga de trabalho como contrapartida? Como seriam as condições objetivas de alimentação, bem-estar, acomodações e lazer dos internos? Em relação aos alunos externos, o que seria mais promissor, haveria uma condição social diferenciada? São vozes que permaneceram inaudíveis, cujas vivências e práticas ainda merecem ser desveladas.

Outra foto (Figura 5) mostra alguns alunos da Instituição à época. Esses alunos se tornaram funcionários da Escola. Fato comum de acontecer naquela época. Segundo Issa (2014), a condição de internos dos alunos que residiam nas dependências da escola permitia-lhes a oportunidade de se destacarem na prestação de serviço, o que facilitou a conquista do emprego.



Figura 04: Castelinho nos anos de 1980

Fonte: Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Figura 05 – Ex alunos que se tornaram servidores

Fonte: Issa (2014)

Após várias situações, inclusive de fechamento, em 1975, tem-se a chegada de um novo diretor com apoio da COAGRI e, em 1977 foram construídos um alojamento para alunos, salas de aulas, Unidades de Produção (UEPs) e uma lavanderia. Em 1979 a Escola Agrícola passa a denominação de Escola Agrotécnica, tendo a oferta do curso Técnico em Agropecuária (ISSA, 2018).

A partir desse momento, a instituição tem aproximadamente 340 alunos, dos quais os relatórios até 1986, contam uma média de 300 internos, 30 semi internos e 10 externos, anualmente.

O regime de internato era rígido e impunha regras de higiene, convívio pessoal, horários e serviços. Porém, segundo relatórios técnicos da COAGRI: “os alojamentos com três blocos com capacidade para 120 alunos cada; são supervisionados por um professor de Educação Física, responsável pelo internato; são organizados, limpos e funcionais” (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO –COAGRI, s/d, p.01) (ISSA, 2018, p. 88).

Uma portaria de 1979 determinava que os alunos deveriam trabalhar nas UEPs durante a semana e, para aqueles que ficavam na instituição nos finais de semana, feriados, recessos e no rodízio de férias, era obrigatório o trabalho para ter direito à alimentação e à hospedagem.

Os atendimentos médicos e odontológicos eram realizados em cidades vizinhas ou os alunos eram enviados para casa. As refeições consistiam no café, almoço e jantar. Nos finais de semana podia ser utilizado o espaço da área de esportes, assim que os alunos cumprissem as tarefas previamente determinadas nos rodízios. Os alunos eram proibidos de apanhar frutas nos pomares, como demonstra Issa (2018, p. 92): “conforme o disposto no Código Disciplinar é expressamente proibida a entrada no Pomar, sem a devida permissão de responsável, o aluno que desobedecer a esta determinação terá a penalidade devida, aplicada pelo DAT” (MEMORANDO DO SOE/DAT DA EAFUR N° 21, 1980).

Podemos então perceber no regime de internato a rigidez e subordinação a qual eram submetidos estes alunos em seu processo formativo, ou melhor, no processo de formação da mão de obra agrícola.

Esta estrutura organizacional e do internato continuou seguindo nesse formato, em consonância, sempre, com o percurso da educação profissional. Em 1993, a EAF-Uruaí passou a ser Autarquia Federal e oferecia o Curso Técnico em Agropecuária, em que as vagas eram em regime de internato e externato. Assim, a quantidade de alunos internos já se reduzia. Segundo Machado (2005), a partir de 1994, houve uma redução gradual no número de vagas para o internato, o que já representava os primeiros passos em direção à Reforma do Ensino Profissionalizante de Nível Técnico oferecido pela Rede Federal de Escolas Agrotécnicas.

Temos, desde este período, uma média de 120 alunos, que eram denominados 'alunos bolsistas'. Estes alunos residiam nos alojamentos da Instituição e, como forma de custear sua hospedagem e alimentação, realizavam trabalho de manutenção das UEPs, inclusive finais de semana e férias, através dos rodízios, como já acontecia em 1979.

Abaixo, na Figura 6, temos uma turma concluinte de 1998. Nessa já temos uma heterogeneidade quanto aos atendimentos da Residência Estudantil. Boa parte desse público já reside fora da Instituição. Curiosa observação é que, já em 1998, ainda podemos constatar a presença, na foto, de apenas uma mulher.



Foto 7: Vista Frontal do Pórtico Principal de Acesso aos Pavilhões Administrativo, Pedagógico e Alojamentos do Semi-internato, Mostrando a Turma de Alunos Concluintes do Curso Técnico em Agropecuária (1998)
Fonte: arquivos do CEFET-Urutai.

Figura 06 – Turma concluinte do Técnico em Agropecuária 1998
Fonte: Machado (2005)

Com a implementação do primeiro curso superior da instituição em 1999 e, a gradativa mudança de perfil do alunado, são abertos alojamentos com cobrança de mensalidade dentro da Instituição. Havia dois alojamentos, um com valor inferior, em que os alunos moravam em quartos duplos e tinham as refeições junto aos demais alunos da instituição e, outro em que os alunos residiam em quartos individuais ou duplos e faziam suas refeições no chamado R2, que era o restaurante que atendia servidores, visitantes e estes alunos. Os alunos bolsistas residiam nas UEPs, já sendo apenas um número de 40 a 45 alunos. Essa configuração permaneceu até 2006.

Depois de 2006, um dos alojamentos voltou a ser ocupado por alunos bolsistas e o outro foi disponibilizado para visitantes. Há então um pequeno aumento no número de vagas da Residência Estudantil, atendendo então uma média de 70 alunos. Conforme as possibilidades da Instituição, começou-se a aumentar novamente o número de residentes. Em 2010 já haviam 130 alunos na Residência Estudantil. Porém, estes alunos continuavam pagando sua estadia com o trabalho em diversos setores da Instituição. Essa condição deixou de existir apenas em 2011.

As discussões e a normatização de políticas de assistência estudantil, a implementação do curso técnico integrado junto à *ifetização* em 2008 e o ECA, colaboraram para esta mudança de paradigma, mudança de uma cultura institucionalizada, que até hoje ainda se sustenta na concepção de muitos, dentro e fora da Instituição.

A partir de 2011, com a implantação do PNAES em 2010, a escola já recebia recursos para a assistência estudantil, sendo que o número de alunos em regime de internato ocasionava um repasse maior no valor dos recursos. Desde essa época, a instituição foi aumentando gradativamente o número de vagas na Residência Estudantil, conforme capacidade de adequação, da instituição, dos locais para estas moradias.

Em 2012 foram disponibilizadas as primeiras vagas para mulheres no programa de residência. Apesar de serem poucas vagas (20) e somente para maiores de idade, não deixa de

ser um avanço, considerando o que ainda há de ranço da antiga cultura escolar agrícola dentro dos IFs. Porém, não há como deixar de chamar atenção para as questões relacionadas a igualdade de gênero, principalmente em se considerando a educação como direito e o espaço educacional como possibilitador desse direito.

Enfim, como dito nos parágrafos anteriores, o *Campus* Urutaí foi aumentando gradativamente o atendimento do Programa de Moradia Estudantil e, no final de 2019, tinha um número de 304 alunos residentes, conforme detalha a Tabela 3:

Tabela 3 - Número de Alunos residentes por curso com base no Sistema Q-Acadêmico

Curso	Homens maior de 18	Homens menor de 18	Mulheres maior de 18	Mulheres menor de 18
Técnico em Agropecuária	16	55	04	12
Técnico em Informática	07	31	02	06
Técnico em Biotecnologia	03	25	02	09
Agronomia	20	00	08	00
Engenharia Agrícola	14	00	05	00
Gestão da Tecnologia da Informação	02	00	00	00
Lic. Ciências Biológicas	15	00	09	00
Lic. em Matemática	06	00	01	00
Lic. Química	04	00	04	00
Medicina Veterinária	10	00	09	00
Mestrado Proteção de Plantas	01	00	00	00
Sistemas de Informação	13	00	03	00
Tecnologia em Alimentos	04	00	02	00
TOTAL	115	111	51	27

Como podemos perceber, a Residência Estudantil abrange alunos de todos os cursos, sendo que sua grande maioria de discentes, até o momento, está no Curso Técnico em Agropecuária. Estes discentes tem o direito de permanecer na Residência durante todo curso, salvo em situações expressas nas regras do programa.

O Manual de Assistência Estudantil do IF Goiano, aprovado pelo Conselho Superior em 2013, instituiu as regras e a operacionalidade das PAE dentro do IF Goiano. Nele estão contidas as regulamentações do Programa de Residência Estudantil. Segundo essa regulamentação, o aluno residente, ao ser selecionado para o programa, permanece nele durante o tempo de integralização de seu curso. Contudo, há algumas normas a serem seguidas para que o aluno não perca o direito a moradia. No caso dos cursos técnicos integrados, o aluno não pode ser reprovado em nenhuma das séries do ensino. Para os cursos superiores, o desligamento acontece caso haja reprovação por falta em uma disciplina ou reprovação por notas em três disciplinas durante o semestre letivo. Também pode perder o direito à residência o aluno que incorrer em falta disciplinar gravíssima, conforme elencado no Manual de Assistência Estudantil. Estes casos passam por um Conselho Disciplinar, no qual se é tomada decisão sobre o mesmo.

Os alojamentos atualmente estão dispersos por toda a Instituição, sendo que há dois prédios que abrigam o alojamento feminino, um para maiores e outro para menores de idade; dois alojamentos para meninos menores de idade, os quartos das LEPs, espalhados pelos setores de produção, que geralmente abrigam maiores de idade e a antiga Vila dos Servidores, onde também residem alunos maiores de idade.

Enfim, este é o espaço físico, temporal e organizacional do Programa de Residência Estudantil, o qual mensuraremos adiante a percepção dos alunos quanto a importância e eficácia deste para a sua formação.

6 MÉTODO

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

Ao pensarmos uma pesquisa, podemos dizer que toda análise nasce da concepção sobre o que deve ser realizado e, qualquer tomada de decisão, fundamenta-se naquilo que se afirma como o mais lógico, racional e eficiente. A qualidade de um trabalho vai depender do método escolhido pelo pesquisador e do grau de domínio deste método. O rigor na apresentação dos detalhes e dos procedimentos adotados transpassa ao leitor confiança, pois significa que o estudo foi feito de modo devidamente confiável. Buscando esse rigor, traçamos aqui os caminhos percorridos para se chegar ao objetivo deste trabalho, cujo tema é a Residência Estudantil do IF Goiano - Campus Urutaí.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com foco na investigação da realidade social dos sujeitos participantes, considerando as percepções destes sujeitos, em suas múltiplas visões e significados contextuais. Marconi e Lakatos (2010, p. 33) dizem que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”. Assim, dentro dessa análise qualitativa, buscamos ampliar o campo de informações, identificando os elementos emergentes que precisavam ser mais aprofundados, a fim de alcançar os objetivos esperados.

A pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade. Para isso, ela apresenta os resultados através de percepções e análises, descrevendo a complexidade do problema. Uma pesquisa desta natureza deverá explorar os motivos que levam um indivíduo ou grupo a fazer alguma ação, a pensar de determinada maneira, a acreditar em algo, entre outras análises subjetivas que só podem ser feitas a partir da interação com os participantes. Segundo Marconi e Lakatos (2010 p. 44), o método qualitativo se desenvolve numa situação natural, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

O estudo envolveu ainda as pesquisas bibliográfica e documental, que ofereceram o arcabouço teórico da pesquisa, contribuindo para a compreensão e análise dos dados levantados. Sobre a pesquisa bibliográfica Marconi e Lakatos (2010 p. 44), dizem que "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". Já quanto a pesquisa documental, Lüdke e André (1986), apontam os documentos como uma fonte poderosa de informação, que surgem num determinado contexto e fornecem informação para este mesmo contexto, de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados por meio de outros métodos.

Assim, através de uma ampla revisão literária e, da análise de documentos tais como legislações, relatórios do MEC/Setec, documentos institucionais, entre outros, buscamos os dados que subsidiaram e/ou corroboraram para a análise da Residência Estudantil enquanto instrumento de garantia do acesso e permanência na Educação.

Participantes

O público ora selecionado para esta pesquisa, no universo do IF Goiano - Campus Urutaí, foram os alunos do Curso Técnico em Agropecuária, moradores da Residência Estudantil. Estes alunos moradores são, em sua totalidade, 87 alunos. Porém, destes, 63 foram os que se propuseram, ou tiveram autorização de seus responsáveis para participar da pesquisa. Assim, dentre estes 63 participantes, trabalharemos com alunos de todas as séries/ano do Ensino Médio Técnico, de ambos os sexos e com idades entre 14 e 20 anos.

A escolha desse público se deu, por um lado, devido ao fato de o curso Técnico em Agropecuária ser o curso mais antigo e tradicional da Instituição, fazendo parte da história da mesma e, inclusive da residência estudantil. Por outro, devido ao número expressivo de beneficiários do Programa de Residência Estudantil deste curso e, a faixa etária diversificada dos mesmos, incluindo tanto menores quanto maiores de idade.

Instrumento

Como instrumento de levantamento de dados para a resposta a nossa pergunta “qual o impacto do Programa de Residência Estudantil na permanência e trajetória de estudantes no Instituto Federal Goiano – *Campus* Urutaí?”, foi utilizado um questionário misto, cujo modelo é exposto no APÊNDICE 1. Para elaboração do mesmo, nos baseamos no questionário de Torezani (2015), o qual nos trouxe contribuições significativas em nosso constructo.

Tal modo, nosso questionário foi aplicado aos participantes beneficiários, objetivando explorar a percepção destes estudantes em relação ao programa.

Para o levantamento do perfil socioeconômico dos discentes, utilizamo-nos dos dados documentais disponibilizados pela Gerência de Assistência Estudantil do IF Goiano - *Campus* Urutaí e das respostas à algumas perguntas do questionário que complementam ou ratificam a análise documental.

Procedimento

As questões éticas foram adotadas em todas as fases da pesquisa. Antes de conduzir a investigação, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UFRRJ, que emitiu parecer favorável à pesquisa, conforme Processo 23083.029740/2019-79, o qual encontra-se cópia no ANEXO 1. Também solicitamos à Direção Geral do *Campus* Urutaí autorização para desenvolver a pesquisa na instituição. Aos estudantes e responsáveis, devido ao fato de a pesquisa envolver menores de 18 anos, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, sendo que, somente participaram da pesquisa aqueles que concordaram com o exposto e nos devolveram os termos devidamente preenchidos e assinados. Assim, em todos os procedimentos utilizados foram obedecidos os critérios da ética na pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução CNS nº 510, de 2016.

Análise dos dados

Os dados foram analisados de forma a não perder de vista os objetivos da pesquisa e, procurando uma apresentação clara e inteligível dos nossos resultados. Assim, adequando-se a melhor representação gráfica, foram expressas em tabelas, gráficos e figuras.

O perfil socioeconômico dos discentes foi construído a partir da análise documental e das primeiras perguntas do questionário, que diziam respeito a esse perfil. Foram expressos em frequências simples e percentuais.

Já as respostas dos participantes ao questionário, que diziam respeito às suas percepções, foram categorizadas em frequências simples e percentuais, de acordo com a Análise de conteúdo de Bardin (2016).

Nesse tipo de análise, procede-se a uma organização, transcrição, ordenação, codificação e categorização das informações para, a partir daí, realizar a análise e interpretação em unidades temáticas (BARDIN, 2016).

Assim, através dos dados obtidos, foram levantadas as categorias a serem analisadas e interpretadas no nosso estudo. Essa categorização, segundo Bardin (2016, p.148) é a classificação de componentes que formam um grupo de elementos que apontam proximidades entre si. Ou seja, “classificar elemento em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros, o que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles”.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*E perder o sono mesmo para lutar pelo que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha tem que ter escola
Ninguém quer esmola, isto ninguém pode negar
(Dani Black)*

Utilizando-nos dos dados documentais disponibilizados pela Gerência de Assistência Estudantil do IF Goiano - *Campus* Urutaí e da percepção dos 63 alunos do Curso Técnico em Agropecuária, que se dispuseram a participar do estudo, serão mostrados os resultados da pesquisa, que evidenciam os diversos aspectos da Política de Assistência Estudantil, especificamente do Programa de Residência Estudantil, desenvolvida na Instituição. Dividimos essa análise em duas sessões, das quais, na primeira levantamos o perfil socioeconômico dos alunos do curso em questão e, na segunda sessão, tratamos sobre as percepções dos participantes da pesquisa no que diz respeito a essa política e seus desdobramentos.

A permissão para o acesso às fontes de dados, bem como para o desenvolvimento da pesquisa, foi dada pela Direção Geral, com anuência do setor responsável pela assistência estudantil, mediante Termo de Consentimento.

7.1 Perfil socioeconômico dos discentes

Afim de conhecermos melhor o estudante morador da Residência Estudantil e entendermos sua relação com os programas de assistência estudantil, traçaremos aqui o perfil socioeconômico dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária beneficiados pelo programa de Residência Estudantil do IF Goiano - *Campus* Urutaí. Tal análise se faz importante não só para o conhecimento do público alvo da pesquisa, como também para mensurar a dimensão de alcance do Programa e para sabermos se o mesmo atende às especificidades e critérios contidos no PNAES.

Os dados utilizados para obtenção desse perfil foram extraídos dos documentos entregues pelos discentes, na Gerência de Assistência Estudantil, no ato da inscrição para o Programa e do Sistema de Gestão Acadêmica da Instituição. Também foram utilizadas, nesse levantamento, as respostas à algumas questões do questionário, que discorrem sobre o perfil desses alunos e vem a corroborar e/ou complementar os dados obtidos através da análise documental.

Esta análise se faz com um universo de 63 alunos, do Curso Técnico em Agropecuária, que residem na Instituição, sendo que destes, 25 residem desde 2017, outros 16 desde 2018 e 22 desde 2019.

Os dados foram tabulados e expressos em gráficos e tabelas, que tratam as informações e características que vieram a delinear o perfil socioeconômico desses discentes.

Assim, começamos esta análise com os dados que dizem respeito a idade e sexo destes discentes, demonstrados no Gráfico 1:

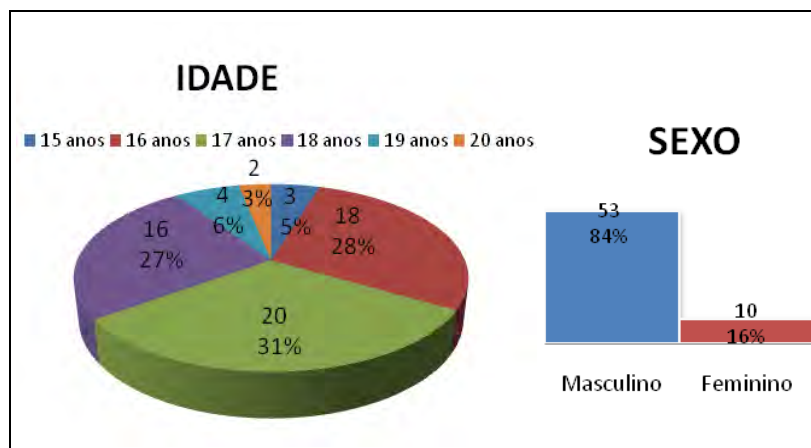


Gráfico 01 – Idade e sexo

Quanto a idade, a maior concentração (28% e 31%) foi nas faixas etárias de 16 e 17 anos. Portanto, os dados demonstram que os estudantes são, em sua maioria, adolescentes. Estas duas idades de maior incidência resultam em 59% (F=38) dos estudantes.

Já quanto ao sexo, o gráfico demonstra que há um maior número de residentes do sexo masculino, totalizando um percentual de 84% (F=53), em confronto com as meninas, que somaram apenas 16% (F=10).

Acreditamos que isso se deve ao fato de que há menos vagas para as meninas na Residência Estudantil e estas começaram a ser disponibilizadas somente no ano de 2012. Além disso, o curso Técnico em Agropecuária, assim como vários cursos de Agrárias, ainda tem um perfil predominantemente masculino, apesar de já haver muitas mulheres inseridas nos mesmos. Barros (2016), em estudo sobre a divisão sexual do trabalho nestas áreas, expõe que ainda há dificuldades para estudantes do sexo feminino nessas carreiras e que a discriminação entre estudantes devido ao sexo gera a naturalização da desigualdade e a restrição de áreas de atuação das estudantes vinculadas a esses cursos.

Quanto a cor/raça desses discentes, há uma forte predominância dos **pardos**, como demonstra o Gráfico 2:

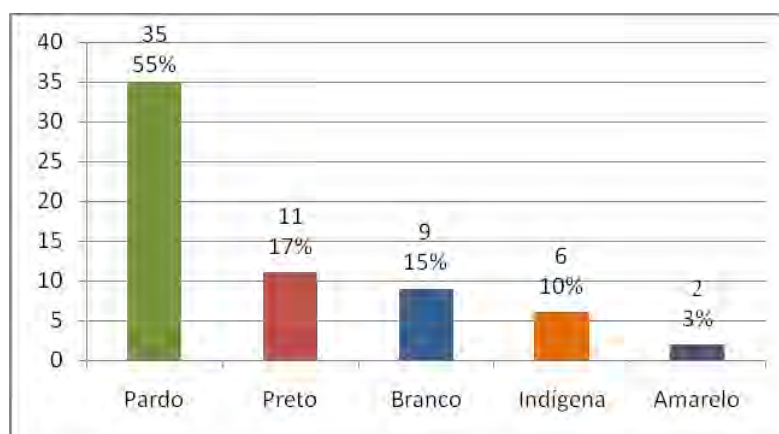


Gráfico 02 – Distribuição por cor/raça/etnia

Como dito, os autodeclarados pardos estão em maior número, totalizando 55% (F=35). Já os pretos somam 17% (F=11), os brancos 15% (F=9), indígenas totalizam 10% (F=6) e amarelos 3% (F=2).

Senkevics (2015) a esse respeito, fala de uma revalorização de identidades. Ele destaca, por exemplo no caso dos pretos e pardos, o fortalecimento dos movimentos negros, que vem tornando aceitável e desejável essas autodeclarações, sendo uma maneira de reafirmar identidades coletivas em contextos de lutas e reivindicações.

No contexto educacional, podemos considerar também as políticas de ações afirmativas, como as cotas, sendo partícipes das mudanças do perfil de seu público no passar dos anos. Ademais, não podemos deixar de considerar também a interferência das questões da formação para o mercado de trabalho, no caso do ensino técnico, já tratado nesse trabalho.

Essa constatação se confirma também através da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos 2018, quando, em seus resultados, expõe que "a partir dos dados de 2003 nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos e uma diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018" (FONAPRACE, 2018).

No que diz respeito a origem desses adolescentes, o Gráfico 3 situa essa informação:

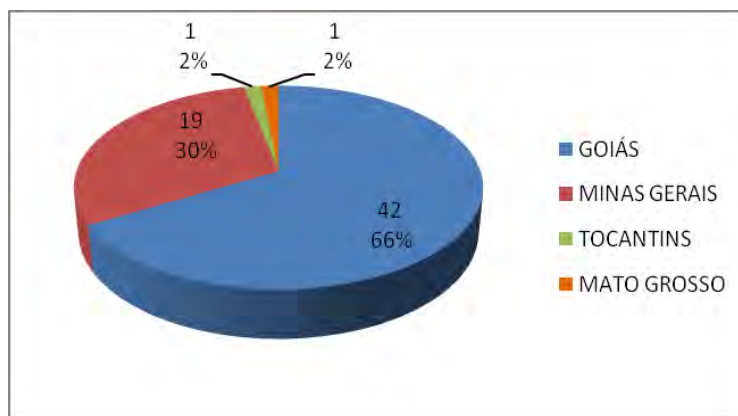


Gráfico 03 – Distribuição por estado de origem

Do total dos alunos residentes do curso Técnico em Agropecuária, 66% (F=42) são do próprio estado de localização da Instituição, Goiás. Minas Gerais vem em segundo lugar, com um público de 30% (F=19) e Tocantins e Mato Grosso trazem um residente cada, tendo então ambos, 2%.

Além disso, grande parte destes discentes (54%) é advinda da Zona Rural, como demonstra o Gráfico 4:

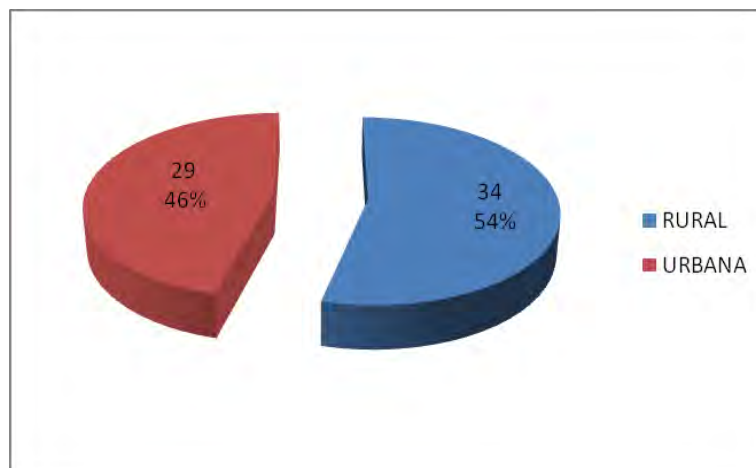


Gráfico 04 – Distribuição por área

Podemos perceber que, mesmo sendo 54% (F=34) destes estudantes advindos de área rural, a proporção está bem próxima do número dos advindos da área urbana, 46% (F=29), havendo aí, então, um certo equilíbrio na divisão desse público.

CECCHIN & MASCARELLO (2012), em pesquisa sobre o perfil do aluno do curso Técnico em Agropecuária do IF Sertão, traz dados que evidenciam o mesmo tipo de características aqui expostos, nos **gráficos 3 e 4**. Os autores, em sua pesquisa, apontam que há significativa alteração no perfil dos alunos, que antes eram jovens filhos de trabalhadores rurais, interessados em conhecer e difundir novas práticas de produção agrícola. Porém atualmente, esse perfil é constituído de jovens de procedência distintas e também de ocupações urbanas, geralmente mais interessados em concluir um ensino médio que lhes permita continuar nos estudos do que propriamente atuar na área em que foram formados.

Quanto a seus tipos de moradia, temos que, conforme o Gráfico 5,

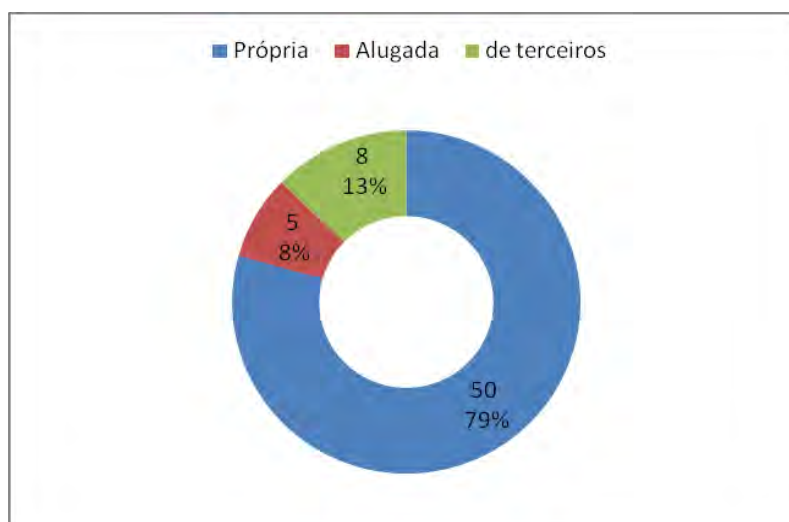


Gráfico 05 – Distribuição por tipo de moradia

79% (F=50) vive em casa própria. Outra parte, 13% (F=8), mora em casa cedida por terceiros e a minoria, 8% (F=5), reside em casa alugada.

Estes lares ficam, às vezes, à longas distâncias do IF Goiano - *Campus* Urutaí, como expõe o Gráfico 6:

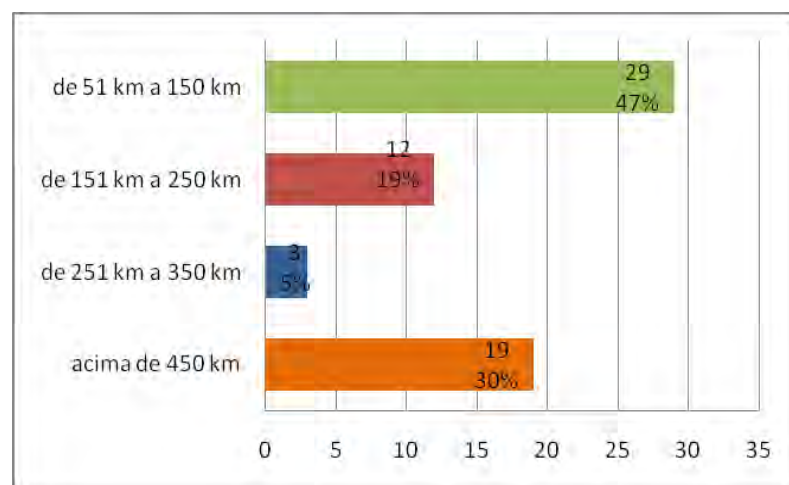


Gráfico 06 – Distância entre a moradia e o *Campus*

endo assim, desses discentes, 47% (F=29), se encontram a até 150Km distantes de suas casas. Isso nos leva a concluir que o público do IF Goiano - Campus Urutaí é advindo, principalmente, de regiões relativamente próximas ao *Campus*. Contudo, há também uma parte considerável de discentes, 30% (F=19), que são oriundos de localidades mais distantes.

Ademais, esses adolescentes, que em sua maioria, residem em casa própria, da Zona Rural, do estado de Goiás, tem em sua composição familiar - considerando nessa composição as pessoas que residem na mesma casa - o seguinte perfil (Gráfico 7):

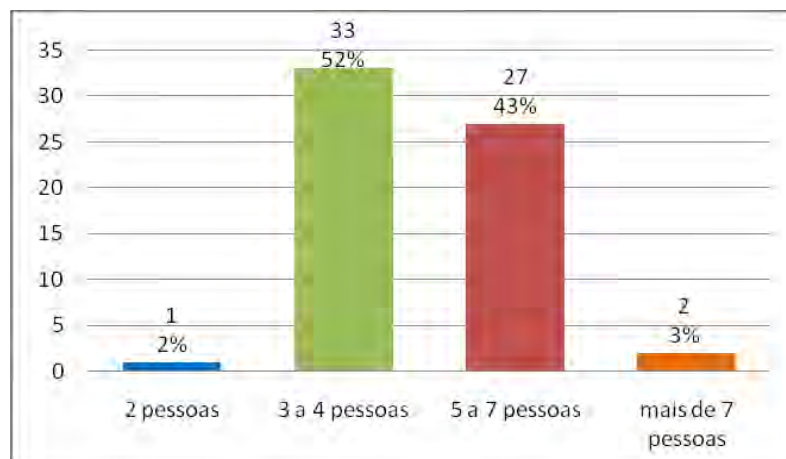


Gráfico 07 – Distribuição por número de pessoas que residem na mesma casa

Nossos resultados demonstram famílias formadas, principalmente, por três ou quatro membros, chegando ao total de 52% (F=33) nesse tipo de composição familiar. Não muito distante desse número, encontram-se as famílias compostas por cinco a sete membros, que somaram 43% (F=27). Em proporções baixas encontram-se as famílias com dois membros e as de mais de sete membros, que são 2% (F=1) e 3% (F=2) respectivamente.

Estes dados se aproximam das estatísticas do IBGE, na Pesquisa de Domicílio (PNAD), na qual nacionalmente, a média de moradores por domicílio particular era de 3,5, em 2005, reduzindo-se para 3,0 em 2015 (IBGE, 2016).

Outra característica que demonstra a estrutura familiar desses adolescentes diz respeito a representação familiar junto à Instituição, ou seja, qual o membro da família é responsável legal por este adolescente, cujo Gráfico 8 expõe que:

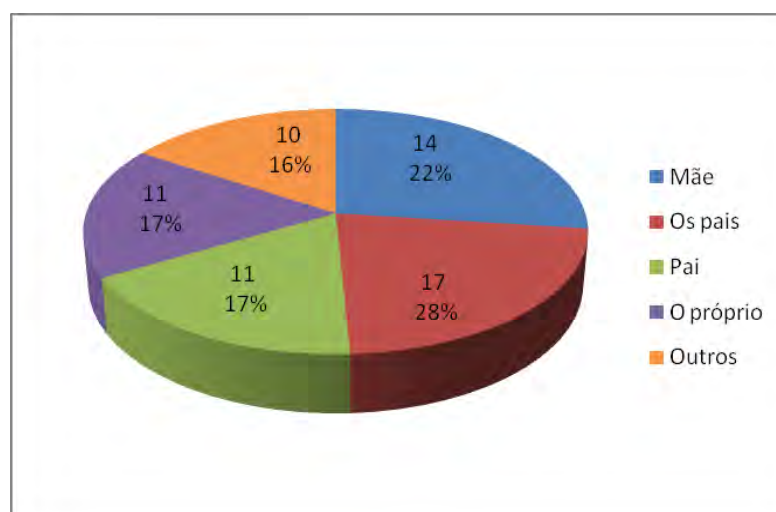


Gráfico 08 – Responsável legal pelo discente perante à Instituição

As mães são as maiores responsáveis pelo acompanhamento de seus filhos, dentro do IF Goiano - *Campus* Urutaí, 28% (F=17). A responsabilidade é dividida pelo casal em 22% (F=14) dos casos. 17% (F=11) tem o pai como responsável e a mesma porcentagem se coloca como os próprios responsáveis. Alguns desses discentes, 16% (F= 10), citam outros responsáveis, no caso tia ou avó e a própria Instituição.

A concepção da Instituição como a sua responsável se deve ao fato de entenderem que o setor responsável pela Residência também é responsável por ele, uma vez que ele reside dentro da Instituição.

Ao termos, nesse resultado, a mãe como a principal responsável pelo discente na Instituição, poderíamos inferir essa característica como reflexo das estruturas familiares atuais, em que a mulher ocupa espaço de provedora do lar, o que não deixa de acontecer em alguns casos. Entretanto, nas análises documentais desses alunos, percebemos que, em maior número, os pais ou padrastos são os provedores do lar, sendo a mãe, aí, a responsável pelo acompanhamento da educação dos filhos.

Continuando a delinear o perfil desse estudante, ainda no que tange a família, perguntamos a esses discentes sobre a presença de seus responsáveis na Instituição. Constatamos que essa presença se dá, conforme o Gráfico:

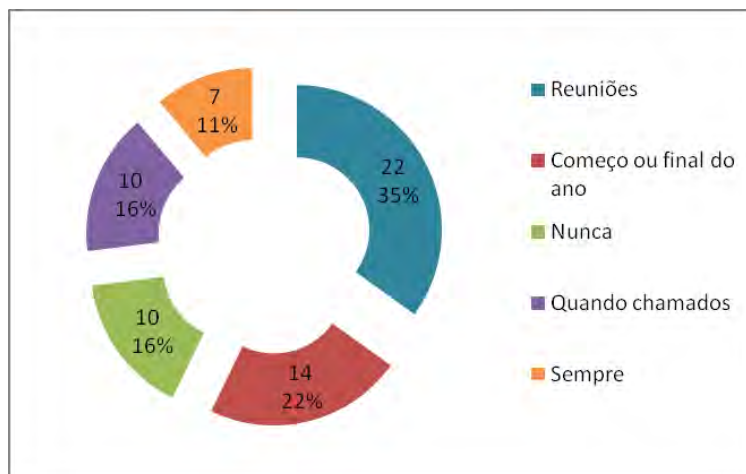


Gráfico 09 – Presença dos responsáveis na escola

Os resultados mostraram que 35% (F=22) dos responsáveis ou familiares dos discentes estão presentes na Instituição somente em reuniões. Outra parte, 22% (F=14), se faz presente no começo ou final de ano, momento em que alguns trazem ou buscam seus filhos. Já 16% (F=10), nunca estiveram na Instituição e a mesma proporção só se faz presente quando é chamada. Aqueles que sempre vêm à escola são uma parcela de 11% (F=7), a menor delas.

Confrontando esse resultado com "o caminho inverso" (Gráfico 10), ao procurarmos saber quanto tempo o discente permanece na Instituição sem ir para casa, obtivemos que:

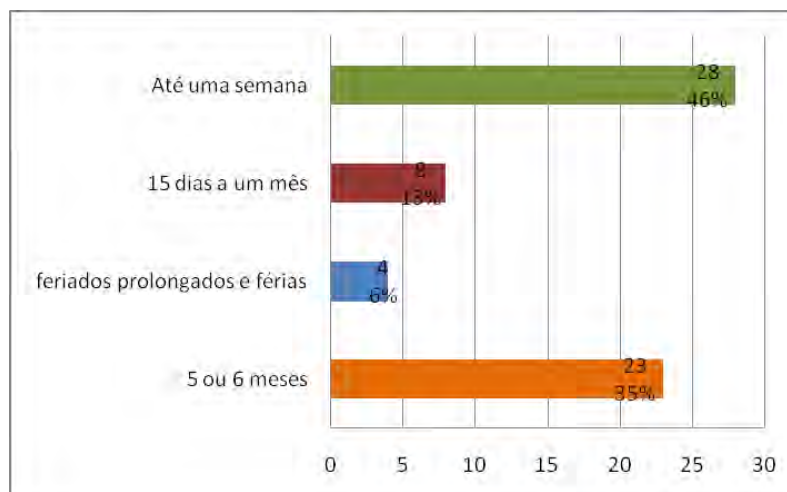


Gráfico 10 – tempo de permanência na escola sem ir para casa

Entre esses adolescentes, 46% (F=29) ficam até uma semana sem ir para casa, 13% (F=8) ficam de 15 dias a um mês, 6% (F=4) vão para casa em feriados prolongados e férias e, 35% (F=22) ficam de cinco a seis meses sem ir.

Nesse confronto, enfim, podemos depreender que, apesar da pouca presença familiar na Instituição, os adolescentes, em uma grande parte, estão na companhia desses familiares todos os finais de semana. Isso pode explicar, não justificar, a baixa frequência desses responsáveis na Instituição.

Contudo, uma parcela um pouco menor e considerável desses adolescentes só vão em casa no período de férias. Isso se dá devido a distância e também a situação financeira, como podemos perceber nos gráficos que tratam essas questões. Deixam isso perceptível também em suas respostas, quando, ali, dizem que *"depende, vou para casa só em feriados prolongados porém já estou a 2 meses sem ir para casa"* e, também em respostas à questão anterior aqui confrontada, em que dizem sobre a presença dos pais *"somente na reunião do internato"*, *"uma vez, devido a distância"*, *"em uma reunião o dia que me trouxeram"*, *"momento algum"* e *"apenas quando formar"*. Assim, estes são os que "mais vivem a Residência" e necessitam encontrar nela a sua casa. Como bem aponta Garrido (2012), a moradia estudantil contribui no enriquecimento da vivência acadêmica. Assim, se torna essencial os investimentos nesses espaços, principalmente nos aspectos estruturais e de valorização de seu potencial formativo.

Considerando agora a origem escolar desse discente, ou seja, em que tipo de instituição ele cursou o Ensino Fundamental, o Gráfico 11 demonstra que:

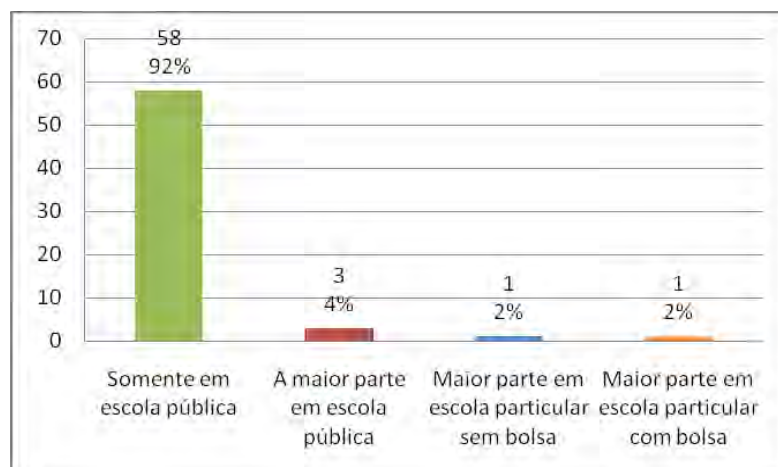


Gráfico 11 – Origem escolar

A maioria desses discentes, 92% (F=58), estudou somente em escola pública. Um percentual mínimo de 4% (F=3), cursou a maior parte do ensino fundamental em escola pública e 2%, o que representa somente um aluno, estudou em escola particular com bolsa e outro em escola particular sem bolsa, sendo este, então, também um percentual de 2%. Esta origem escolar retrata bem o perfil do alunado da educação Básica que, segundo o Censo da Educação Básica 2019, é constituído por 81% de alunos na rede pública de ensino, em confronto com 19% na rede privada (IBGE, 2019).

Esse resultado pode ser corroborado pelo próximo, que diz respeito a situação econômica deste discente. A renda per capita, principal quesito de acesso às PAE, trazida no Gráfico 12, esboça o perfil econômico desse aluno, morador da Residência Estudantil:

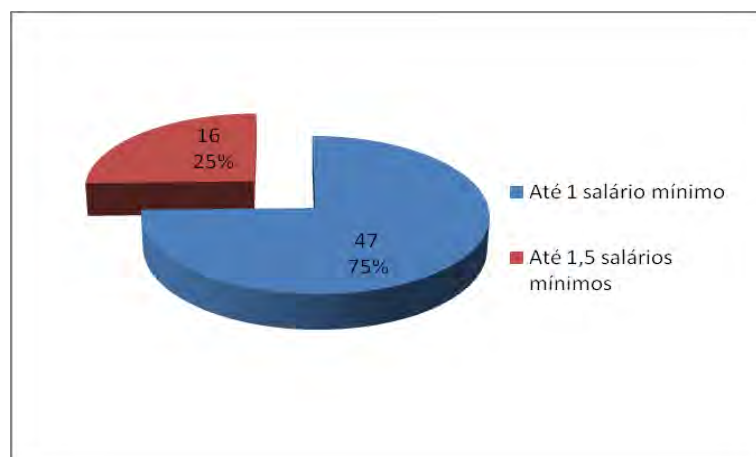


Gráfico 12 – Renda per capita

Obtivemos duas faixas de renda, nas quais se inserem esses discentes. Dentro destas, 75% (F=47) dos discentes possuem renda per capita de até um salário mínimo e uma fração bem menor, de 25% (F=16), estão na faixa de até um salário mínimo e meio.

Esse resultado vai de encontro aos dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico do Graduandos 2018, realizada pelo FONAPRACE. Segundo a pesquisa, considerando-se somente os estudantes na faixa de renda familiar per capita de **até 1 e meio SM (70,2%)**, 37,9% tem renda per capita de até meio salário e 76,3% de até um salário mínimos. Assim, três a cada quatro estudantes que atendem ao perfil de renda definido pelo PNAES têm renda per capita na faixa de **até um salário mínimo** (FONAPRACE, 2018).

Através da síntese dos dados aqui levantados, podemos dizer que o nosso aluno, do Curso Técnico em Agropecuária, atendido pelo Programa de Residência Estudantil, em termos gerais, é adolescente, entre 16 e 17 anos, predominantemente do sexo masculino e de cor parda, estudante de escola pública, advindo de famílias de três a quatro membros, sendo esta, em grande parte, da Zona Rural do estado de Goiás, moradores de casa própria e com uma renda per capita de até um salário mínimo.

Diante destas informações, podemos depreender que conhecer o perfil do público a quem a escola atende é necessário para que se possa pensar em estratégias não só para que esses alunos permaneçam no ensino e concluam seus cursos, mas que também viabilizem e potencializem a qualidade do aprendizado, uma vez que não é possível desvincular o debate sobre a qualidade educacional do contexto socioeconômico.

Mesmo com as políticas de acesso e permanência no ensino, os problemas enfrentados por uma parcela da população para se escolarizar ainda são muitos. Há tanto fatores internos, tais como adaptação, dificuldades de aprendizado e outros, como também fatores externos, os quais irão envolver o sistema político, econômico, cultural e social. São várias as estruturas que interferem neste processo e que irão afetar a formação do aluno e a permanência do mesmo dentro das instituições (ARAÚJO, 2012). Além do que, as taxas de jovens fora da escola ainda são altas, e isso se deve a diversas razões como a pobreza, a falta de oportunidade de acesso à escola ou mesmo pelo fato de desistirem de frequentar a escola para trabalhar.

Conhecer seu alunado e saber quais as suas necessidades e/ou qual tipo de suporte deve ser a ele ofertado pode contribuir significativamente no processo ensino-aprendizagem. No mais, pode ser uma ferramenta eficaz de suporte a outras ações e políticas, para que a escola cumpra com seu papel e seja partícipe na garantia dos direitos sociais, pois, como dito por Abreu (2012) a escola também é um espaço contraditório, em que ocorrem a reprodução e a resistência às relações sociais. A política pública efetiva-se através do exercício democrático e a concretização de direitos sociais incorporados às leis, como conquistas da sociedade civil e organizada.

7.2 Percepção dos discentes acerca da Assistência Estudantil

As respostas dos questionários quanto a percepção dos alunos acerca do programa de residência estudantil foram agrupadas e classificadas com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), em frequências simples e percentuais. Utilizamos de gráficos, figuras e tabelas, afim de evidenciarmos da forma mais clara possível os dados obtidos através das observações destes discentes, expressas em suas respostas. As figuras indicam as categorias levantadas no processo de interpretação dos dados. Já os gráficos e as tabelas apresentam, em médias simples e percentuais, as frequências relacionadas em cada categoria.

A primeira pergunta voltada a percepção destes alunos, levantou quais os motivos de escolha do Campus Urutaí, conforme demonstra a Tabela 4:

Tabela 04 – Motivo da escolha do IF Goiano Campus Urutaí

Motivos	Frequência simples	Frequência percentual
Ensino de qualidade	36	57
possibilidade de continuar em outros cursos	11	18
Ensino gratuito	08	13
Outros	04	6
possibilidade de permanecer no regime de internato	02	3
Apoio oferecido	02	3
TOTAL	63	100,

Podemos perceber que a perspectiva da qualidade do ensino (57%) se faz como elemento principal na escolha desses adolescentes, ou de seus pais, pela Instituição. A procura por um ensino de qualidade, tendo como eixo norteador as possibilidades futuras de melhores condições de vida através da educação, faz com que muitos busquem, inclusive longe de casa, as possibilidades de inserção.

Esta percepção quanto ao ensino de qualidade, vai de encontro aos achados de Dutra (2017) que, em um estudo sobre o desempenho educacional dos Institutos Federais no Brasil, utilizando-se das médias do ENEM, concluiu que os resultados aferidos pelos Institutos Federais do Brasil, em sua análise como Rede de Ensino e por localização regional, apresentam evolução positiva e significativa ao longo dos anos e ainda aponta que, mesmo havendo diferenças sociais e culturais das regiões, o rendimento da rede de ensino continua crescente, pois cada unidade evolui em conformidade com seu contexto.

Esta crescente qualidade de ensino dos IFs, mensurada pelos índices de desempenho no ENEM e no PISA, são fatores que aumentam a procura dos estudantes por essas instituições, vislumbrando aí, a possibilidade de inserção no Ensino Superior.

Esta possibilidade pode ser alcançada inclusive na própria instituição, já que uma das principais características dos IFs é a verticalização do ensino. Os dados apurados na Tabela demonstram também essa perspectiva por parte dos alunos participantes da pesquisa, uma vez que, depois de ensino de qualidade (57% das respostas), 18% destes alunos apontam, como fator de escolha do *Campus Urutaí*, a possibilidade de continuar em outros cursos. Podemos somar a isso, ainda, a possibilidade mencionada de continuar no internato (3%).

Tal perspectiva pode ainda ser reafirmada quando, ao serem perguntados sobre suas pretensões após a conclusão do Ensino Médio, a maioria responde que pretende continuar os estudos, como é demonstrado na Tabela 05:

Tabela 05 – O que você pretende fazer quando se formar?

Respostas	Frequência simples	Frequência percentual
Continuar estudando	28	45
Ambos	16	25
Trabalhar	14	22
Não sabe	05	8
TOTAL	63	100,

Conforme os dados, 45% dos estudantes pretendem continuar seus estudos, 25% tem a intenção de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, 22% deles já pretendem a inserção no mercado de trabalho e 8% ainda não sabem o que irão fazer.

Isso demonstra que a pretensão da grande maioria dos estudantes do Ensino Médio, inclusive aqueles que estão cursando o ensino profissionalizante, é o acesso ao Ensino Superior. Este, além de ser objeto de desejo para uma larga maioria dos jovens e suas famílias, devido ao *status* social que isso traz e também porque representa maiores oportunidades de emprego qualificado no mundo do trabalho. Estes dados nos remetem novamente aos achados de CECCHIN & MASCARELLO (2012), que demonstram alteração no perfil de alunos de Curso Técnico em Agropecuária, antes interessados no domínio das práticas de produção agrícola e, agora, mais interessados em continuar nos estudos, através dos cursos superiores.

Gomes (2012, p. 10), através de um trabalho com alunos do Ensino Médio, aponta que "mesmo confusos e cheios de indecisões, muitos deles compreendem que lutam para ser o que querem, mesmo sendo por muitas vezes, apenas o que outros estão querendo que eles sejam". Através do exposto na percepção dos nossos participantes quanto à procura de qualidade no ensino, podemos ter esta mesma constatação da luta por oportunidades melhores de futuro. Prover o aluno de ferramentas que o ajudem no alcance desse objetivo deve ser um dos papéis da escola. Para isto, é mister a implementação e consolidação de políticas educacionais capazes de enfrentar os desafios complexos da educação brasileira e, no que diz respeito à educação profissional, que venham a superar o dualismo estrutural que se impõe há séculos principalmente nessa modalidade de ensino. Dualidade esta que, segundo Libâneo (2012), resulta de um projeto de educação que, não ampliando o investimento público em educação pública, torna-se incapaz de criar as condições para que realmente seja oferecida igualdade de oportunidades para que os estudantes possam progredir, superando condições adversas.

No tocante ainda ao ensino, quando perguntados sobre o nível de interferência da instituição em sua formação, a percepção dos alunos continua voltada a qualidade de ensino. Levantamos da pergunta " **em sua opinião a Instituição tem lhe ajudado na sua formação? De que maneira?**", cinco categorias, conforme descrito na Figura 07:

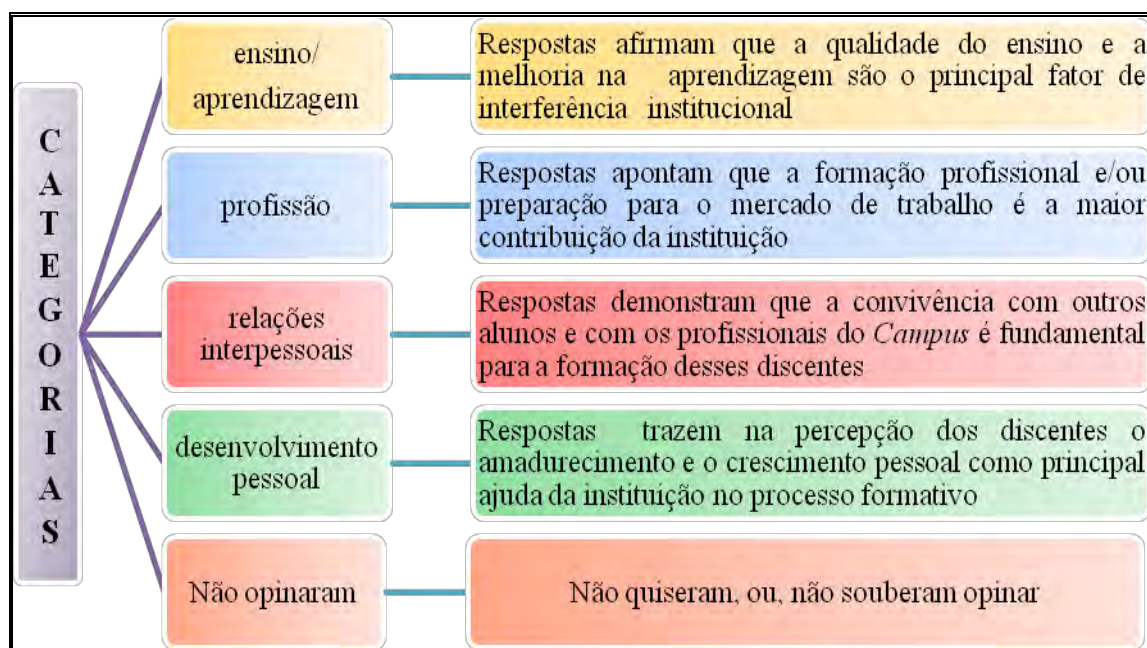


Figura 07 – Categorias surgidas quanto a maneira como a instituição ajuda na formação

Dentre estas categorias, as respostas apontam o ensino/aprendizagem como maior fator de interferência da instituição para seu público, com 57% de respostas, seguida pelas questões relativas a profissionalização com 13%, relações interpessoais com 6%, desenvolvimento pessoal com 3% e aqueles que não opinaram também somaram 3%, conforme exposto na Tabela 06:

Tabela 06 – Maneira como a instituição ajuda na formação

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Ensino/aprendizagem	36	57
Profissão	08	13
Relações interpessoais	04	6
Desenvolvimento pessoal	02	3
Não opinaram	02	3
TOTAL	63	100,

Na categoria ensino/aprendizagem, respostas como "*adquiri conhecimento na área em que estudo*", "*está ajudando muito, estou aprendendo mais fácil*", "*com a educação especializada e de alto potencial com professor capacitado*" e "*como eu pretendo fazer medicina veterinária o curso e o ensino médio me ajudam a ser melhor, e focando muito no Enem e na nossa formação como técnico*"; apontam para, como já exposto acima, a procura destes jovens e familiares por um ensino de qualidade, que viabilize a continuidade dos estudos ou a possibilidade de uma melhor inserção no mercado de trabalho, como explicita a categoria profissão, quando surgem respostas como "*estou aprendendo várias práticas que vão me proporcionar para o mercado de trabalho*", "*com todo conhecimento que eu venho absorvendo com certeza vai me ajudar numa área profissional*" e ainda "*apesar das*

dificuldades, aqui me ajuda muito a ter mais oportunidade, conhecer as áreas das quais quero trabalhar".

As relações interpessoais e de desenvolvimento pessoal também são consideradas por estes estudantes como partícipes do processo de formação, quando eles mencionam em suas percepções *"no meu amadurecimento e criação de novas maneiras de pensar"*, *"ser mais respeitoso e conviver com novas pessoas"*, *"consegui ampliar meus pensamentos e me ajudou como pessoa ser melhor na sociedade"* e *"porque eu mudei de comportamento e minhas notas melhorou"*.

Um dos resultados obtidos no estudo de Lima (2016) vai de encontro a essa percepção. Segundo a autora, seus entrevistados perceberam na saída de casa e ingresso na moradia estudantil *"mudanças em si mesmos e no modo de comportar-se e de ser. Perceberam que adquiriram mais responsabilidades e com isso, tornaram-se mais independentes em relação a seus genitores, desenvolvendo maior autonomia e maturidade em suas atitudes"* (LIMA, 2016).

Seguindo na perspectiva da visão institucional destes adolescentes, a pergunta **"o que mais gosta na Escola?"**, objetivou explorar quais aspectos institucionais podem interferir ou auxiliar na permanência desse alunado no curso Técnico em Agropecuária e também na Residência Estudantil. Foram elencadas cinco categorias, conforme demonstra a Figura 08:

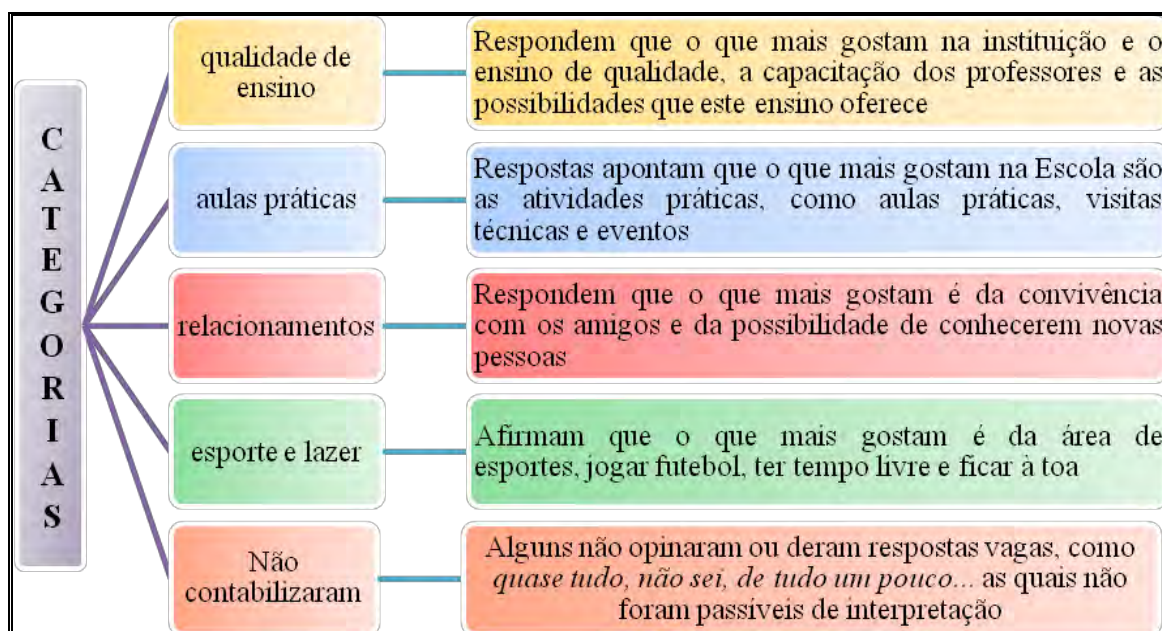


Figura 08 – O que mais gosta na Instituição

Na Tabela 07, temos a síntese dessas respostas, em que 39% dos disseram ser a qualidade do ensino o que mais gostam na instituição, seguido das atividades práticas, que somam 24%. Os relacionamentos estabelecidos neste espaço são considerados em 11% das respostas e o esporte e lazer somam 8%. Não obtivemos resultados em 10% das respostas.

Tabela 07 – O que mais gosta na Escola

Categorias	Frequência Simples	Frequência percentual
Qualidade de ensino	29	39
Atividades práticas	18	24
Relacionamentos	12	16
Esporte e lazer	08	11
Não contabilizaram	07	10
	74	100,

Percebemos nestas categorias que os dados continuam apontando o ensino como fator principal na escolha desses jovens, os quais nos deram respostas como *"qualidade do ensino com a vantagem de residir"*, *"educação dada pelos professores e ensino"* e *"possibilidade que ela oferece"*. Entretanto, podemos observar que, mesmo focalizados na questão do ensino, o que torna esse ensino mais prazeroso são as *"aulas práticas"*, *"a parte dos animais"* ou *"os eventos e visitas técnicas"*. Esta observação pode ser corroborada nas respostas da pergunta seguinte, sobre o que é menos prazeroso dentro da Instituição, conforme será demonstrado na Tabela 08.

As relações interpessoais também continuam sendo apontadas como fator relevante para a vivência destes adolescentes na instituição, podendo ser para alguns, inclusive, fator motivador da permanência, uma vez que *"só de estar com meus amigos e ensino"* que é bom. Para outros *"ter acesso a internet toda hora pra falar com as pessoas"* e *"jogar futebol com meus amigos"* é o que torna a estadia na Instituição mais prazerosa.

Lima (2016) aponta para a questão da necessidade de se adaptar ao contexto e o quanto o sentimento de grupo se manifesta nesse momento. De certa forma, eles procuram se fortalecer como grupo, uma vez que todos compartilham a mesma experiência da saída de casa e entrada na moradia estudantil.

Já ao perguntarmos sobre o que menos gostam dentro desse espaço, podemos perceber as contradições, dúvidas e dificuldades de adaptação que se instalam dentre eles, conforme demonstra as categorias levantadas, expressas na Figura 09:

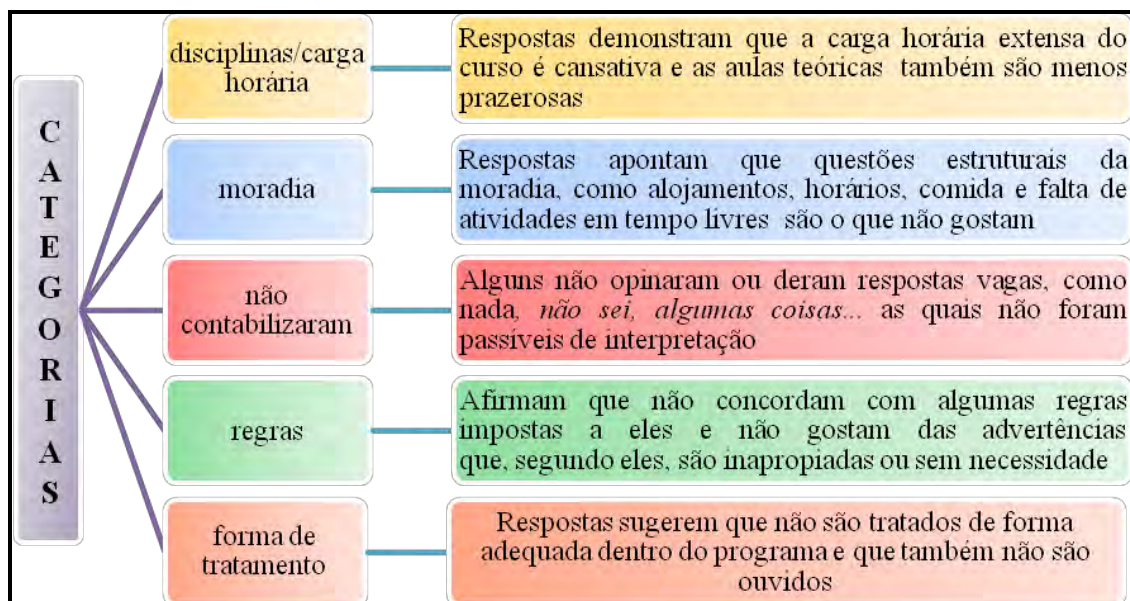


Figura 09 – O que menos gostam na Instituição

Assim, nas respostas obtidas, disciplinas/carga horária são 30% do total de respostas e as observações referentes a moradia também chegam a um índice de 30%. Houve uma grande porcentagem de respostas não contabilizadas, chegando a 17%. As regras alcançaram 12% das respostas e a forma de tratamento 11%. Estes dados estão expostos na Tabela 08:

Tabela 08 – O que menos gosta na Escola

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Disciplinas/Carga horária	21	30
Moradia	21	30
Não contabilizaram	12	17
Regras	08	12
Forma de tratamento	07	11
	69	100,

Podemos observar, em um primeiro momento, o contrassenso que se instaura na questão do ensino. Apesar da avaliação positiva quanto a qualidade do curso e de verem no ensino a possibilidade de ascensão, estes alunos também acham a carga horária extensa e cansativa, conforme sugerem suas respostas: "*carga horária de estudo em sala de aula é grande*", "*carga horária extensiva*", "*aula teórica*" e "*o ensino médio*". No geral, preferem atividades práticas, que são normalmente ofertadas nas disciplinas da área técnica.

Santrock (2014) considera que a fase de transição do Ensino fundamental para o Médio pode ser difícil e estressante, devido ao fato de seu público, em geral adolescentes, estarem num período em que muitas outras mudanças também ocorrem. Dentre estas, estão a puberdade, à imagem corporal, mudanças na cognição social, aumento da responsabilidade e diminuição da dependência dos pais, mudança do ambiente escolar, mudança de professores, mudança de grupos e, ainda, as questões de expectativas e desempenho (SANTROCK, 2014).

Para estes adolescentes, que se encontram nesse novo processo de desenvolvimento, lidar com as "responsabilidades" se torna uma tarefa ainda mais árdua, pois, além de ter que

se adaptar a essa carga horária e quantidade de disciplinas, eles tem também que cumprir as responsabilidades de horários e organização da Residência Estudantil.

Estes alunos também demonstram insatisfação quanto a algumas questões relacionada à infraestrutura e gestão da residência estudantil. Apontam principalmente "...os alunos internos não terem o devido lazer nos finais de semana", "as coisas erradas da GAE", "armários pequenos e horário da janta" e "a falta de atividades no tempo livre e a comida". Apontam ainda "o fato de todos os alunos não terem voz na Instituição", denotando a necessidade ou falta de diálogo entre eles e os demais envolvidos na execução das políticas de permanência. Esta percepção também pode ser expressa ao abordarem as questões das regras, que segundo eles são "advertências sem lógicas", "advertências desnecessárias", e ainda não concordam com "as regras da residência". Segundo eles, também não são tratados de forma adequada, tendo, "a falta de respeito, " "a maneira de que alguns funcionários age ou trata as pessoas" e "da pressão que nós interno sofre da pessoa que olha nosso quarto".

Considerando que a AE deve abranger todas as formas de atendimento que visem a permanência destes alunos, para o êxito dessas ações há de se considerar, conforme coloca Cislighi (2012, p. 508) "à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, desde o transporte, a alimentação e a moradia até suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática... a partir de equipamentos coletivos, com a participação democrática dos estudantes na gestão."

Dessa forma, é fundamental o constante acompanhamento e avaliação das questões referentes a manutenção da qualidade de moradia dos assistidos na Residência Estudantil. No mais, cabe aqui colocar, não como justificativa, mas uma consideração, procurando não recair em uma visão unilateral; a dificuldade e não aceitação, típica da fase de desenvolvimento desses adolescentes, em seguirem regras e imposições.

Quanto a PAE do IF Goiano, a primeira questão levantada diz respeito à forma de acesso aos programas. A oferta de vagas para esses programas assistenciais e os critérios de acesso são estabelecidos via editais, através de documentação específica, da qual foi perguntado sobre o conhecimento dos estudantes. Concernente a essas respostas, levantamos três categorias, conforme a Figura 10:

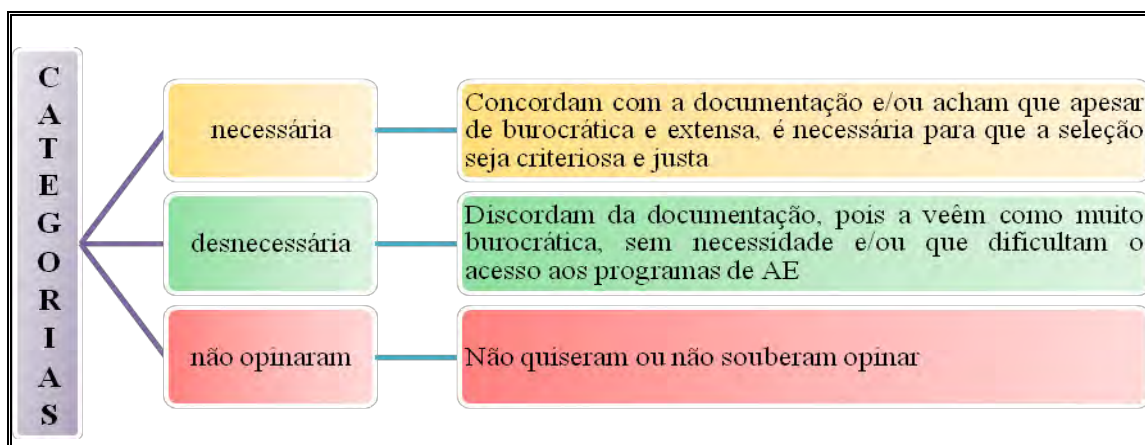


Figura 10 – Opinião sobre a documentação para acesso às PAE

Obtivemos como resultado um público de 37% que entende essa documentação como "são necessárias". Porém 30% vêem esses documentos como "muito critério e documentos que não tem necessidade" e 19% não opinaram. O Gráfico 13 sintetiza essas respostas:

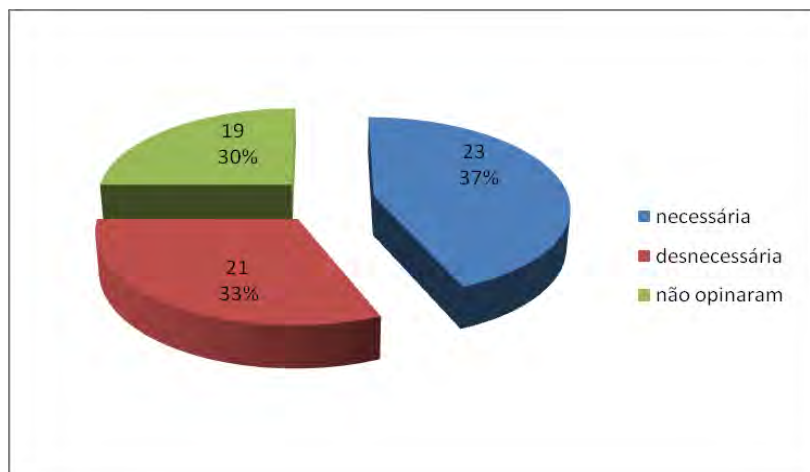


Gráfico 13 – Opinião quanto aos documentos para acesso aos programas de AE

Embora reclamem quanto a burocracia da documentação para concorrência às vagas da Residência Estudantil, os participantes, em grande parte, entendem as exigências como necessárias ao processo, sendo *"certo, porque com as documentações exigidas dá para confirmar a verdadeira situação socioeconômica de cada participante"*, sendo então *"muito burocrático, mas necessário"*.

O estudo de Torezani (2015) também conjuga com esse resultado. Segundo o autor, os dados apurados por ele quanto ao acesso aos Programas de Assistência Estudantil demonstraram que mesmo com a burocracia, os alunos percebem a importância dos procedimentos para a continuidade e ampliação da política de assistência estudantil (TOREZANI, 2015).

Ainda no que diz respeito à percepção dos alunos sobre as regulamentações e normas da PAE, foi questionado se eles conhecem o Manual de Assistência Estudantil do IF Goiano. Dos os 63 participantes, 89% (f=56) disseram que conhecem e 11% (f=7) disseram que não conhecem. Dentre os que conhecem o Manual, 57% (f=32) disseram que concordam com as normas, 23% (f=13) discordam e 20% (f=11) não opinaram, conforme mostra o gráfico 14:

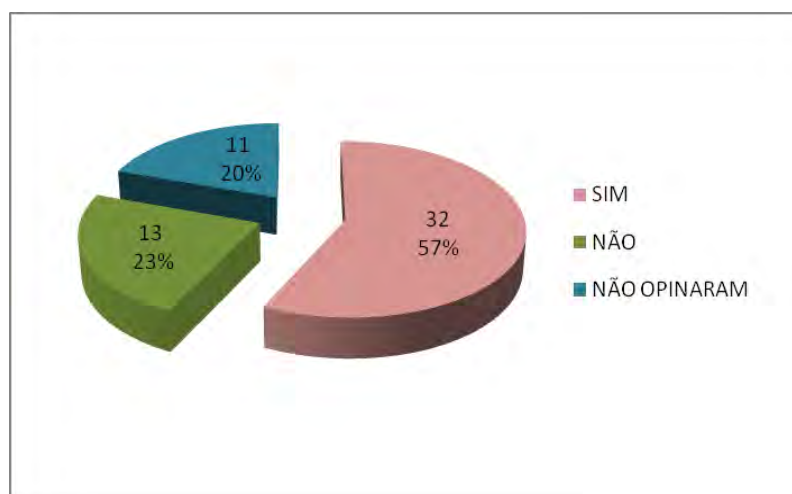


Gráfico 14 – Concordância com o Manual de Assistência Estudantil

Dentro desses percentuais, categorizamos o nível de concordância desses discentes, para mais ou para menos, conforme descrito na Figura 11:

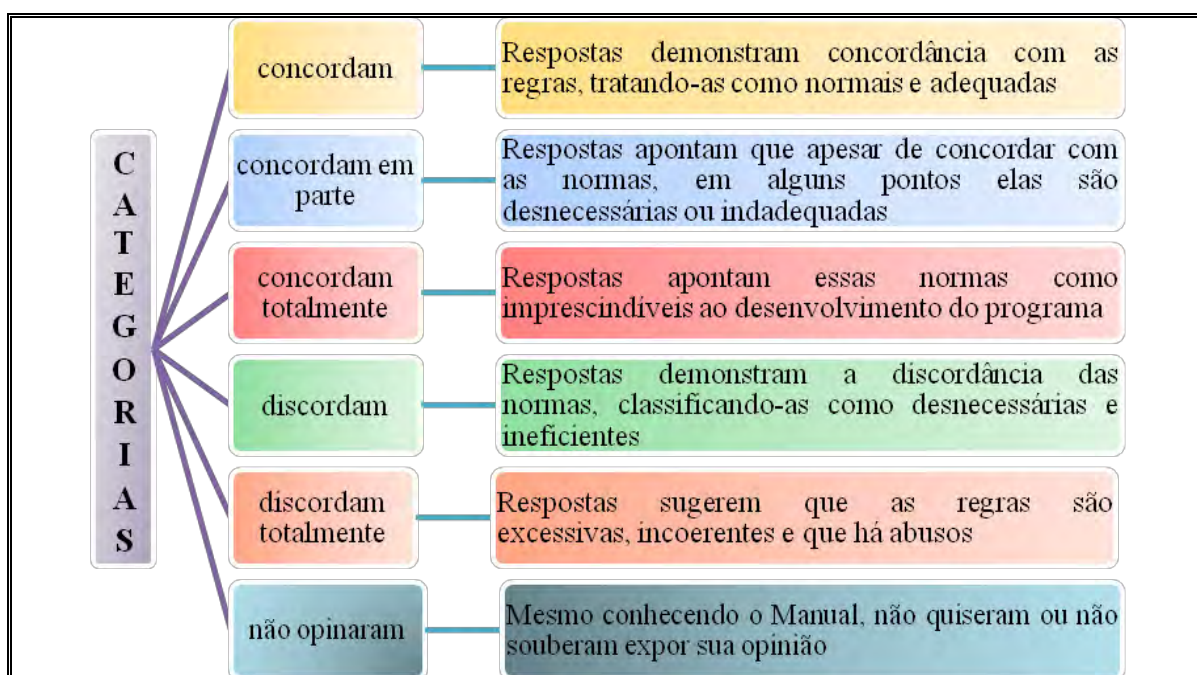


Figura 11 – Nível de concordância quanto ao Manual de Assistência Estudantil

Dessa forma, dentre os 32 (57%) discentes favoráveis ao Manual de Assistência Estudantil, 10 concordam, 14 concordam em parte e oito concordam totalmente. Dentre o número de desfavoráveis, que são 13 (23%), sete discordam e seis discordam totalmente do manual. Os mais, aparecem nos 11 (20%) que não opinaram. O Gráfico 15 demonstra isso:

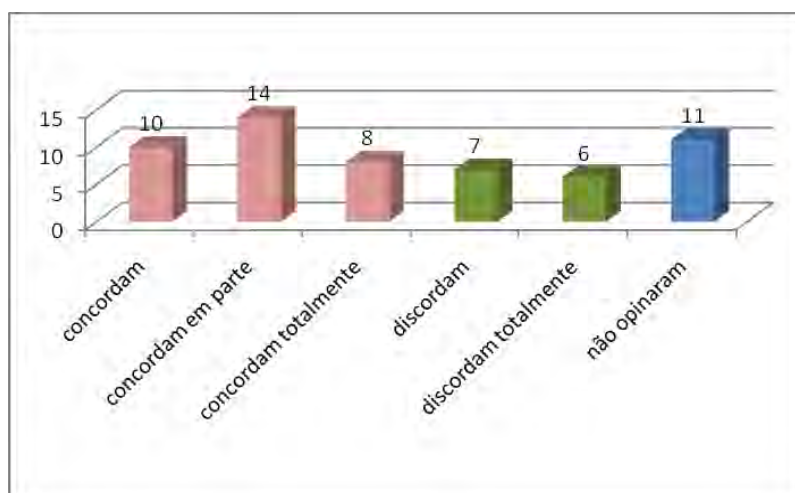


Gráfico 15 – Níveis de concordância sobre o Manual de Assistência Estudantil

Apesar de 89% (f=56) dos alunos afirmarem conhecer o Manual de Assistência Estudantil do IF Goiano, concordando ou discordando do mesmo, podemos perceber em suas respostas que seus olhares se voltam quase exclusivamente a questão das regras dos programas de AE ou as regras disciplinares, também elencadas nesse Manual. Não há nenhuma alusão que refere o desenvolvimento da PAE como política ou direito social, ou

aborde os delineamentos da PAE do IF Goiano expressos nesse Manual. Em suas falas fica explícita essa observação: *"conheço mais ou menos mas concordo com algumas regras outras são exagero", "sem essas normas disciplinares os alunos não iam respeitar ninguém", "porque ter se as pessoas da GAE não respeita", "com muitas regras eu concordo, com outras não. pelo fato do aluno ganhar advertência as vezes por injusta causa e não ter direito de falar nada", "todos nós devemos cumprir normas porque senão vira bagunça no Instituto", "tem umas que são absurdos e alguns funcionários abusam dos direitos"*.

Como bem aponta Taufick (2013), para que a AE atenda todo corpo discente, é necessário que todos conheçam e se vejam inseridos nessa política. A divulgação ampla e o conhecimento do regulamento e dos benefícios fornecem a base para que todos saibam das possibilidades de apoio trazidos pela PAE, conferindo, ainda, transparência das ações e legitimidade do processo. Assim, se faz importante que os beneficiários conheçam o regulamento da política de sua Instituição e faça dele um instrumento de participação e acesso aos seus direitos.

Concernente também a PAE do IF Goiano, especificamente agora ao que diz respeito ao Programa de Residência Estudantil do IF Goiano - *Campus* Urutaí, perguntamos aos discentes sobre qual tipo de público deveria ser atendido pelo programa. Dentre as alternativas apresentadas Tabela (09), as respostas obtidas foram:

Tabela 09 – A quem deveria ser destinada a Residência Estudantil

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
a todos os alunos que não tivessem condições socioeconômicas para fazer os cursos	54	86
a quem tivesse o melhor desempenho no exame de seleção	04	6
aos alunos de todos os cursos técnicos profissionalizantes do Campus Urutaí	03	5
somente aos alunos do curso técnico em agropecuária integrado e concomitante ao Ensino Médio	02	3
	63	100,

Conforme exposto na Tabela 9, 86% das respostas enfatizam que a Residência deveria ser destinada a quem não tivesse condições socioeconômicas para fazer os cursos, seguida de 6% para quem tivesse melhor desempenho no exame de seleção, 5%, aos alunos dos cursos técnicos e 3%, que acreditam que a Residência deveria se destinar somente àqueles que cursam o Curso Técnico em Agropecuária.

Notamos quanto a esse quesito, que houve quase unanimidade na percepção de que a Residência Estudantil deve atender principalmente àqueles que não tem condições financeiras para se manter na Instituição. Tal percepção reflete a situação socioeconômica destes estudantes, que são em sua maioria, como demonstram os dados sobre o seu perfil já aqui levantados, provenientes de famílias com renda per capita de até um salário mínimo, indo também de encontro ao perfil do público alvo do PNAES.

O trabalho de Viana (2016) também traz esta percepção por parte dos alunos, que elencam a condição socioeconômica como principal critério para inclusão ao PAE. Ademais, traz ainda que os alunos identificam o programa como direito e instrumento de viabilização de condições de igualdade, percebendo que ter acesso ao programa não se trata de favor, mas sim de uma política social e de direito à cidadania. Essa compreensão por parte dos estudantes é necessária à busca da ampliação e/ou a universalização das ações de Assistência Estudantil.

Ao perguntar sobre a permanência no curso, as percepções apontaram para a Residência como fator essencial na permanência desses estudantes. Apenas 5% destes discentes (F=3) responderam **não** e 4% (F=2) **não opinaram** e, ademais, não houve justificativas nessas respostas. Totalizamos então 91% (F=58) das respostas como positivas, sendo que dentre estas, levantamos três categorias de percepções quanto ao tipo de contribuição do programa na permanência destes discentes, conforme demonstra a Figura 12:

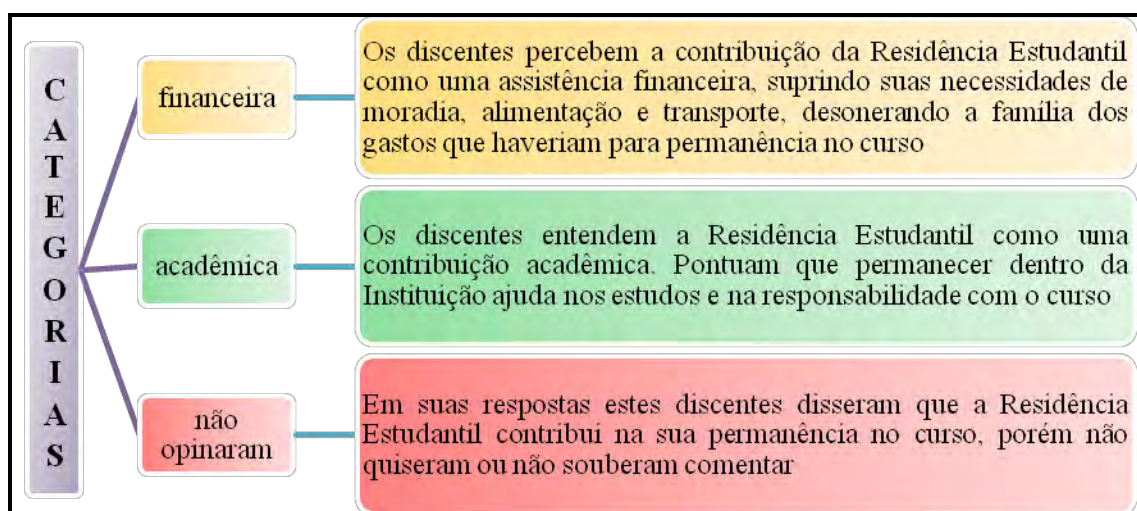


Figura 12 – Tipo de contribuição do Programa

Isto posto, obtivemos então, entre os 91% que entendem que o programa de Residência Estudantil contribui para sua permanência, 71% (F=49) que o percebem como uma ajuda financeira, 13% (F=09) como uma contribuição acadêmica e 16% (F=11) que não comentaram suas respostas. O Gráfico esboça esses resultados:

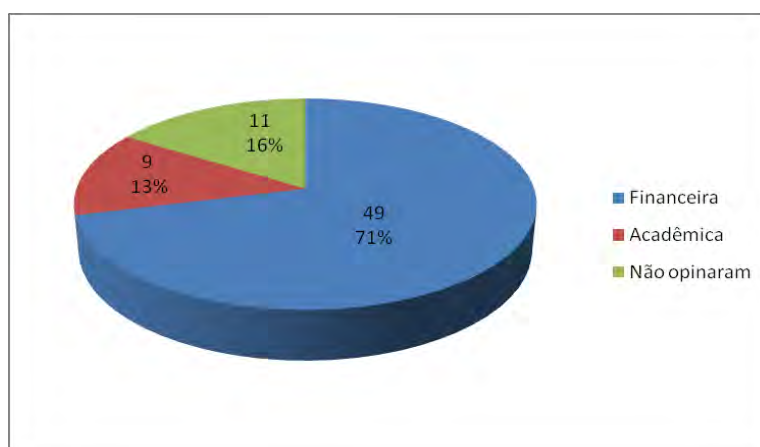


Gráfico 16 – Contribuição do programa para permanência no curso

Já se faz uníssona a compreensão da importância das PAE para a permanência e êxito dos estudantes nas IE. Vários estudos validam esse entendimento, que se faz presente também em muitos segmentos e representações educacionais, como o FONAPRACE, UNE e as próprias Instituições de Ensino. A pesquisa que se faz aqui conjuga com essa percepção, principalmente quando ouvida a voz de seus maiores envolvidos, ao dizerem que *"sem bolsa eu não continuo na Instituição"*, ou *"o custo de vida fora do programa é caro e talvez eu não tivesse oportunidade pois não sou filha única"*, *"eu não teria condição financeira para morar fora da Instituição"* e *"me ajuda bastante e facilita pra mim no curso"*.

Resultados parecidos também foram encontrados em outros estudos, como o de Abreu (2017), na Universidade Federal do Tocantins, em que 94% dos participantes da pesquisa afirmaram a necessidade da bolsa para permanência nos estudos. Em outro estudo, na UFPI, 92% dos discentes apontam a necessidade dos auxílios para permanência na universidade (BATISTA 2019). Depreende-se deste contexto que estas políticas se fazem necessárias á garantia do direito à educação.

Outrossim, é importante também dizer que estes estudos também apontam as deficiências dessas políticas e as necessidades de correção e expansão das mesmas, que devem ser vistas, como coloca Abreu (2017) para além do assistencialismo, já que se trata de um direito conquistado pelos estudantes e um dever das instituições de ensino, que devem pautar pelo desenvolvimento das ações, de forma a garantir a efetivação dos direitos sociais.

Continuando nossa averiguação junto aos alunos "residentes", procurando entender ainda a dimensão de alcance desse programa e a situação dos seus envolvidos, questionamos sobre a continuidade no curso caso perdesse a bolsa. Tal percepção vem a complementar e/ou ratificar a questão já discorrida anteriormente. Levantamos, enfim, três categorias nessas respostas, conforme expõe a Figura 13:

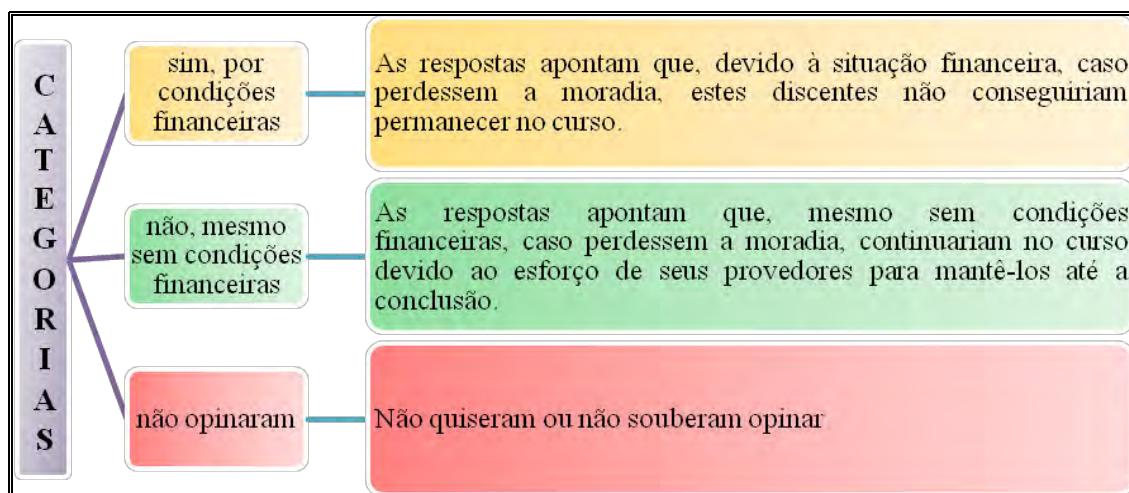


Figura 13 – Continuidade no curso se perdesse a bolsa

As respostas desta pergunta demonstram que 76% (F=49) dos participantes da pesquisa, caso perdessem o direito ao Programa de Residência estudantil, abandonariam o curso, 15% (F=10) não abandonariam o curso, mesmo sem condições financeiras e, 9% (F=6) não opinaram, conforme expresso no Gráfico 17:

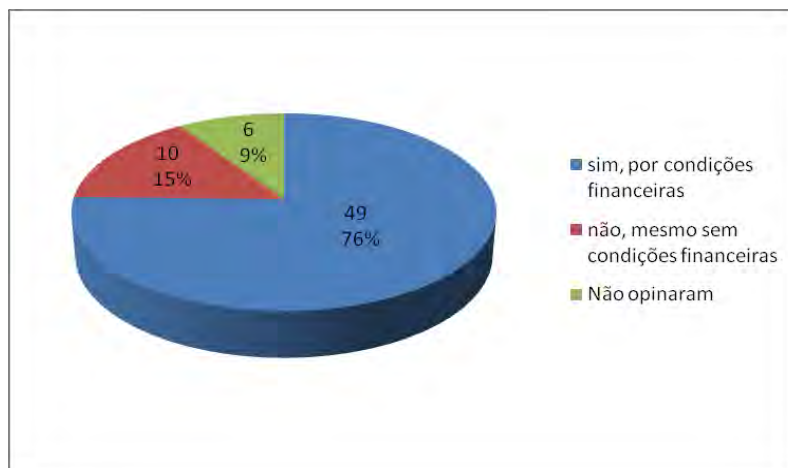


Gráfico 17 – Continuidade no curso caso perca o programa

Torezani (2015) também obteve resultado semelhante em seu estudo, no qual 76% dos alunos responderam que sairiam do curso caso não estivessem no programa de AE.

Isso demonstra a importância da Residência estudantil para continuidade destes alunos em seus cursos e, ainda a necessidade das PAE no que se refere as questões de evasão e de permanência no ensino. Fica nítida a necessidade de ampliação dessas políticas, que devem ser entendidas como direito e estendida a todos que delas necessitam. Nesse sentido, Ferreira (2018) argumenta que as políticas de assistência estudantil, sozinhas, não acarretam a eliminação de todas as barreiras que inviabilizam a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Porém contribui, em parte, para a redução da insuficiência financeira de seus estudantes, de forma a prevenir ou amenizar a situação de retenção e evasão.

Ainda há de se considerar que, mesmo as condições financeiras sendo o fator principal de abandono do curso no qual esse aluno se encontra matriculado, não se faz suficiente minimizar apenas esse fator. As condições para a permanência e o êxito educacional envolvem um conjunto de ações que vão além de um teto para morar. A AE deve também considerar fatores pedagógicos, sociais, culturais, que podem vir a interferir na permanência, com qualidade, do público atendido.

Principalmente em se considerando os alunos "residentes", essas dimensões se fazem altamente necessárias a sua permanência, uma vez que muitos desses adolescentes passam até seis meses sem ir em casa. A Residência Estudantil se torna seu lar provisório, devendo atender não só suas necessidades de subsistência, mas também as de desenvolvimento biopsicossocial. Nessa vertente, os resultados do estudo de Garrido (2012), confirmaram a contribuição da moradia no enriquecimento da vivência acadêmica e apontaram para a necessidade de investimentos nesses espaços, principalmente nos aspectos estruturais e de valorização de seu potencial formativo.

Com vistas à essas situações de atendimento, perguntamos a esses alunos o que fazem em seu tempo livre na Residência Estudantil. As respostas obtidas nos levaram a cinco categorias, como evidencia a Figura 14:

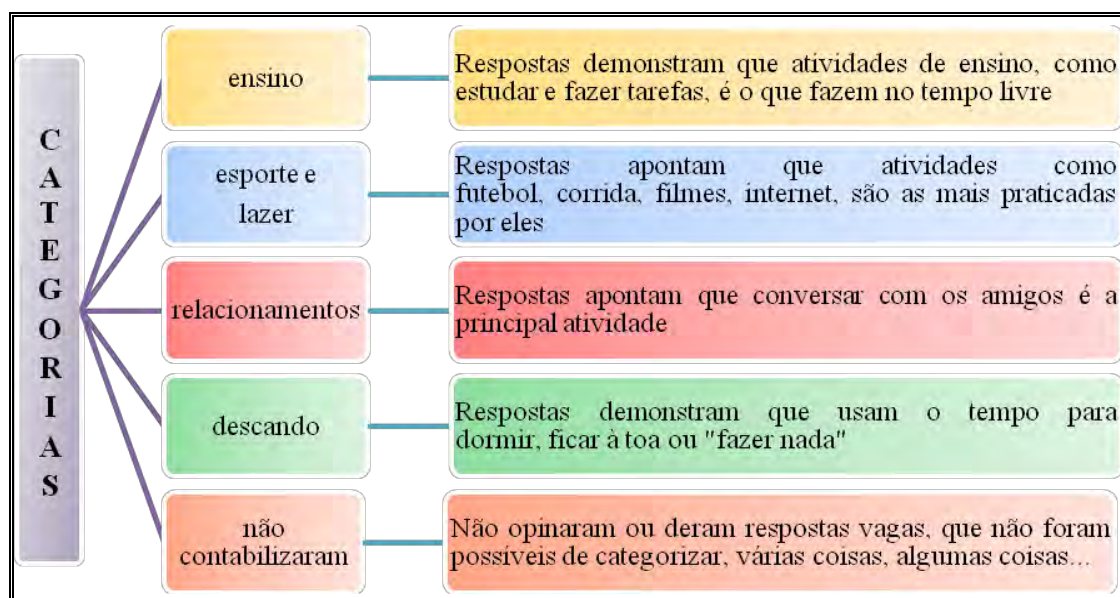


Figura 14 – Atividades em tempo livre

As atividades de esporte/lazer, com 41% (F=41) sobressaem na rotina desses adolescentes, principalmente o futebol. Outra atividade também mais praticada são as voltadas ao ensino, somando 32% (F=31). Alguns não teceram opinião sobre suas atividades, sendo estes 12% (F=11). O descanso fica em um terceiro plano, com 10% (F=11) e parte desses alunos aproveitam seu tempo livre para a conversa com os amigos, 5% (F=5). A Tabela 10 traz essas informações:

Tabela 10 – Atividades realizadas no tempo livre

Categorias	Frequência Simples	Frequência percentual
Esporte e lazer	41	41
Ensino	31	32
Não contabilizaram	11	12
Descanso	09	10
Relacionamentos	05	5
	98	100,

As respostas a essa questão ressaltam bem a necessidade desse tempo livre e de atividades que o contemplem, quando estes discentes dizem sobre seu tempo livre "*jogo bola, vou na piscina, estudo, lavo roupas*", "*vou pra minha casa*", "*nada, as vezes durmo*", "*dormir, não tem nada prático mesmo*".

Segundo Dumazedier (1973), na sua teoria das 3Ds, o tempo livre é um tempo dedicado ao desenvolvimento, descanso e diversão. Muitos estudos abordam a importância que deve ser dada a esse momento, em que as atividades prazerosas para o indivíduo são desenvolvidas.

Sarriera, Tatim, Coelho e Bucker (2007), ressaltam que o cultivo do tempo livre para os adolescentes cumpre variadas funções, como o estabelecimento de relações, compreensão dos processos psíquicos, independência emocional, valores integrativos e de desempenho das

funções sociais, entre outros, que colaboram para o desenvolvimento integral da personalidade. Diz ainda que o uso feito pelo adolescente desse tempo, pode gerar conseqüências positivas ou negativas nesse desenvolvimento integral.

Diante disto, podemos destacar aqui a atenção que deve ser dada pela Assistência Estudantil a esse momento, possibilitando o desenvolvimento de atividades que favoreçam o desenvolvimento positivo dos adolescentes moradores da Residência Estudantil. As respostas dadas a essa questão trazem um direcionamento ao que pode ser trabalhado e desenvolvido nesse aspecto.

Como síntese da percepção dos participantes desta pesquisa quanto aos aspectos do Programa de Residência Estudantil aqui abordados, perguntamos a eles, então, qual a nota atribuída ao programa. Dois destes participantes (3%) não responderam a questão. Obtivemos, assim, 97% (F=61), de respostas, que nos trouxeram, conforme Figura 15, o seguinte resultado:

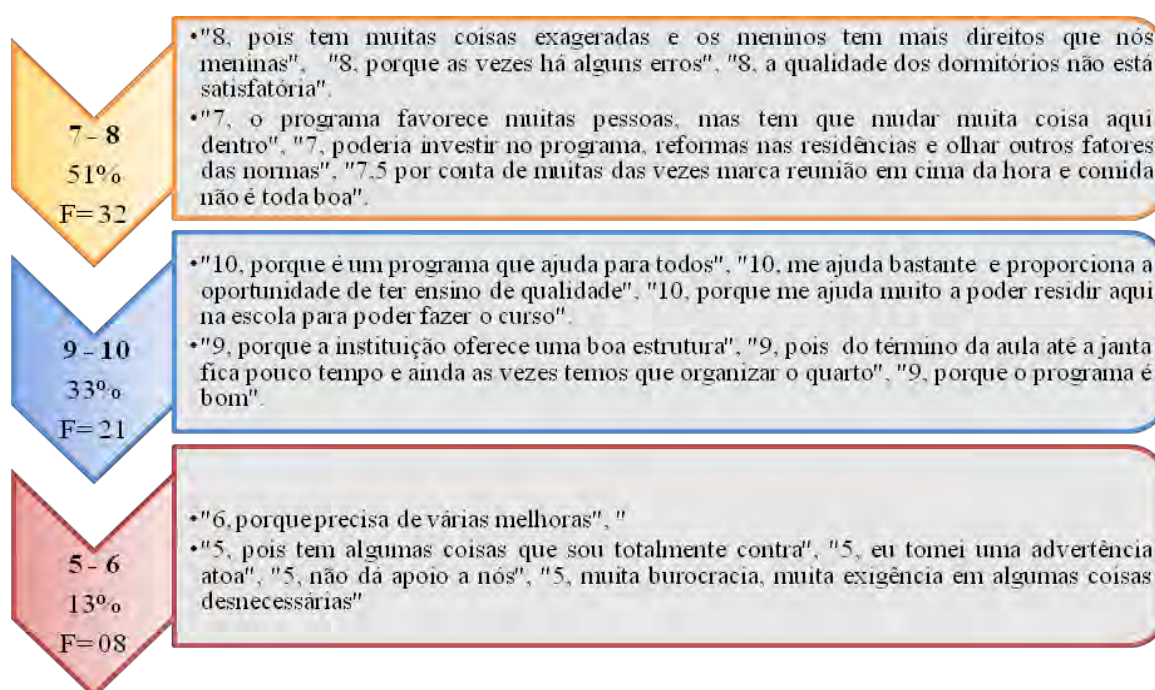


Figura 15 – Nota atribuída ao programa de 0 a 10

A avaliação dos discentes a respeito do programa, como expresso na figura, fez uma escala de cinco a dez, na qual as notas de sete a oito foram as mais atribuídas ao programa, chegando a 51% (F=32) das avaliações. 33% (F=21) dos discentes atribuíram nota de nove a dez e, e 13% (F=08) avaliaram o programa com nota entre cinco e seis.

Pensando em uma escala de valores dessas notas, podemos inferir daí que os usuários do programa em questão o avaliam positivamente, uma vez que não houve nota abaixo de cinco. Isto demonstra que tal política atende às necessidades de seus usuários. Porém, não podemos deixar de considerar que essa avaliação, apesar de positiva, traz ressalvas ou pontos negativos, perceptíveis tanto nos valores atribuídos, quanto nas justificativas destas notas, ambos apresentados na Figura 15.

Mediante o exposto, podemos destacar a importância da avaliação desse tipo de política e da participação de seus usuários nessa avaliação. Segundo Faria (2005), a avaliação se faz como instrumento de empoderamento dos beneficiários e, também é vista como processo de produção de aprendizagens e como oportunidade de promoção de projetos

políticos democráticos, nos quais os sujeitos e as comunidades podem exercer seu potencial humano e social, construindo consciência crítica à respeito da realidade.

Barreto (2014) expõe que a participação dos alunos na gestão das moradias deve ser incentivada pelas administrações, uma vez que os próprios gestores e alunos destacam a importância desta participação, relatando o despertar de uma postura de preservação e cuidado com estes espaços, o estreitamento de laços entre aluno/gestor e a importância deste momento, sendo educativo e de construção política.

Após exporem sua avaliação sobre a residência, perguntamos aos discentes sobre o que gostariam que fosse mudado no programa. São categorizadas as seguintes observações (Figura 16):

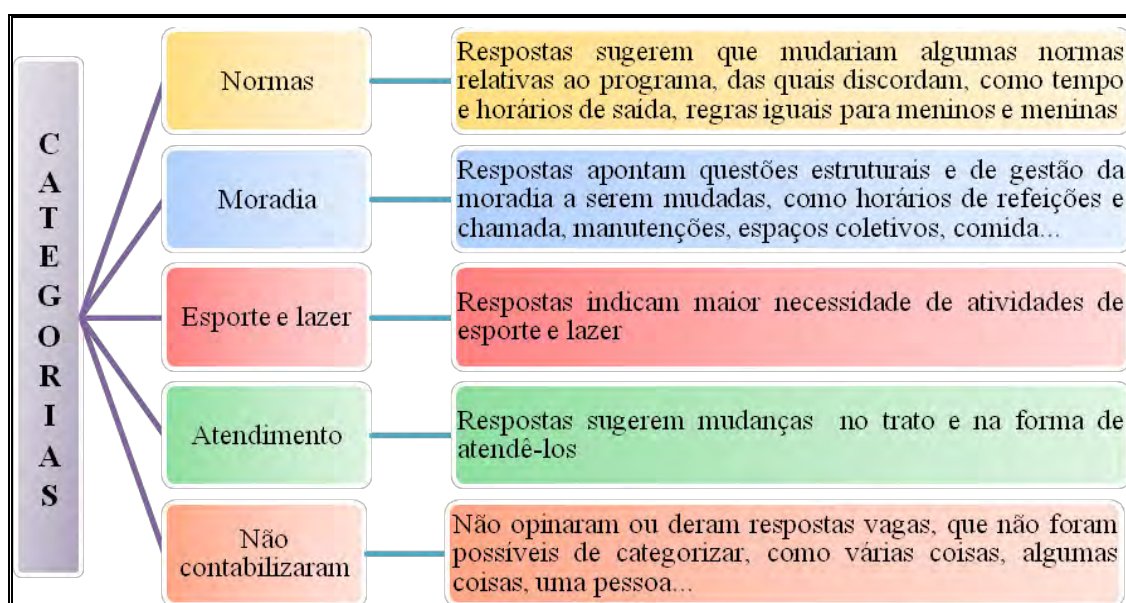


Figura 16 – O que você mudaria no programa?

A procura por uma ocupação no tempo livre e a não aceitação ou discordância das regras também é externada quando respondido sobre o que gostariam que fosse mudado no programa. Dentre as categorias apreendidas, as normas aparecem em primeiro lugar, totalizando 30% (F=24) das respostas. Uma boa parte das respostas, 27% (F=21), não nos oportunizaram contabilizá-las. 26% (F=20) apontaram mudanças relativas a moradia em si, outros 12% (F=9) destacaram que gostariam que o atendimento a eles fosse mudado e, 7% (F=6) pontuaram que gostaria de mudanças nas questões relativas ao esporte e lazer. A Tabela 11 resume essas percepções:

Tabela 11 – Coisas a serem mudadas no programa

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Normas	24	30
Não contabilizaram	21	27
Moradia	20	26
Atendimento	09	12
Esporte/lazer	06	07
	80	100,

Cerqueira (2018) aponta que apesar dos avanços nas PAE, ainda é necessária a garantia de melhores condições de permanência aos estudantes, através de investimentos no que diz respeito às moradias estudantis. Diz ainda que as moradias estudantis não devem apenas garantir a satisfação das necessidades básicas dos estudantes, mas também estimular a transformação social destes. Assim, as opiniões trazidas por esse público podem vir a ser um elemento eficaz no aprimoramento do Programa de Moradia Estudantil.

Voltando a nossa análise, em situação contrária, perguntamos a estes mesmos discentes o que eles não mudariam no programa de Residência Estudantil (Figura 17). Tivemos quatro categorias:

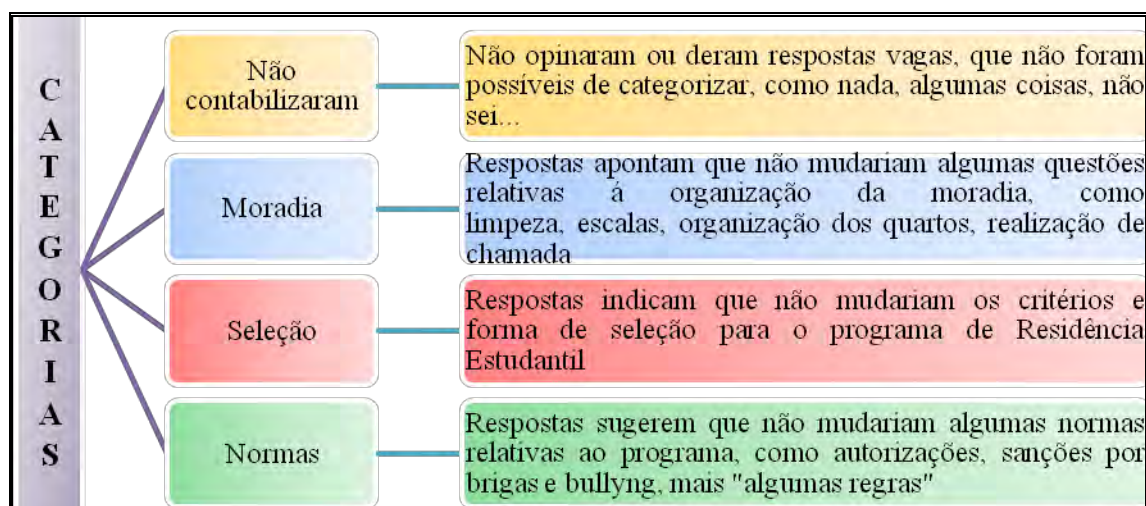


Figura 17 – O que você não mudaria no programa?

Houve um grande número de respostas não contabilizadas nesta questão: 42% (F=28). Quanto aos que opinaram, 24% (F=16) dizem que não mudariam algumas questões relativas a organização da residência, conforme expresso na figura acima. Outros 21% (F=14), não mudariam o processo de seleção para as vagas da Residência Estudantil e 13% (F=09), não mudariam algumas normas relativas ao programa. A Tabela 12 sintetiza esses resultados:

Tabela 12 – Coisas que não mudaria no programa

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Não contabilizaram	28	42
Moradia	16	24
Seleção	14	21
Normas	09	13
	67	100,

Quanto ao alto índice de respostas não contabilizadas nessa questão, gostaríamos de trazer alguns apontamentos que nos levariam a entendê-lo. Em primeiro lugar, muitos não opinaram nessa questão. Em segundo, alguns que responderam "tudo" ou "nada", junto de um porque, considerando a análise do contexto de suas respostas, deixaram-nas ambíguas ou contraditórias, de forma que não saberíamos ao certo, se sugerem que **mudariam tudo** ou **não mudariam em nada**. Assim, afim de não comprometermos a fidedignidade das respostas

e, considerando ainda que essa opção não interferiu na categorização dos resultados, preferimos não as contabilizar.

Destarte, as respostas categorizadas nos remetem a questão das regras e da participação coletiva nos constructos das PAE, já aqui abordadas. Nesse sentido, é possível perceber que as três categorias aqui levantadas (moradia, seleção e normas) dizem respeito à concordância com estas regras do Programa de Residência Estudantil, pois nas três categorias levantadas, todas as respostas tratam das normas referentes a essas categorias. Ou seja, estes discentes entendem a importância das regras para o desenvolvimento do programa. Isso se faz explícito em respostas como: *"a base do programa, pois ela leva alguns conceitos básicos que me agradam"*, *"horário de chegar e sair no meio de semana, autorização, horário de almoço e janta"*, *"as regras para inclusão no programa"*, *"limpeza e organização"*, *"o fato das quadras serem abertas para jogar bola, as chamadas para fazer o controle, a separação dos alunos maiores e menores"*.

Confrontando então, as duas questões (tabela 11 e 12), podemos perceber que não há discordância quanto a normas e regulamentos. O que estes adolescentes expressam é a discordância de **normas específicas**, que envolvem vários aspectos do programa e a forma como essas normas são impostas.

Assim, voltamos ao ponto inicial da questão: a discussão e a avaliação das ações da Assistência Estudantil devem acontecer e devem abranger todos os seus envolvidos, desde a gestão até o público atendido. Conforme expressa Maranhão (2016), os residentes por vivenciar com maior intensidade sua moradia, conseguem avaliá-la com maior precisão, evidenciando os aspectos positivos e negativos referentes a mesma. No mesmo sentido, o estudo de Barreto (2014), conclui que a participação de alunos e gestores neste processo, além de enriquecer as relações entre os próprios moradores, também estabelece estreitas ligações com os gestores, sendo facilitador na resolução dos problemas.

Por fim, como última questão do nosso questionário, deixamos um espaço para que os participantes expusessem sua opinião a respeito do Programa de Residência Estudantil do IF Goiano - Campus Urutaí. A pretensão aí foi de colher mais algum dado que por ventura não captamos, ou que venha a somar com os resultados obtidos. A Figura 18 expressa as categorias que emergiram dessas sugestões:

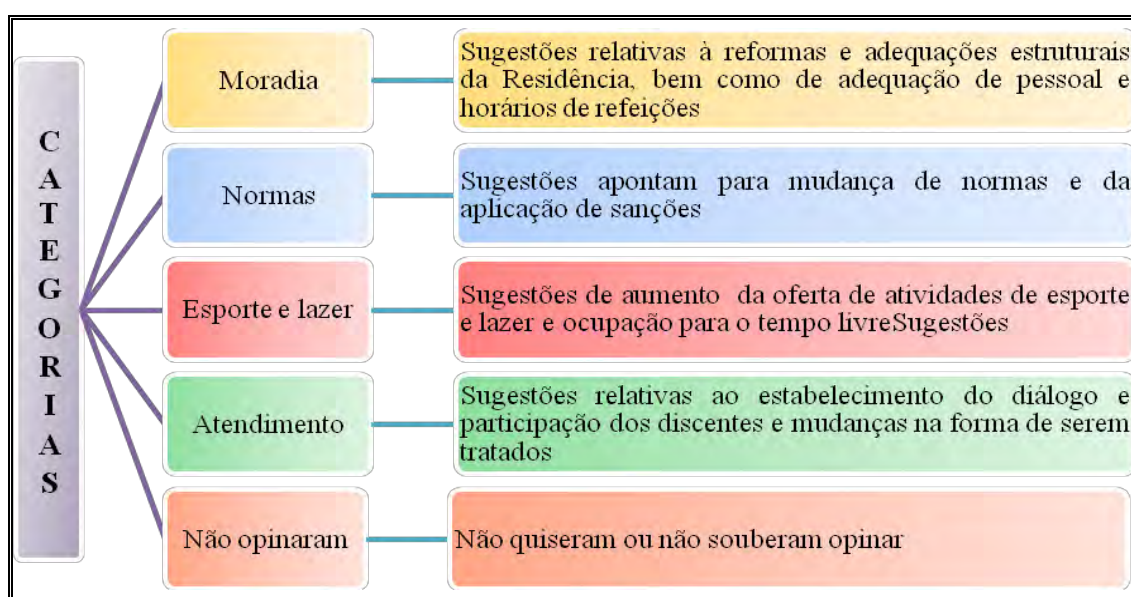


Figura 18 – Sugestões acerca do Programa de Residência Estudantil.

As sugestões que mais apareceram foram referentes a estrutura e gestão da moradia, alcançando 33% (F=27) das respostas. Após, aparecem 29% (F=24) sugestões referentes a esporte e lazer, 12% (F=10) quanto a normas e, 11% (F=9) sobre atendimento. A Tabela 13 traz estas frequências:

Tabela 13 – Sugestões para o programa

Categorias	Frequência simples	Frequência percentual
Moradia	27	33
Não opinaram	24	29
Normas	12	15
Esporte/lazer	10	12
Atendimento	09	11
	82	100,

Sintetizando muito do que já foi dito até aqui sobre a permanência na moradia e, principalmente a permanência e êxito no curso, destacamos uma das sugestões que colhemos junto a esses estudantes moradores, que diz *"dar mais assistência em todos os sentidos, deixar os alunos falar o que eles precisam e não fazer pouco caso com as situações. Já é difícil morar longe e estudar e a pressão aqui não ajuda, tanta cobrança não resolve"*.

Outras sugestões também carregadas de significados dão voz a estes estudantes, que trazem suas queixas, dúvidas, reconhecimento, dedicação e expectativas, tais como *"ouvir opiniões/sugestões do residentes sobre residências (ver o que pode ser melhorado), critério de observação dos residentes, pois tem alguns que não querem nada com nada", "a academia poderia ser aberta, ter uma reunião com os funcionários e também com os internos com a forma de tratamento uns com os outros, ser repassadas as regras essenciais para que sejam seguidas, e quando não forem sejam advertidos, mas que o ambiente seja agradável. Mais lugares com luzes, como a praça para que possamos nos sentar e não sermos advertidos por estar no escuro", "ótimo programa para quem não tem muitas condições", "mais observação com os alunos residentes e oferecer opiniões plausíveis", "aceitar algumas pessoas que bombam de ano", "tudo aqui é bom", "abriria academia tem muitos alunos que não consegue fazer nem um esporte estão muito sedentário. e se abrisse a academia eles ia pelo menos para fica mais saudável", "criar mais projetos para que o tempo fora de aula seja gasto para obter mais conhecimentos", "ouvir as opiniões dos residentes sobre a moradia dentro do Campus" e "deve ampliar algumas coisas, mais demais está tranquilo, muito obrigado"*.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade a superação dos obstáculos e dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva bem durante o período de dedicação aos estudos e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono escolar. Nossa primeira conclusão, que alicerça o eixo central desse trabalho, reforça essa premissa, uma vez que, através do aqui exposto, constatamos que, de fato, a democratização do ensino passa pela garantia de assistência aos educandos que dela precisam, podendo ser uma forma de promover o direito à educação.

Ao analisar a efetividade dos programas de Assistência Estudantil implementados no IF Goiano Campus - Urutaí, no âmbito do PNAEs, verificamos que a Instituição atende ao Decreto 7.234/2010, viabilizando a oferta de assistência estudantil aos educandos, mais especificamente ao aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a manutenção e conclusão dos estudos. Nessa análise, alguns apontamentos foram feitos e, cabem aqui ser considerados, pois conforme argumenta Dourado (2007, p. 921), é importante não reduzir a análise das políticas e da gestão educacional à simples descrição dos seus processos de concepção e/ou de execução, sim, apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.

No caminho percorrido para responder a indagação quanto a importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para os alunos do Curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano - Campus Urutaí, procuramos resgatar elementos que pudessem localizar histórica e espacialmente o tema da pesquisa, bem como suscitar dúvidas e indagações essenciais para a compreensão da realidade estudada.

Nessa vertente, percorremos o processo histórico da Educação Profissional, através do qual podemos reconhecer a dualidade educacional, imposta pela relação capital e trabalho, necessária a manutenção da ordem social vigente. Ordem essa que traz a entender a educação escolar como único meio de melhorar econômica e socialmente de vida, ocultando as demais esferas da reprodução da existência das desigualdades sociais e que, ainda nega a uma parcela da população essa própria educação escolar, através da inviabilização da oferta de uma educação de qualidade para todos.

Ressaltamos que, embora reconheçamos essa dualidade, também acreditamos no potencial que pode ter a educação e, dentro dela, a assistência estudantil.

Ao visitarmos o cenário da Assistência Estudantil no Brasil, considerando ainda o dito acima, pudemos entender sua importância e necessidade, também suas limitações. Somando para esta visão da assistência estudantil, os apontamentos trazidos através das pesquisas referendadas no **capítulo IV** destacaram questões relevantes a atual discussão das políticas de assistência estudantil, chamando a atenção para a necessidade da discussão e análise destas políticas principalmente no que se refere ao contexto dos IFs e para a falta de estudos referentes as questões voltadas às residências estudantis.

Ao contextualizarmos a Assistência Estudantil e o Programa de Residência Estudantil do *Campus* Urutaí, já com a compreensão do contexto macro em que estes se encontram, estabelecemos o arcabouço teórico que nos trouxe os subsídios necessários a análise e discussão dos nossos resultados.

Para conhecermos nosso público e suas necessidades no tocante às PAE, traçamos o seu perfil socioeconômico, do qual algumas considerações são suscitadas. O estudo confirmou que estes discentes do curso Técnico em Agropecuária fazem parte do público alvo do PNAES e confirmou também o que traz a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e

Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018, principalmente quanto as situações de renda, cor, raça e origem escolar.

Nestes dados, levantamos um ponto que nos chama a atenção, que é a necessidade do olhar por parte da assistência estudantil a esta heterogeneidade. Como demonstram os números, temos uma diversidade racial e, conseqüentemente cultural, que requer ações de assistência estudantil que a contemplem.

Com vistas ao exposto, ressaltamos aqui o que já é senso comum nos estudos das PAE: estas devem também considerar fatores pedagógicos, sociais, culturais, que podem vir a interferir na permanência, com qualidade, do público atendido. Considerando ainda, que parte de nosso público está longe de casa e passa até cinco meses sem regressar ao lar, ampliar ações que visem a promoção do pertencimento na escola, como cultura, lazer, esporte e atividades afins se faz oportuno.

Voltando-nos agora ao que nos mostrou a percepção dos discentes, foi possível constatar que estes, ao procurarem a Instituição, esperam encontrar nela um ensino de qualidade, que venha a ser um elemento possibilitador de futura ascensão social. Várias teorias tratam esta visão, que não cabe aqui, agora, discutir. Enfim, estes discentes percebem a assistência estudantil como ferramenta para a garantia desse ensino. No que diz respeito ao Programa de Residência Estudantil, suas percepções são de que o programa possibilita a permanência na Instituição e, sem ele, muitos destes discentes não estariam no curso. Entretanto, estes discentes também apontam problemas relativos a estrutura e gestão do programa.

Com vistas ao aprimoramento das ações e a sanar problemas, evidenciamos aqui a importância da avaliação das ações de AE e da participação da comunidade escolar na gestão desta política. Há de se destacar também que as ações de AE não são de responsabilidade exclusiva de determinado setor. Uma política de assistência estudantil que contemple a permanência, com vistas a formação integral do aluno, também envolve ações que dizem respeito ao ensino, a pesquisa e a extensão. É preciso trabalhar a concepção de AE para além da função assistencialista, como política capaz de ajudar a sanar as diversas dificuldades existentes no âmbito da permanência, uma vez que esta dificuldade não se dá somente na questão econômica. Existem vários fatores que interferem na permanência, com êxito, no ensino público.

Oportuno se faz aqui destacar como ponto positivo e de grande relevância, o fato da Instituição ofertar algumas ações de cunho universalizante, como o restaurante estudantil e o Centro Médico e de, também priorizar a oferta da Residência Estudantil.

Quanto as limitações apontadas pelos discentes no Programa de Residência Estudantil, as que preponderaram foram a discordância com certas regras, a falta de atividades que preencham o tempo livre, o atendimento proporcionado pelos servidores e questões relacionadas a estrutura e serviços da residência. Em nossa percepção, estas são questões que podem ser trabalhadas e corrigidas, mas, como já dito antes, cabe para isto o olhar atento dos envolvidos na gestão do programa e a abertura à participação, consciente, dos seus beneficiários. Concordando com uma das conclusões de Garrido (2012), a moradia estudantil pode ser um lugar de vitalidade e suporte intelectual e, para isto ocorrer, é necessário que várias iniciativas sejam desenvolvidas nesses espaços, afim de enriquecer a experiência estudantil.

Ademais, se faz imprescindível aqui destacar a necessidade de estudos e de discussões que abordam as políticas de assistência estudantil no contexto da Rede Federal, principalmente com um olhar à sua regulamentação. Sabemos que estas instituições abrangem peculiaridades de atendimento que não são contempladas pelo PNAES, que podem vir a

comprometer o desenvolvimento de tais políticas. Nesse sentido, cabe aqui destacar a não inclusão dessas instituições nas pesquisas de perfil do FONAPRACE. Como instituições que ofertam ações de AE e que atende um público, em sua maior parte, dentro do perfil do público alvo do PNAES, consideramos essencial suas participações em tal pesquisa, ou, outrossim, que seja construída pesquisa de igual teor, que atenda esta Rede.

A falta de estudos também se faz notar no que diz respeito às residências estudantis. Tais estudos podem colaborar no entendimento da residência estudantil como parte importante no desenvolvimento educacional e como espaço de viabilização de direitos sociais, compreensão esta importante à busca da equidade na educação.

Por fim, esperamos que este trabalho possa ser uma pedra no sapato daqueles que estudam, vivenciam, participam, implementam e usufruem das políticas de assistência estudantil, afim de que outras nuances sejam trabalhadas, vindo a oferecer respostas necessárias ao desenvolvimento desta política.

9 REFERÊNCIAS

ABREU, Marta Virginia de Araújo Batista. **Relatório da pesquisa sobre assistência estudantil na UFT.** Palmas, 2017. 34f. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/index.php/?option=com_jalfresco&view=tags&tag=estudantil. Acesso em 23. jan. 2020.

AMORIM, Mônica Maria Teixeira. (2013). **A organização dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Brasília, 2007. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>: acesso em: 20 out 2018.

_____. **Revista Fonaprece 25 anos.** Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/tarquivos/download/Revista_Fonaprece_25_Anos.pdf> acesso em: 20 out 2018.

ARAÚJO, Anne Caroline Costa. **A percepção discente sobre a Residência Universitária no Brasil e o programa auxílio moradia no Campus da UFC em Sobral.** 2016. 94f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2016.

ARAÚJO, Cristiane F. de. **Educação Profissional de Nível Médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar.** UNINDU, 2012. Disponível em <https://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf> Acesso em 20 mar 2020.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARBOSA E SILVA, L.; COSTA, N. C. D. **Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Agenda Política, v. 6, n. 2, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Layra Gomes de. **Divisão Sexual do Trabalho nas carreiras de Agrárias na Graduação da Universidade Federal de Viçosa.** UFV, 2016. 48f. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa, 2016.

BARRETO, Dante. **Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária.** 2014. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2014.

BATISTA, Maria do Carmo de Souza. **Políticas de inclusão universitária: permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí**. UFU, 2019. 402f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BOUTIN, C. B. D.; CAMARGO C. R. S. **A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital**. PR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_8156.pdf Acesso em 23. set. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 02 out 2018.

_____. **Decreto-lei nº. 13.197**, de 25 de setembro de 1918. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1935258/dou-secao1-27-09-1918-pg1>. Acesso em: 08 jun. 2019

_____. **Constituição Federal do Brasil, 1937**. Manuais de Legislação Brasileira, São Paulo, Edições e Publicações Brasil Editora, 1942.

_____. **Coleção das Leis de 1942**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, 3 vols.

_____. **Decreto-Lei nº 9.613**, de 20 de agosto 1946. Lei Orgânica do ensino Agrícola. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de ago. 1946.

_____. **Lei nº. 1.923, de 28 de julho de 1953**. Lex:Diário Oficial da União. Rio de Janeiro: 31 jul. 1951. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1923-28-julho-1953-367061-publicacaooriginal-1-pl.html>.> Acesso em: 08 jun. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Lex:Diário Oficial da União. Brasília-DF: 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>.> Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. **Decreto nº 53.558**, de 13 de fevereiro de 1964. Altera a denominação de escolas de iniciação agrícolas, agrícolas e agrotécnicas. Colégio Agrícola. Ginásio Agrícola. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 fev. 1964.

_____. **Decreto Lei nº 60.731**, de 19 de Maio de 1967. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html15]

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm.>. Acesso em 8 jun. 2019.

_____. **Decreto nº 72.434**, de 09 de julho de 1973. Coordenação Nacional do Ensino Agrícola : COAGRI no Ministério de Educação e Cultura, atribuindo-lhe autonomia

administrativa e financeira e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 1973.

_____. **Decreto nº 83.935**, de 04 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica, Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). Escola Agrotécnica Federal. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 set. 1979.

_____. **Decreto nº 93.613**, de 23 de novembro 1986. Extingue órgãos do Ministério da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de Nov. 1986.

_____. **Lei nº 8.731**, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 nov. 1993.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **O internato nas Escolas Agrotécnicas Federais**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1994.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o Par. 2 do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 93.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mar. 1997.

_____. Ministério da Educação. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico. **Resolução CNE/CEB nº 4/99**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol0499.pdf>. Acesso em: 02 outubro 2018.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: MEC/SETEC/PROEP, 2000.

_____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho 2004. Regulamenta o Par. 2 do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004a, p. 18.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mar. 2007.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Lei nº 13.005** – Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 07 out 2018.

CECCHIN, R. ; MASCARELLO, M. M. V. . O Curso Técnico em Agropecuária: Histórico e Perfil dos Alunos e Egressos. Sifedoc, Pelotas - RS, 2012.

CERQUEIRA, Manuela Vanesca da Silva. **Moradias estudantis: a luta pela permanência na universidade**. 96p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CISLAGHI, J. F. SILVA; MATHEUS, T. da. **O plano nacional de assistência estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia e permanência**. SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez.2012

CONCEIÇÃO, Leyde Lelma Vieira da. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia-PA**. 2017. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências com habilitação em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura**. Cadernos de pesquisa v.44 n.154 p.912-933 out./dez. 2014. Disponível em: [ensino profissional: o grande fracasso da ditadura - SciELOa, www.scielo.br > pdfu](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=10.1590/1981-23170140000100001)

_____. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000. Acesso em: 17 out. 2018.

DOURADO, Luís Fernando. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação & Sociedade. Vol.28, n.100 – Especial, Campinas: CEDES, 2007.

DUMAZEDIER, J. (1973). **Lazer e cultura popular**. São Paulo, SP:Perspectiva.

DUTRA, Rogério Severiano; DUTRA, Giselle Bezerra Mesquita; PARENTE, Paulo Henrique Nobre and PAULO, Edilson. **O que mudou no desempenho educacional dos Institutos Federais do Brasil?**. *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* [online]. 2019, vol.27, n.104, pp.631-653. Epub July 10, 2019. ISSN 0104-4036.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FARO, Ailton. **Os desafios da Assistência Estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50>. Acesso em: 20 out 2018.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso. **Políticas de Permanência da Educação Profissional de Nível Médio: um estudo do Instituto Federal do Pará (2012-2017)**. 170p, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica), UFPA, Belém, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **As relações do trabalho-educação e o Labirinto do Minotauro**. In: AZEVEDO, José Clóvis; GENTILI, Pablo Krug, André; SIMON, Cátia. Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS; Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 2000.

FRIGOTTO, G. “**Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**”. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.; (orgs.) **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. Acesso em: 17 out. 2018.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.;RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.CIAVATTA, Maria. **Mediações Históricas de Trabalho e Educação**. RJ: Lamparina, 2009. Acesso em: 17 out. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvérsido**. *Educação & Sociedade*, Out 2005, vol.26, n.92, p.1087-1113. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

GARRIDO, Edleusa Nery. **Moradia Estudantil e formação do(a) estudante universitário(a)**. 2012. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GOMES, Andréa Regina de Carvalho. **Os alunos do ensino médio e os desafios das escolhas para a formação profissional**. PR, 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2419-8.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2019 . Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 24 de fev. de 2020

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. *Serv. soc. soc*, n. 129, p. 285–303, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Manual de Assistência Estudantil**. Goiás, Março de 2013. Aprovado pela Resolução do Conselho Superior 008 de 01 de março de 2013.

ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **A escola agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

_____. **Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano**. 2018. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2018.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. PUC-RS. 2012, 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012

KUENZER, A. Z. (org.) (2007). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez.

_____. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3ed. São Paulo: Cortez. 2001b.

KUNZE, Nádia Cuiabano. **O surgimento da Rede Federal De Educação Profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro**. Revista Brasileira da Educação Profissional E Tecnológica, 2009. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939/pdf> Acesso em 13 nov 2019.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIMA, Raquel Flores de. **Adaptação no ensino médio técnico: a experiência de adolescentes que saem de suas cidades para estudar**. 2016. 146 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Santa Maria, RS, 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO, Enio Rodrigues. **Mudança na formação do técnico agrícola no Centro Federal De Educação Tecnológica De Urutaí-GO – o proposto e o realizado**. 2005 - 114p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

MARANHÃO, Fábica Castro de Albuquerque. **Política pública de assistência estudantil: um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE**. – 2016, 80p. Dissertação (Mestrado profissional em Políticas Públicas), Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/programa-de-expansao-da-educacao-profissional-proep/>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

MOURA, D. H.; LIMA Filho. **A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais.** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.760>> Acesso em 13 nov 2019.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. **Acesso, permanência e êxito: percepções sobre os impactos da oferta de residência estudantil em uma instituição brasileira de educação profissional e tecnológica.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional). Instituto Politécnico de Santarém Escola Superior de Educação, SP, 2020.

ROSA, Chaiane de Medeiros. **Instituto Federal Goiano –Campus Urutaí: histórico de criação e mudanças de institucionalidade.** V Conedu, Olinda, 2018. http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA3_ID1499_18042018171920.pdf Acesso em 21 nov 2019.

SANTOS, Renata Eusébio dos. **Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional do IFCE: dilemas e desafios no contexto da crise estrutural do capital.** 139p. Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2017.

SANTROCK, J. W. (2014). **Adolescência** (14. ed.). Porto Alegre, RS: AMGH

SARRIERA, J.C.; TATIM, D.C.; COELHO, R.P.S.; BUCKER, J. Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. **Psicologia: Reflexão e Crítica.** v. 20, n. 3, p. 361-367, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011

_____. **A Nova Lei da Educação – LDB trajetória limites e perspectivas.** 9ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** São Paulo : Paz e Terra ; Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENKEVICS, A. S.; MACHADO, T. S.; OLIVEIRA, A. S. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep.** Brasília: Inep, 2016. 48 p. (Texto para Discussão nº 41).

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> Acesso em: 27. fev. 2020.

SOUZA, José Carlos Moreira. **A educação profissional agrícola na constituição do Instituto Federal Goiano.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação, 2014.

SPRICIGO, Fabrício. **A assistência estudantil no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: em análise o programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social** - 2016. 210 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis-SC, 2016.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da política de assistência estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TRINDADE, Arlene Vieira. **A permanência estudantil: uma análise da primeira turma de Ensino Médio Integrado e a Política de Assistência Estudantil no Cefet/Rj-Campus Maria da Graça**. 248 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal Fluminense -UFF, Niterói, 2019.

TOREZANI, Sival Roque. **A Percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo –Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil**. Seropédica, RJ. 2015. DISSERTAÇÃO (Mestrado em educação agrícola).

União Nacional dos Estudantes. **Moradia estudantil: é preciso avançar!** 2014. Disponível em: <https://une.org.br/2014/05/moradia-estudantil-e-preciso-avancar/> Acesso em: 22. fev. 2020.

VASCONCELOS, Natália Batista. **Assistência Estudantil: uma Breve Análise Histórica**. In: FONAPRACE/ANDIFES. Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2010.

VIANA, Daniella Araujo Facchini **O programa de assistência estudantil e a cidadania: perspectivas dos alunos do ensino técnico integrado ao médio**. 200 p. Dissertação (Mestrado acadêmico em Educação, Ambiente e Sociedade) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, São João da Boa Vista, 2016.

VOSGERAU, Dimeire. Sant’Anna. Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas**, Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014

10 APÊNDICE

- a. única instituição de ensino em que foi aprovado
- b. ensino gratuito
- c. ensino de qualidade
- d. proximidade da residência ou do local de trabalho
- e. apoio oferecido
- f. possibilidade de continuar em outros cursos
- g. possibilidade de permanecer no regime de internato
- h. Outro.

Qual _____

04. O que você pretende fazer quando se formar?

- a. trabalhar
- b. continuar estudando
- c. ambos
- d. não sabe

05. A quem você acha que deveria ser destinada a Residência Estudantil?

- a. a quem tivesse o melhor desempenho no exame de seleção
- b. somente aos alunos do curso técnico em agropecuária integrado e concomitante ao Ens. Médio
- c. a todos os alunos que não tivessem condições socioeconômicas para fazer os cursos
- d. aos alunos de todos os cursos técnicos profissionalizantes do Campus Urutaí
- Outros: _____

06. Você conhece alguém que não se inscreveu para os cursos técnicos do Campus Urutaí porque não tinha condições financeiras para custear os estudos?

- a. não
- b. sim

Quantos? _____

07. Quais pessoas residem na sua casa?

08. Quem é o responsável legal por você aqui no Campus?

09. Em que momentos os seus pais ou responsáveis comparecem na escola?

10. Geralmente quanto tempo você permanece na escola sem ir para casa?

11- Desde quando você é morador da Residência Estudantil (mês e ano)?

12. Em horário de tempo vago, após o término diário das aulas e nos fins de semana, que atividades você realiza na escola?

13. O que você mais gosta na escola?

14. O que você menos gosta na escola?

15. Em sua opinião a Instituição tem lhe ajudado na sua formação? De que maneira?

16. Qual é a sua opinião sobre os documentos exigidos para inscrição nos Programas da assistência Estudantil?

17. Você conhece o Manual de Assistência Estudantil do IF Goiano e suas normas disciplinares? Concorda com essas normas?

() não () sim () concordo () discordo

Comente: _____

18. Este programa contribui para que você permaneça no curso?

Porque: _____

19. Se você perdesse o programa sairia do curso? Por quê?

20. Tomando os valores de zero a dez, quanto atribuiria para o programa? Justifique

21. O que você mudaria no programa?

22. O que você não mudaria no programa?

23. Sugestões referentes ao programa de Residência Estudantil:

Agradecemos sua participação!

Apêndice B - TCLE maiores de 18 anos



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - MAIORES 18 ANOS

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada “**A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto à importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação**”. Após os esclarecimentos, caso você aceite fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **Luci Rodrigues Silva**, através do telefone: (64) 99236-0404 ou e-mail luci.silva@ifgoiano.edu.br e com a coordenadora Sílvia Maria Melo Gonçalves, pelo telefone: 2198897-1814 ou e-mail: gsilviamm@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220.

1. A assistência estudantil é extremamente importante para o atendimento das demandas sociais. Por isso, torna-se importante saber como ou se a Política Educacional de Assistência Estudantil, em especial a Residência Estudantil, se efetiva na garantia de direitos aos alunos do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Assim, o objetivo dessa pesquisa é investigar, na perspectiva dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária IF Goiano - Campus Urutaí, beneficiados pelo Programa de Residência Estudantil, os reflexos desse programa na permanência e conclusão do curso. Como instrumento de levantamento de dados utilizaremos de questionário misto, com perguntas abertas e fechadas, no qual buscaremos conhecer as concepções dos pesquisados sobre sua condição de aluno interno e sobre o seu rendimento escolar. Trabalharemos com um número de 87 alunos, de todas as séries/ano do Ensino Médio Técnico, de ambos os sexos e com idades entre 14 e 19 anos.

2. Os riscos inerentes a você, participante, são as possibilidades de danos de origem psicológica, intelectual e emocional, cansaço ou aborrecimento/constrangimento. Porém, você terá total liberdade para não responder questões e/ou responder no seu tempo. Esclarecemos, ainda, que esta pesquisa não traz a você benefícios imediatos ou diretos, sim benefícios futuros, pois, o acompanhamento e avaliação do Programa de Residência Estudantil pode subsidiar o planejamento, a formulação de intervenções e os ajustes necessários ao atendimento das demandas de seus beneficiários.

3. Será assegurada a você garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo, estando os responsáveis pela pesquisa disponíveis para esclarecimento de eventuais e quaisquer dúvidas. Caso

Se você apresentar algum problema será encaminhado para tratamento em local e por profissionais adequados e devidamente acompanhado pelo pesquisador.

4. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, podendo retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. Todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será repassada a outras pessoas. Você também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você tenha gastos decorrentes da pesquisa, será ressarcido financeiramente pelos mesmos. Também, caso você, participante, sofra algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Consentimento da participação na pesquisa

Após ter sido devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável, sobre o estudo em questão, eu _____ CPF _____, ciente e de acordo com o exposto, aceito participar de forma livre e espontânea, da pesquisa acima descrita.

_____, de _____ de 20__

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

Apêndice C - TCLE menores de 18 anos



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - MENORES 18 ANOS

Seu filho (a), ou menor sob sua responsabilidade, está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada “**A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto à importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação**”. Após os esclarecimentos, caso você permita que o mesmo faça parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você e nem o participante não serão penalizados(as) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **Luci Rodrigues Silva**, através do telefone: (64) 99236-0404 ou e-mail luci.silva@ifgoiano.edu.br e com a coordenadora Sílvia Maria Melo Gonçalves, pelo telefone: 2198897-1814 ou e-mail: gsilviamm@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220.

1. A assistência estudantil é extremamente importante para o atendimento das demandas sociais. Por isso, torna-se importante saber como ou se a Política Educacional de Assistência Estudantil, em especial a Residência Estudantil, se efetiva na garantia de direitos aos alunos do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Assim, o objetivo dessa pesquisa é investigar, na perspectiva dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária IF Goiano - Campus Urutaí, beneficiados pelo Programa de Residência Estudantil, os reflexos desse programa na permanência e conclusão do curso. Como instrumento de levantamento de dados utilizaremos de questionário misto, com perguntas abertas e fechadas, no qual buscaremos conhecer as concepções dos pesquisados sobre sua condição de aluno interno e sobre o seu rendimento escolar. Trabalharemos com um número de 87 alunos, de todas as séries/ano do Ensino Médio Técnico, de ambos os sexos e com idades entre 14 e 19 anos.

2. Os riscos inerentes ao participante são as possibilidades de danos de origem psicológica, intelectual e emocional, cansaço ou aborrecimento/constrangimento. Porém, o mesmo terá total liberdade para não responder questões e/ou responder no seu tempo. Esclarecemos, ainda, que esta pesquisa não traz ao participante benefícios imediatos ou diretos, sim benefícios futuros, pois, o acompanhamento e avaliação do Programa de Residência Estudantil pode subsidiar o planejamento, a formulação de intervenções e os ajustes necessários ao atendimento das demandas de seus beneficiários.

3. Será assegurada ao participante garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo, estando os responsáveis pela pesquisa disponíveis para esclarecimento de eventuais e quaisquer dúvidas. Caso ele apresente algum problema, será encaminhado para tratamento em local e por profissionais adequados e devidamente acompanhado pelo pesquisador.

4. Tanto o participante quanto você serão esclarecidos(as) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, podendo retirar seu consentimento ou interromper a participação do participante menor a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. Todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. A identidade do participante será mantida em sigilo e nenhuma informação será repassada a outras pessoas. Também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Para participar deste estudo, o menor participante não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso haja gastos decorrentes da pesquisa, será ressarcido financeiramente pelos mesmos. Também, caso o participante sofra algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Consentimento da participação na pesquisa

Após ter sido devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável, sobre o estudo em questão, eu _____ CPF _____, responsável legal pelo (a) estudante _____, ciente e de acordo com o exposto, autorizo sua participação na pesquisa acima descrita, desde que o (a) mesmo (a) aceite de forma livre e espontânea e possa se retirar a qualquer momento.

_____, de _____ de 20__

Assinatura do responsável legal

Assinatura do responsável pela pesquisa

Apêndice D - TALE



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada “**A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí quanto à importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação**”. Após os esclarecimentos e, mediante autorização de seu responsável legal, caso você aceite fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **Luci Rodrigues Silva**, através do telefone: (64) 99236-0404 ou e-mail luci.silva@ifgoiano.edu.br e com a coordenadora Sílvia Maria Melo Gonçalves, pelo telefone: 2198897-1814 ou e-mail: gsilviamm@gmail.com. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220.

1. A assistência estudantil é extremamente importante para o atendimento das demandas sociais. Por isso, torna-se importante saber como ou se a Política Educacional de Assistência Estudantil, em especial a Residência Estudantil, se efetiva na garantia de direitos aos alunos do Instituto Federal Goiano - *Campus* Urutaí. Assim, o objetivo dessa pesquisa é investigar, na perspectiva dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária IF Goiano - *Campus* Urutaí, beneficiados pelo Programa de Residência Estudantil, os reflexos desse programa na permanência e conclusão do curso. Como instrumento de levantamento de dados utilizaremos de questionário misto, com perguntas abertas e fechadas, no qual buscaremos conhecer as concepções dos pesquisados sobre sua condição de aluno interno e sobre o seu rendimento escolar. Trabalharemos com um número de 87 alunos, de todas as séries/ano do Ensino Médio Técnico, de ambos os sexos e com idades entre 14 e 19 anos.

2. Os riscos inerentes a você, participante, são as possibilidades de danos de origem psicológica, intelectual e emocional, cansaço ou aborrecimento/constrangimento. Porém, você terá total liberdade para não responder questões e/ou responder no seu tempo. Esclarecemos, ainda, que esta pesquisa não traz a você benefícios imediatos ou diretos, sim benefícios futuros, pois, o acompanhamento e avaliação do Programa de Residência Estudantil pode subsidiar o planejamento, a formulação de intervenções e os ajustes necessários ao atendimento das demandas de seus beneficiários.

3. Será assegurada a você garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo, estando os responsáveis pela pesquisa disponíveis para esclarecimento de eventuais e quaisquer dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento em local e por profissionais adequados e devidamente acompanhado pelo pesquisador.

4. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, podendo, você e/ou seu responsável legal, retirar seu assentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. Todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será repassada a outras pessoas. Você também não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você tenha gastos decorrentes da pesquisa, será ressarcido financeiramente pelos mesmos. Também, caso você, participante, sofra algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Assentimento da participação na pesquisa

Após ter sido devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável, , sobre o estudo em questão, eu _____ CPF _____, ciente e de acordo com o exposto, aceito participar de forma livre e espontânea, da pesquisa acima descrita.

_____, de _____ de 20__

Assinatura do participante menor de 18 anos

Assinatura do responsável pela pesquisa

11 ANEXOS

Anexo A - Carta de anuência da Instituição




CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**A PERSPECTIVA DO ESTUDANTE DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS URUTAÍ QUANTO À IMPORTÂNCIA E EFICÁCIA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL PARA SUA FORMAÇÃO**”, tendo como responsáveis a orientadora Profª. Dr. Silvia Maria de Melo Gonçalves e a orientanda Luci Rodrigues Silva, do Programa de Mestrado em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ).

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haver nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma.

Urutaí, 16 de agosto de 2019.


Assinatura/Carimbo do responsável pela Instituição

Éilson Dourado da Silva
DIRETOR GERAL
PORTO Nº 27 de Urutaí de 2019

Anexo B - Parecer do Comitê de ética



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo N° 1.394/19

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "A perspectiva do estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano – *Campus* Urutaí quanto à importância e eficácia do Programa de Residência Estudantil para sua formação" sob a coordenação da Professora Dr^a. Sílvia Maria Melo Gonçalves, do Instituto de Agronomia/Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, processo 23083.029740/2019-79, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 18/12/19.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Lúcia Helena Cunha dos Anjos', written in a cursive style.

Prof.^a Dra. Lúcia Helena Cunha dos Anjos
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação